



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



MÁRCIA CRISTINA TANNÚS

MEMÓRIAS, HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES DAS ESCOLAS RURAIS  
DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA - MG NA ERA VARGAS (1930-1945).

UBERLÂNDIA

2017

MÁRCIA CRISTINA TANNÚS

MEMÓRIAS, HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES DAS ESCOLAS RURAIS  
DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA - MG NA ERA VARGAS (1930-1945).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação da Faculdade de Educação da  
Universidade Federal de Uberlândia, como  
requisito parcial à obtenção do título de mestre  
na Linha de Pesquisa História e Historiografia  
da Educação sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.  
Sandra Cristina Fagundes de Lima.

UBERLÂNDIA

2017

MÁRCIA CRISTINA TANNÚS

MEMÓRIAS, HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES DAS ESCOLAS RURAIS  
DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA - MG NA ERA VARGAS (1930-1945).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre na Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra Cristina Fagundes de Lima.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra Cristina Fagundes de Lima  
Universidade Federal de Uberlândia

---

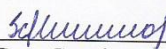
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Nilce Vieira Campos Ferreira  
Universidade Federal do Mato Grosso

---

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho  
Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia, 28 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA



---

Profa. Dra. Sandra Cristina Fagundes de Lima  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



---

Profa. Dra. Nilce Vieira Campos Ferreira  
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT



---

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

*Aos meus pais Maria e José, pelo exemplo.*

*Aos meus filhos, Letícia e Guilherme pelo  
estímulo e amor incondicional.*

*Aos meus irmãos Marcos (in memorian), Marisa,  
Marilze, Junior e demais familiares pelos  
diferentes olhares e torcida silenciosa.*

*A todos os amigos e companheiros que direta ou indiretamente  
contribuíram para que o sonho se tornasse realidade.*

*A Deus... porque é preciso ter fé.*

*Gratidão.*

## **AGRADECIMENTOS**

Do projeto inicial até chegar à conclusão dessa pesquisa, preciosas colaborações foram necessárias. Deixo expressa minha gratidão:

- Aos professores das diversas disciplinas que escolhi, pela partilha e diálogo profícuo.
- Aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, em especial Josefa, grande parceira, Paulo e Marluce, pela cordialidade e boa vontade em auxiliar na busca das fontes.
- Aos colegas pelos momentos compartilhados nesses dois anos, pelas risadas, companheirismo, surtos e momentos de estresse descontrolado; momentos que extrapolaram infinitamente os textos e atividades acadêmicas a serem cumpridas. Levarei vocês pela vida.
- Aos funcionários da secretaria do programa, Gianni, James e Leonardo, pelo cuidado e atenção em todas as infindáveis dúvidas.
- Aos amigos (as) das escolas onde atuo em dois turnos. Grata pela torcida de todos (as). Espero que também arrisquem. Torço para que a condição de estudar e melhorar a prática docente saia do discurso de décadas e se torne realidade.
- À minha colega de área, depois professora e orientadora, Sandra Cristina Fagundes de Lima, por não me deixar desistir; por acreditar em mim mais que eu mesma em inúmeras ocasiões. Nunca saberei como tanto conhecimento, paciência e sabedoria couberam numa pessoa só.
- Aos professores e professoras de outrora, pela escolha da docência rural. Sem vocês esse trabalho seria impossível.

Obrigada!

## RESUMO

Esta pesquisa se insere no campo da História da Educação e tem como tema as memórias e representações da escola rural construídas no município de Uberlândia durante a Era Vargas (1930-1945). O objetivo desse estudo foi compreender como a educação escolar rural em Uberlândia se apropriou por meio do uso de imagens e símbolos de um projeto nacional mais amplo que pretendia utilizar a instrução para formar “novos cidadãos”. A hipótese de pesquisa foi que as representações constituídas sobre a educação rural na Era Vargas demandaram um esforço considerável das autoridades locais utilizando regras, padrões higiênicos e símbolos para adequar a organização escolar que já existia no município de Uberlândia/MG ao propósito nacional da época. Os procedimentos metodológicos dessa pesquisa incluíram seleção, leitura crítica e análise de fontes depositadas no Arquivo Público Municipal da cidade, tais como: fotografias, leis, relatórios de contabilidade, atas de reuniões escolares, artigos de jornais, livros-ponto, correspondências diversas e discursos oficiais. As categorias escolhidas para análise nesse estudo foram: condições de trabalho, sujeitos envolvidos no processo e símbolos presentes no cotidiano escolar. Os resultados aos quais chegamos permitem afirmar que em relação à organização e funcionamento das escolas rurais se configurou no cotidiano escolar do município a existência de condições precárias para a execução de um trabalho docente limitado e adequado às normas vigentes. No que concerne ao uso de símbolos e imagens, foi possível apreender que foram essenciais à construção das representações patrióticas e harmônicas associadas à escola, desejadas pelos governos do período.

**Palavras-chave:** Memórias. História da escola rural. Era Vargas. Patriotismo. Símbolos.

## **ABSTRACT**

This research is part of the History of Education and has as its theme the memories and representations of the rural school built in the municipality of Uberlândia during the Vargas Era (1930-1945). The objective of this study was to understand how the rural school education in Uberlândia appropriated through the use of images and symbols of a broader national project that intended to use the instruction to form "new citizens". The research hypothesis was that the representations made about rural education in the Vargas Era demanded a considerable effort from the local authorities using rules, hygienic standards and symbols to adapt the school organization that already existed in the city of Uberlândia / MG to the national purpose of the time. The methodological procedures of this research included selection, critical reading and analysis of sources deposited in the Municipal Public Archive of the city, such as: photographs, laws, accounting reports, school meetings minutes, newspaper articles, point books, miscellaneous correspondences and official speeches . The categories chosen for analysis in this study were: working conditions, subjects involved in the process and symbols present in the daily school life. The results to which we arrived allow us to affirm that in relation to the organization and functioning of rural schools the existence of precarious conditions for the execution of limited teaching work adequate to current norms was configured in the school daily life of the municipality. With regard to the use of symbols and images, it was possible to understand that they were essential for the construction of the patriotic and harmonic representations associated with the school, desired by the governments of the period.

**Keywords:** Memories. Rural school history. Vargas Era. Patriotism. Symbols.



## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Alunos de Escola Municipal Rural não identificada [19--]	48
Imagem 2 – Alunos e alunas de Escola Municipal Rural não identificada [19--]	49
Imagem 3 - Mapa das Escolas Rurais de Uberlândia/MG – 1938.....	54
Imagem 4 - Alunos e professor da Escola Municipal Rural de Machados [19--]	69
Imagem 5 - Alunos e professor da Escola Municipal Rural de Machados [19--]	70
Imagem 6 - Alunos e professor da Escola Municipal Rural de Machados [19--]	71
Imagem 7 - Alunos e professora de Escola Rural não identificada [19--]	76
Imagem 8 - Alunos, professoras e inspetor escolar na Escola Rural Paranan [19--]	79
Imagem 9 - Alunas e professoras de Escola Rural não identificada [19--]	80
Imagem 10 - Alunos e professora da Escola Municipal Rural Maribondo [19--]	97
Imagem 11 - Trabalhos manuais de Escola Rural não identificada [19--]	99
Imagem 12 - Alunos e professor da Escola Municipal Rural Rio das Pedras [19--]	101
Imagem 13- Alunos e professor da Escola Rural Rio das Pedras [19--]	102
Imagem 14- Alunos, professoras e inspetor da Escola Rural Cabaças [19--]	103
Imagem 15 - Alunas, professoras e inspetor em Escola Rural não identificada [19--]	112

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bilhete do prefeito ao inspetor escolar – 1936.....	39
Quadro 2 - Carta do fazendeiro ao prefeito municipal – 1936 .....	40
Quadro 3 - Investimentos do município de Uberlândia no ensino – 1930-1937.....	42
Quadro 4 - Número de escolas rurais em Uberlândia – 1938.....	52
Quadro 5 - Carta de Sebastião Branquinho ao prefeito – 1935.....	58
Quadro 6- Bens de natureza escolar – Uberlândia/1937 .....	66
Quadro 7 - Previsão salarial/Salários pagos a professores efetivos – 1937.....	85
Quadro 8 - Despesas de educação pública/fevereiro 1943 .....	88

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Escolas Rurais em Uberlândia – 1930-1945 .....	53
--	----

## **LISTA DE SIGLAS**

AIB - Ação Integralista Brasileira

ArPU - Arquivo Público de Uberlândia

ARE - Atas e Registros Escolares

BOC - Bloco Operário e Camponês

CNEP - Comissão Nacional do Ensino Primário

CPJA - Coleção Professor Jerônimo Arantes

DAM - Departamento de Administração Municipal

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DNP - Departamento Nacional de Propaganda

DPDC - Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PPGED - Programa de Pós-Graduação em Educação

SEMA - Secretaria de Educação Musical e Artística

UDB - União Democrática Brasileira

UFU- Universidade Federal de Uberlândia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I – A ESCOLA PRIMÁRIA NA ERA VARGAS .....</b>	<b>21</b>
1.1 Era Vargas.....	21
1.2 Contexto educacional brasileiro.....	27
1.3 Organização da escola primária mineira.....	35
1.4 Organização da educação primária em Uberlândia .....	43
<b>CAPÍTULO II – A ESCOLA PRIMÁRIA RURAL EM UBERLÂNDIA .....</b>	<b>64</b>
2.1 Organização e funcionamento das escolas rurais.....	64
2.2 Sujeitos das escolas rurais.....	77
2.2.1 Inspetores e fiscais .....	77
2.2.2 Alunos e alunas .....	78
2.2.3 Professores e professoras .....	82
<b>CAPÍTULO III – COTIDIANO E PATRIOTISMO NAS ESCOLAS RURAIS .....</b>	<b>91</b>
3.1 Cotidiano escolar .....	91
3.1.1 Táticas e Estratégias .....	91
3.1.2 A Educação Física escolar e os trabalhos manuais nas escolas rurais .....	96
3.2 O patriotismo no cotidiano escolar .....	104
3.2.1 A ordem subjacente à bandeira .....	110
3.2.2 A ordem subjacente ao hino .....	113
3.2.3 Os uniformes .....	115
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO

Ao iniciar os estudos no Programa de Mestrado em Educação, a proposta inicial era pesquisar a organização e preservação da memória escolar de duas escolas da rede pública municipal de Uberlândia conforme a documentação escrita oficial e acervos fotográficos das instituições. Contudo, nas primeiras reuniões de orientação, ao ter contato com o acervo fotográfico da Coleção Professor Jerônimo Arantes (CPJA), atualmente depositado no Arquivo Público de Uberlândia (ArPU), outras ideias começaram a surgir e determinaram a mudança no projeto.

As fotografias, principalmente de escolas rurais produzidas entre 1933 e 1959<sup>1</sup>, trouxeram surpresas, pois nunca havia imaginado a existência de tantas escolas rurais em Uberlândia nesse período e minha atenção foi direcionada ao impressionante quantitativo de alunos uniformizados e geralmente muito sérios.

Ao manusear as fotografias com calma também tive o impulso de encontrar nelas a minha mãe, Maria Siman, que foi professora rural com carreira iniciada em 1956 e cujos relatos traziam as memórias de quem,

Aprendeu a escrever com pedaços de carvão em cascas de bananeira e que veio da roça com dois vestidos de chita para ser doméstica em casa de família, comeu os restos das mesas chiques até se tornar professora; aquela que ajudava a empurrar uma perua atolada no barro, de um motorista de nome Geraldo; com a Virgilina, Victória e Eleuza e que numa dessas deixou um filho, abortado nas estradas de terra; lembranças de uma Corália que mandava dar aulas para umas turmas que ninguém queria; de uma vida inteira de alfabetização e de uma braveza misturada com a suavidade e a determinação de que toda criança podia aprender a ler e escrever. (Informação verbal)<sup>2</sup>

Encontrei sob a numeração 346, “Maria Siman, professora”, como parte da coleção de 1.269 fotografias reunidas pelo professor, inspetor, jornalista, escritor e funcionário público Jerônimo Arantes entre 1933 e 1959. Durante esse período ele ocupou os cargos de Inspetor Escolar e Chefe do Serviço de Educação e Saúde em Uberlândia até sua aposentadoria no serviço público; editou a Revista Uberlândia Ilustrada até 1961 e tornou-se referência na educação municipal.

---

<sup>1</sup>Essa data foi estimada e corresponde ao período em que Jerônimo Arantes ocupou a inspeção escolar e a chefia do Serviço de Educação e Saúde do município de Uberlândia quando determinava a produção de fotografias por ocasião dos exames finais nas escolas rurais.

<sup>2</sup>Era assim que Maria Siman compunha e verbalizava as memórias do tempo em que foi professora primária nas escolas rurais do município de Uberlândia, quando os primeiros sintomas do Mal de Alzheimer iniciaram em 2009. Esses dados foram aqui organizados pela autora.

De acordo com Lima (2004a), a Coleção Professor Jerônimo Arantes (CPJA) reúne fotografias de vários personagens e construções em Uberlândia, além das imagens de escolas rurais e urbanas. Segundo essa autora, fazia parte das práticas do inspetor registrar em fotografias os dias de exames nas escolas rurais e o “fotógrafo da prefeitura”, Marinho Lozi, em diversas ocasiões foi citado como um dos membros da comitiva.

Embora o fotógrafo fosse pago com verbas públicas, a coleção de fotografias foi guardada pelo inspetor e está depositada no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, à disposição para pesquisa, bem como o restante do material que compõe a Coleção Professor Jerônimo Arantes, adquiridos da família após seu falecimento em 1983.

Essa coleção é composta por pastas temáticas; correspondências, livros e textos pessoais; clichês; livros de ata e de matrícula; exemplares da Revista Uberlândia Ilustrada, que ele publicou; números de jornais, recortes variados, livros e fotografias. Parte desse material a inspeção escolar utilizou para comprovar as informações estatísticas sobre o crescimento das escolas municipais rurais no município e a preocupação das autoridades com esse tema.

No ArPU foi possível encontrar documentação oficial sobre o período em que o professor Jerônimo Arantes atuou na Inspeção Escolar, qual seja, entre 1933 e 1959 e mesmo anterior. Embora esparsa e aleatória, foi preservada a documentação escrita de algumas escolas, mas há outros tipos de registros.

Fazem parte da Coleção Professor Jerônimo Arantes (CPJA) 1.269 fotografias e, entre elas, há um subconjunto de 577 fotografias escolares. A maioria das fotografias depositada no Arquivo encontra-se em bom estado, é preto/branco e apenas uma delas possui detalhes “coloridos”. Todas as fotografias estão acondicionadas em folhas sulfite, com referências numéricas a lápis e protegidas por plástico. Algumas trazem referências a datas, dedicatórias ou outras marcas e o inventário está disponível no ArPU.

Dentre essas fotografias escolares há dois conjuntos interessantes: um conjunto identificado manualmente ou pelas fachadas dos edifícios escolares e outro conjunto de imagens não identificadas<sup>3</sup>. A maioria das identificações é atribuída a Jerônimo Arantes e foi feita com etiquetas datilografadas e coladas sobre as fotografias ou escritas à caneta ou lápis.

---

<sup>3</sup>Do total de fotografias escolares tivemos acesso a 35 subconjuntos de imagens atribuídas a escolas rurais “identificadas” e um conjunto não identificado. Tal subdivisão das imagens foi feita anteriormente por outros pesquisadores para facilitar o manuseio das fotografias e possuem numeração diferente da que existe no ArPU.

Dentro da coleção de fotografias, quase sempre externas (aproximadamente 204 fotos), homogêneas, organizadas e com a presença de um dos inspetores (em aproximadamente 120 fotos), escolhemos oito identificadas e seis não identificadas nas quais fosse possível apreender aspectos do currículo, da estrutura física e dos sujeitos na tentativa de descobrir o que elas poderiam nos sugerir sobre o cotidiano escolar das escolas rurais e como contribuíram na composição de representações da educação rural do município de Uberlândia durante o período de 1930 a 1945.

Em razão das fontes encontradas no ArPU, delimitamos esse período para análise e mesmo que as fotografias utilizadas nesse estudo não estejam datadas, inúmeras atas desse período referiram-se à produção de fotografias na escola por ocasião de exames, como em 1941 na Escola Municipal de Cabaças: “[...] o grupo de alunos está uniformizado e foi batida uma chapa pelo fotografo da banca, colhendo-se o aspecto da escola e da assistência” (UBERLÂNDIA, 1941, p. 5 verso), o que nos motivou a utilizá-las.

A decisão de utilizar fotografias como parte das fontes nessa pesquisa não foi fortuita e se deu após a leitura de diversos autores como Burke (2004), para quem pinturas, xilogravuras e fotografias são evidências produzidas em determinados contextos históricos que registram atos ou momentos quase que como “testemunha ocular” e tais fontes podem ser utilizadas cientificamente desde que se considere o contexto de sua materialização.

Outro aspecto importante que consideramos ao escolher a inserção de fotografias entre nossas fontes de pesquisa foi indicado por Kossoy (1998, 2001), para quem a observação de qualquer imagem fotográfica produzida sobre determinada realidade, com toda sua carga de materialidade e de representações, pode ser utilizada como documento ou fonte sem esquecer que fotografias, como todo documento, são construídas e carregam intencionalidades.

Outros cuidados foram sugeridos por Lisovsky (1983) ao alertar que a subjetividade da perspectiva do fotógrafo deve ser considerada, bem como a combinação de três elementos: conteúdo da imagem, crivo do fotógrafo e tecnologia utilizada.

Finalmente, Persichetti (2000) e Sontag (2004) contribuíram para a escolha das fotografias escolares entre as fontes da pesquisa por sugerirem a reflexão de que as fotografias não existem em si mesmas; elas são o produto de múltiplas interpretações possíveis e podem provocar novos olhares e críticas, seja pelo olhar do fotógrafo, (que nem imagina os desdobramentos de sua obra), do pesquisador ou de todos que chegarem a visualizá-las.

De fato, ter esse arquivo inteiro de material escrito e fotográfico disponível, foi como tirar a “sorte grande”. Isso porque, ao longo da nossa história brasileira, especialmente da



história da educação, os materiais escolares possuem duração efêmera. De acordo com Bonato (2005, p. 206-214), no século XX,

Em algumas escolas, o espaço destinado à documentação acumulada é identificado como arquivo morto. Até hoje, essa é uma velha e incorreta denominação para a documentação de caráter permanente, sugerindo a existência de uma documentação sem utilidade e descartável. [...] O fato é que essa quantidade de documentos que pode de forma sistematizada ser posta à disposição da comunidade acadêmica para o aprofundamento de estudos e pesquisas está em processo de deterioração, em condições de guarda que dificulta seu manuseio e acesso tanto para o pesquisador externo quanto para a própria administração das escolas.

No caso específico da educação, é raro encontrar tais fontes para pesquisa, costumeiramente descartadas ao fim de cada ano letivo, exceto os documentos oficiais que se acumulam nos “arquivos mortos”. Até mesmo esses documentos, que deveriam ser guardados pelas instituições, nem sempre o são, em função de fatores externos como incêndios, fechamento de escolas ou troca de gestores.

É preciso lembrar que a pesquisa dos arquivos escolares hoje é resultado do processo de abertura à consulta de novas fontes e de novos objetos de análise em História (e nos últimos anos em Educação). Tal busca é relativamente recente e só foi possível com o advento da revista de *Annales* em 1929 que se caracterizou, principalmente, pela oposição à visão histórica positivista e pela aproximação e diálogo dos estudos históricos com as demais ciências humanas, notadamente a sociologia, antropologia, arte, dentre outras.

Na esteira dos *Annales*, a pesquisa no campo da História da Educação também se ampliou e buscou novos objetos, tais como a memória escolar que tem sido estudada e é compreendida como conjunto de práticas e dispositivos que se constituem entre todos os sujeitos envolvidos no ambiente escolar, que interagem e inserem-se num conjunto maior, denominado de memória social.

Para as ciências humanas e em especial para a História, a acepção da memória que tem mais interesse é aquela ligada à ideia de memória social, ponto de vista defendido por Seixas (2001), para quem os aspectos da memória introduzem o passado no presente sem modificá-lo, mas necessariamente o atualizam, em função dos lapsos de tempo.

Também Le Goff (2003, p. 422) sugere que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”. Consideramos nesse estudo que as formas de se recordar, comemorar, alterar, esvaziar ou mesmo esquecer determinados eventos do passado são estratégias privilegiadas para a informação/difusão do passado e sua

reflexão; são parte importante das conexões que se estabelecem entre fotografias, memória e história.

Segundo Julia (2001, p.10), faz parte da memória escolar a cultura escolar, compreendida como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. No caso das escolas rurais de Uberlândia, entre 1930 e 1945 as normas a ser seguidas limitavam-se ao Regulamento de Ensino e cada professor ou professora estabeleceu suas práticas. As fontes encontradas no ArPU, que utilizamos nesse estudo, permitiram identificar alguns elementos da cultura material das escolas rurais do município.

Diante da impossibilidade de estudar todos os aspectos que envolveram o funcionamento da escola rural no período, na medida em que as fontes eram encontradas foi necessário estabelecer algumas categorias para análise nesse estudo, quais sejam: condições de trabalho, sujeitos envolvidos no processo e utilização de símbolos para construir as representações escolares desejadas no período, de acordo com a legislação em vigor na época.

Na elaboração do texto, por vezes, de um mesmo documento se extraiu mais de uma informação sobre aspectos do cotidiano escolar da época, motivo pelo qual optamos em trabalhar aqueles que consideramos mais próximos e relevantes do ponto de vista da pesquisadora tais como a rotatividade dos profissionais ou a condição material de trabalho procurando estabelecer a linearidade por assunto e categorias tratadas. O uso de fontes orais foi descartado após uma visita a cemitérios da cidade quando obtivemos a certeza de que os professores e autoridades do período já haviam falecido.

A escolha das memórias e representações da escola rural do município de Uberlândia durante a Era Vargas (1930-1945) como tema de pesquisa, bem como das fontes e dos autores que contribuíram para a elaboração desse trabalho, passou pela escolha subjetiva da pesquisadora e exigiu um trabalho inequívoco de busca da objetividade científica.

Tal desafio foi bem pontuado por Sandra Pesavento (2008, p.12) ao lembrar que os historiadores, “munidos de conceitos que lhes permitem realizar escolhas e recortes na realidade passada, a ser investigada, [...] selecionam temas e os constroem como objetos, problematizando-os, ao levantar questões e formular problemas.”.

Estabelecemos a partir de então três objetivos: analisar a organização da escola primária rural durante a Era Vargas tendo em vista apreender como a escola rural em Uberlândia se adequou às determinações legais; analisar características da escola primária

rural e seus sujeitos no município de Uberlândia durante a Era Vargas; e, por fim, analisar o papel que a escola rural representou durante a Era Vargas, conferindo ênfase à presença de símbolos tais como imagens de Getúlio, bandeiras, uniformes e hinos nos documentos oficiais, extraoficiais e fotográficos do município de Uberlândia.

A partir de levantamento bibliográfico sobre a Era Vargas nas esferas nacional, estadual e local, optamos por utilizar como suporte teórico os estudos de Horta (2012), Leal (2012) e de historiadores do período tais como Camargo (1999), Gomes (1994, 2003), Schwartzman, Bomeny e Costa (2000).

Procuramos identificar a legislação pertinente e o projeto educacional vigente e optamos pelo diálogo com fontes do Arquivo Público Municipal de Uberlândia (ArPU), como jornais, relatórios oficiais da inspeção e da contabilidade, atas e fotografias para compreender como a educação municipal rural do período se organizou.

Nas primeiras oportunidades de manusear as fotografias da coleção, foi possível observar o desconforto de alguns sujeitos ao “posar” para as fotos. Assim, pareceu-nos apropriado utilizar as categorias teóricas de estratégia e tática, empregadas por Certeau (2003) para designar as correlações de forças estabelecidas entre as autoridades e os profissionais dentro das relações de poder que se constituíram na educação rural do município de Uberlândia.

Quanto à categoria representação, proposta por Roger Chartier (1990), a escolha se deu por considerar que as representações produzidas sobre o valor da educação rural nesse determinado momento sobrepuseram-se, algumas prevaleceram e persistiram por décadas depois de terem sido criadas. De fato, essa opção pela categoria “representação” dá à pesquisadora a única certeza de que ela não se esgota em si, uma vez que comporta inúmeras interpretações.

Partindo dessa reflexão, coube-nos a tentativa de responder a algumas questões: com as fontes disponíveis seria possível apreender que tipo de aspectos do cotidiano das escolas rurais daquele período? Quais movimentos e símbolos presentes no cotidiano escolar as autoridades municipais consideravam legítimos e dignos de serem revelados (ou não), mesmo em ocasiões específicas?

No caso das representações constituídas sobre a educação municipal em Uberlândia, partimos do pressuposto que elas não foram fruto de um movimento “natural” ou aleatório, porquanto dependeram inequivocamente das intenções de autoridades e dos sujeitos que as produziram no cotidiano escolar, conforme as fontes pesquisadas.

Nossa hipótese de pesquisa foi de que as fotografias produzidas por ordem do inspetor escolar Jerônimo Arantes nas visitas às instituições escolares rurais inseriam-se em uma dada organização educacional já existente no município de Uberlândia que durante a Era Vargas se apropriou e reproduziu as determinações da legislação educacional nacional e estadual vigente sob o rótulo de “patriótica” e, embora procurasse reforçar a representação de uma educação rural progressista, ordeira e harmônica, manteve características conservadoras.

A construção de tais representações da educação rural no município demandou um esforço considerável das autoridades para elaborar regras escolares, para fazer com que padrões higiênicos fossem seguidos, para produzir imagens padronizadas e homogêneas e para registrar a utilização de símbolos, adequando-se aos propósitos nacionais da época.

Ao procedermos ao levantamento preliminar de dados foi possível descobrir que atas, imprensa, processos-crime, cartilhas, documentos oficiais, legislação, fotografias e clichês da Coleção do Professor Jerônimo Arantes (CPJA), além de relatos e registros de memorialistas do ArPU, têm sido utilizados como fonte de pesquisa na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Entre os trabalhos já concluídos do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Faculdade de Educação da UFU, Faculdade de Educação (FACED/UFU) encontram-se: Silveira (2008) que pesquisou a Escola Usina Ribeiro (Fazenda Santa Tereza); Martins (2009) que discutiu o modo de se constituir professora na República e Ribeiro (2009), que estudou o combate ao analfabetismo por meio do ensino rural. Nesses estudos as autoras utilizaram algumas fotografias do ArPU. Já a imprensa uberlandense foi a principal fonte pesquisada na dissertação de Sousa (2010) que contribuiu na reflexão sobre as relações estabelecidas entre educação, infância e família durante o período do Estado Novo.

Outras dissertações do Programa de Mestrado em História da UFU, tais como a de Oliveira (2006) sobre mulheres negras alfabetizadas e as dissertações de Reducino (2003) e Alves (2004), que estudaram a Praça Tubal Vilela, suas memórias e as modificações em seu entorno, também utilizaram fotografias como parte das fontes.

No Programa de Mestrado em Ciências Sociais da UFU encontramos a dissertação de Silva (2010) sobre a ressignificação da cultura japonesa no município, que empregou fotografias da colônia japonesa que existiu na cidade entre os anos de 1930 e 1945.

Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), outros aspectos da educação do município de Uberlândia foram tema de pesquisas como a tese de Lima (2004), que teve por

objetivo analisar a trajetória do professor, funcionário público, memorialista e jornalista Jerônimo Arantes.

Assim, esse trabalho pretende contribuir com o que se tem pesquisado nos últimos dez anos na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação do PPGED dentro da temática do ensino rural e foi estruturado em três capítulos, na seguinte ordem: o primeiro contempla o contexto político da Era Vargas nas esferas nacional, estadual e municipal, bem como as características da escola primária rural no município de Uberlândia e procura identificar os mecanismos utilizados para inserir a população escolar rural desse município nas determinações oficiais referentes à educação entre 1930 e 1945 observando a legislação e as reformas implantadas pelo Ministério da Educação. O segundo capítulo procura apreender a organização e funcionamento das escolas rurais em Uberlândia destacando os sujeitos: inspetores, professores (as) e alunos (as). Já o terceiro capítulo discute alguns aspectos do cotidiano escolar, tais como a prática da Educação Física e trabalhos manuais e a presença de alguns símbolos nacionais, dentre esses as bandeiras, hinos e uniformes, que foram essenciais à construção das representações educacionais progressistas do município de Uberlândia no bojo do “projeto” educacional da Era Vargas entre 1930 e 1945.

## CAPÍTULO I – A ESCOLA PRIMÁRIA NA ERA VARGAS

Torna-se impossível estabelecer normas sérias e sistematização eficiente à educação, à defesa e aos próprios empreendimentos de ordem material se o espírito que rege a política geral não estiver conformado em princípios que se ajustem às realidades nacionais. (Getúlio Vargas - 1937)

### 1.1 Era Vargas

Para compreender as razões que motivaram a ascensão de Getúlio Vargas ao poder é necessário recuar alguns anos até a década de 1920, que havia mantido os laços oligárquicos existentes desde a monarquia e foi fértil em movimentos de contestação, como greves, o tenentismo, a Coluna Prestes, a fundação do Partido Comunista do Brasil e a Semana da Arte Moderna de 1922.

Em fins dessa década, o mundo capitalista foi afetado pela crise provocada pelo “crack” da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, inclusive o Brasil, cuja economia se sustentava em um modelo agrário-exportador. Em meio à crise econômica, no processo sucessório de 1930, o paulista Washington Luís, então presidente da República, indicou à sua sucessão outro paulista, Júlio Prestes de Albuquerque (1882-1946).

Tal indicação rompia com o acordo que vigorava entre Minas Gerais e São Paulo até então e provocou reações da elite mineira que se aproximou de políticos gaúchos e paraibanos para formar a Aliança Liberal, lançando como candidato o gaúcho Getúlio Vargas que trazia como vice o paraibano João Pessoa.

Realizadas as eleições em março, o paulista Júlio Prestes foi vitorioso. Em julho do mesmo ano o ex-candidato a vice-presidente João Pessoa foi assassinado. Aproveitando-se do fato, setores descontentes com o domínio oligárquico existente até então, entre os quais representantes do baixo e alto oficialato do exército e marinha, articularam o apoio a Getúlio Vargas, o candidato derrotado da Aliança Liberal que assumiu o poder em novembro de 1930.

Há sobre esse período leituras historiográficas que consideram os acontecimentos de 1930 como um “golpe” enquanto outros estudiosos os qualificam como “revolução”. Vargas, conforme a epígrafe desse capítulo, o considera como um momento necessário à construção de uma nova ordem nacional, séria e sistematizada à qual a sociedade deveria se submeter.

Para Giles (1987, p. 290), nesse momento os tenentes tiveram papel importante pois,

[...] a força de apoio maior desse movimento revolucionário são os tenentes ciosos de promover uma regeneração e modernização da Nação, porém em termos nacionalistas. É nesse quadro que Getúlio Vargas chega ao poder, onde permanece por dois períodos, inicialmente de 1930 a 1937 e depois de 1937 a 1945.

Segundo Thomas Skidmore (2010, p. 40), a partir de então “o homem que presidiu toda a era de 1930 a 1945 foi Getúlio Vargas”. A chegada dele ao poder em 1930 foi considerada por Skidmore (2010) e Fausto (1972) como um marco importante da história brasileira, qual seja o fim da política “arcaica” da República Velha (1889-1930).

Os estudos desenvolvidos por Bóris Fausto (1972) e Francisco Weffort (1980) analisavam a “Revolução de 1930” pela ótica do “vazio de poder”. Segundo esses autores, as disputas intraoligárquicas e o fortalecimento de setores militares acabaram desencadeando em um “Estado de Compromisso”, situação aproveitada por Getúlio Vargas. Para Weffort (1980, p. 51)

[...] firmando seu prestígio nas massas urbanas, Getúlio estabelece o poder do Estado como instituição, e este começa a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira. Relativamente independente desta, através dos mecanismos de manipulação passa a se impor como instituição [...] o Estado não deixa pois, de ser solução de compromisso e de equilíbrio entre aqueles grupos [...] encontra naquele compromisso uma nova fonte de poder; passa à condição de árbitro que decide em nome dos interesses nacionais.

Entretanto, essa não é uma posição uníssona, uma vez que outros pesquisadores como Aspásia Camargo (1982) entendem que a questão de 1930 não é nada revolucionária; ao contrário, é um rearranjo oligárquico, que aperfeiçoa ainda mais as tradicionais “trocas de favores”, uma vez que,

[...] o pacto agrário que se renova em 1930 não é simples resultante do poder residual das oligarquias, mas um acordo deliberado que elimina alguns de seus recursos políticos ampliando outros. Em troca de maior subordinação ao Estado, ampliam-se os favores recebidos dentro de um aparelho que se expande. Velhas lideranças oligárquicas são substituídas por novas oligarquias, em um complexo sistema de alianças que muitas vezes reforça segmentos marginais ou decadentes, neutralizando setores de maior dinamismo, por isso mesmo mais resistentes e menos maleáveis aos projetos e interesses do centro. (CAMARGO, 1982, p. 12).

Outro ponto de vista é defendido por De Decca (1994), que indica a permanência de um discurso dos vencedores em detrimento dos vencidos no processo de 1930, recuperando a

participação do Bloco Operário e Camponês (BOC)<sup>4</sup>. Para esse autor, a “Revolução de 1930” não foi um rearranjo político e sim um momento em que a luta operária sofreu forte revés.

De acordo com Gomes (2003), se constitui nesse momento a construção da fortíssima representação conhecida como “mito” Vargas e autores como Borges (1992) analisam os sujeitos da Revolução, especialmente o papel dos militares em relação às disputas oligárquicas.

Em outra análise, o historiador Edgar Carone (1976, p. 151) percebe que mesmo com a chegada de Vargas ao poder o arcaísmo se manteve, uma vez que “as relações de favor e dependência, forma intrínseca do sistema coronelístico se mantiveram as mesmas”.

Assim sendo, o que se compreendia como “sistema arcaico”, no entender desses autores existiu desde os tempos monárquicos e consistia em uma estrutura política fortemente ligada à influência dos “coronéis”, chefes políticos locais que criavam inúmeros mecanismos de manutenção no poder, tais como a troca de favores, o mandonismo, o falseamento do voto ou as desavenças arbitradas por eles mesmos, conforme descrito por Leal (2012).

O coronel, líder político que desde o período monárquico possuía considerável influência, no limiar da República e nas décadas iniciais do século XX manteve suas atribuições e fortaleceu seu poder local. Na cidade de Uberlândia não era diferente e ainda hoje, há inúmeras referências à figura de coronéis em denominações de ruas, escolas, viadutos, entre outros. De acordo com o sociólogo e historiador Faoro (2001, p. 736),

[...] o fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império. O coronel recebe seu nome da Guarda Nacional... pessoa socialmente qualificada, em regra, detentora da riqueza... ao lado do coronel legalmente sagrado prosperou o coronel tradicional, também chefe político e senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição.

Até então, a política de favores funcionava como uma via de mão dupla entre coronéis/prefeituras/governos estaduais/presidência, por meio da qual os eleitos beneficiavam quem os apoiava. É desse momento a articulação da Política dos Governadores<sup>5</sup>, sobre a qual Faoro (2001, p. 24) afirma:

---

<sup>4</sup> O BOC surge em 1928 dentro do Partido Comunista Brasileiro. Para De Decca (1994), teve papel importante no período, mas para Bóris Fausto (1972) sua atuação foi insignificante.

<sup>5</sup> Política dos Governadores é o nome dado ao arranjo político proposto no governo Campos Sales (1898-1902) em que a presidência não interviria nos estados em troca do apoio das oligarquias estaduais, minimizando as



Basicamente, a política dos governadores estabelecia uma coalizão nacional calcada na aliança dos estados que tinham maior peso no eleitorado e demonstravam maior grau na unidade política. Os critérios essenciais eram: a representatividade incontestável de suas lideranças; a hegemonia sobre as forças políticas de seus municípios; a coesão partidária; e a disciplina congressual.

Com a chegada de Getúlio ao poder, no Governo Provisório, de acordo com Leal (2012), ocorreram, dentre outros, a nomeação de prefeitos nos municípios e o estabelecimento dos recursos entre prefeituras e interventores dos governos estaduais e governo nacional. Nesse momento discricionário, de liberdades limitadas, foi criado também o Departamento de Municipalidades para dar assistência técnica aos municípios, coordenar atividades dos planos estaduais, fiscalizar e elaborar orçamentos, entre outras atribuições.

Em 1934, com a promulgação da Carta Magna, considerada “liberal”, que estabeleceu a regulamentação na legislação trabalhista (e posterior cooptação de diversos sindicatos), a instituição do voto feminino e eleições diretas para a presidência em janeiro de 1938, entre outras medidas, o Congresso Nacional elegeu indiretamente Vargas, iniciando o Governo Constitucional em julho do mesmo ano.

No aspecto educacional, a Constituição de 1934 determinou a educação como direito de todos, bem como sua gratuidade; tornou facultativo o ensino religioso; reafirmou a proposta acerca do Conselho Nacional de Educação e determinou aos estados federativos a organização de seus respectivos sistemas de ensino, enquanto a União deveria manter e fiscalizar o ensino superior e secundário.

A educação rural, que não existia no texto da Constituição de 1891, passou a constar como um item específico no texto constitucional de 1934, no qual, em nome do interesse econômico do país o artigo 121, estabelecia as prerrogativas do trabalho agrícola e a proteção ao trabalhador rural, fixava salários e determinava no parágrafo 4 qual deveria ser a característica da educação nesse ambiente:

§4. O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas. (BRASIL, 1934, n.p.).

Não se cogitava nesse período incentivar migrações, ao contrário, a educação rural era um dos atrativos para fixar o “trabalhador nacional” ao campo.

Para que fosse possível organizar e manter as escolas primárias e ginásios, a Constituição estabeleceu no artigo 156 que doravante a União e municípios devessem investir “nunca menos” de 10,0% de seus tributos, porquanto ao governo estadual e do distrito federal caberia uma reserva de “nunca menos” de 20,0% deste mesmo tipo de receita, determinando especificamente que ao ensino rural a União devesse destinar “vinte por cento de cotas” (Brasil, 1934) do orçamento anual. Desse modo, teve-se no Governo Constitucional de Vargas a regulamentação legal sobre o ensino primário e ginásial.

Ao mesmo tempo em que a Constituição era promulgada, Vargas se ocupava em conter os embates com segmentos sociais que não se consideravam referenciados no processo político da Primeira República e seus opositores começaram a ser reprimidos, principalmente os comunistas.

Em março de 1935 com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) que tinha como “presidente de honra” o comunista Luiz Carlos Prestes e devido à Intentona Comunista<sup>6</sup> deflagrada em novembro do mesmo ano e sufocada rapidamente, o Congresso Nacional, segundo Pandolfi (2001), acossado pelo temor ao “comunismo”, abriu mão de parte de seu poder, o que fortaleceu ainda mais o poder Executivo.

No início de 1937, ao se aproximar o momento das eleições previstas pela Constituição em 1934, três candidaturas se constituíam: por São Paulo, Armando Sales Oliveira da União Democrática Brasileira (UDB), defendendo o “constitucionalismo liberal”; pela Paraíba José Américo de Almeida, que recebeu apoio de diversos governadores com proposta significativamente autoritária; e como uma terceira candidatura alternativa Plínio Salgado, o líder da Ação Integralista Brasileira (AIB).

O ano de 1937 foi ocupado pelas expectativas e articulações políticas para a sucessão de Vargas até setembro, quando a descoberta do “Plano Cohen”, um suposto plano interno de ataques comunistas contribuiu para a instalação do Estado Novo, embora fosse uma fraude articulada por generais, conforme Malin (2015).

No cenário da disputa eleitoral, Plínio Salgado, o franco favorito ao pleito, retirou sua candidatura em novembro, dias antes de se iniciar o Estado Novo em 10 de novembro de

---

<sup>6</sup> Também denominada de “Revolta Comunista de 1935”, propunha a reforma agrária e era considerada uma ameaça não só às elites da época, mas ao próprio Vargas. (PANDOLFI, 2001).

1937. De acordo com Horta (2012), havia um motivo que justificava a atitude do líder integralista: para ele, Plínio Salgado apoiou o golpe em função de um suposto acordo com Francisco Campos que o levaria ao Ministério da Educação.

Contudo, além dos interesses de Plínio Salgado e de Francisco Campos no intrincado “xadrez político” da atribuição do Ministério da Educação, também havia outros personagens, como o ministro Gustavo Capanema e o próprio presidente Getúlio Vargas.

Embora identificasse em Plínio Salgado uma liderança expressiva, em novembro Vargas condicionou sua entrada no governo à exigência do fechamento da Ação Integralista Brasileira – segundo se lê em seu diário, no dia 24 desse mês “Assentei a recomposição do Ministério [...] Falta o da Educação, que está dependendo de uns entendimentos entre o Ministro da Justiça e o chefe do integralismo sobre a dissolução deste” (VARGAS, 1995, p. 86), – mas no pós-golpe, em dezembro de 1937 isso já não era mais necessário.

De acordo com Horta (2012), a promulgação do Decreto 2.229 de 30 de dezembro de 1937 proibiu associações, partidos ou sociedades que propagassem ideias políticas, o que acabou com as pretensões de Plínio Salgado, porta-voz de um grupo de líderes integralistas que chegaram a indicar Gustavo Barroso ao ministério. Vargas estava ciente de conspirações integralistas, conforme anotou em seu diário em 5 de março de 1938:

Perguntei ao Ministro Campos se já havia conversado com Plínio Salgado, conforme eu o encarregara [...] reiterei-lhe a recomendação por um dever de lealdade. Ou ele vinha colaborar, ou teria de adotar medidas de repressão contra seus partidários que estavam conspirando. (VARGAS, 1995, p. 113).

A oficialização do golpe que implantou o Estado Novo em 10 de novembro de 1937 concentrou poder no Executivo, fechando o Congresso Federal, as Assembleias Estaduais e as Câmaras de Vereadores em todo o país. Seguiu-se a nomeação de interventores para estados e municípios com intenção de anular quaisquer resquícios de oposição, reeditando o que já havia sido feito por Getúlio assim que assumiu o poder em 1930, durante o período discricionário do Governo Provisório.

Outorgada no mesmo dia em que o Estado Novo foi instaurado, a Constituição Federal de 1937, apelidada de “polaca”, foi considerada conservadora e autoritária e estabeleceu que a república, ora em diante, seria conduzida por um poder executivo forte e militarista.

A partir de então, até sua deposição em 1945, Getúlio Vargas, o “presidente”, passou a ter o poder de demitir, transferir, nomear ou afastar funcionários, bem como “reformular”

militares. Através do decreto de “estado de emergência” os direitos políticos individuais foram suspensos e partidos políticos ou agremiações e associações com esse caráter foram proibidos, acompanhados de perto pelo retrocesso no controle de sindicatos.

O aparato repressivo foi aperfeiçoado e houve ampliação e fortalecimento das Forças Armadas e da censura. Todas essas estratégias governistas procuravam fortalecer a representação de que só com a nova ordem estabelecida haveria a construção de uma “unidade nacional” na qual povo e governantes se relacionariam de forma harmônica pelo bem comum da “pátria” e da sociedade.

Desse modo, durante todo o período do Estado Novo, conforme o próprio Vargas deixou explícito na epígrafe desse capítulo, a política e a sociedade brasileira deveriam se ajustar à nova realidade da nação.

Para obter êxito, Getúlio Vargas e seus colaboradores utilizaram diversos mecanismos para controle e vigilância da sociedade. Ao aperfeiçoar uma organização burocrática e legal nacional à qual os estados e municípios deveriam se adequar, Vargas estabeleceu outros tipos de estratégias do poder público, que além do uso maciço de propaganda, censura e vigilância política, também utilizou a educação com tais propósitos.

## **1.2 Contexto educacional brasileiro**

No decorrer do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e Francisco Campos, nomeado em 1931, tornou-se responsável pela pasta até setembro de 1932. Nesse período, observou-se a implantação de uma reforma educacional em nível nacional em 1931 a partir da criação do Conselho Nacional de Educação.

Durante o tempo como Ministro da Educação, acompanhando uma tendência da época, Campos (1931) redigiu uma Exposição de Motivos sobre a reforma na qual começou a ser delineada a relação que seria constituída entre escola e sociedade a partir do governo Vargas.

Nesse texto, o ministro traçou um perfil dos cursos superiores já existentes, Medicina, Direito e Engenharias, defendeu a prioridade para a educação secundária e superior, a necessidade de organizar as disciplinas e o regime disciplinar das instituições educacionais, entre outros aspectos,

Foram, assim, regulados no projecto de accôrdo com o melhor criterio e com as tendencias modernas, os grandes aspectos technicos, scientificos e sociaes das Universidades; incorporação de institutos, disciplinas e methodos de ensino, pesquisa original, recrutamento do corpo docente, autonomia, didactica, regimen disciplinar, extensão universitaria, vida social das universidades, bem como as normas administrativas a que devem obedecer, na sua organização, até que sejam incorporadas a unidades universitarias, os institutos de ensino superior de existencia isolada e autonoma. (BRASIL, 1931, n.p.).

Para Campos (1931), os diversos argumentos reforçam a prioridade aos cursos secundário e superior que deveriam coadunar com as “tendências modernas”. Desse modo, a reforma de 1931 não determinava mudanças em relação aos demais graus de ensino. Assim, tanto o ensino primário ou elementar e o ensino normal permaneceram da alçada dos Estados e municípios.

No ano de 1932, na esfera federal a Associação Brasileira de Educação (ABE) promoveu a V Conferência Nacional da Educação, que teve como fruto o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento no qual os signatários defendiam a democratização da educação escolar e a modernização dos métodos pedagógicos e que influenciou a Carta Constitucional elaborada dois anos depois.

Embora as influências da Escola Nova ainda estivessem presentes no início da década de 1930, os seus defensores perderam gradativamente espaço nas decisões educacionais do país com o avanço de outras concepções teóricas e políticas conservadoras.

Em 26 de julho de 1934, logo após a posse de Vargas na Presidência da República no Governo Constitucional, o Ministério da Educação e Saúde Pública foi confiado a Gustavo Capanema, que até então ocupava o cargo de Secretário do Interior em Minas Gerais.

Nessa mesma época, Francisco Campos ocupava o cargo de Consultor Geral da República e manteve grande influência. Tornou-se Secretário de Educação do Distrito Federal em fins de 1935 substituindo Anísio Teixeira e nesse mesmo ano chegou a afirmar que a educação brasileira estaria ainda à procura dos seus métodos, uma vez que os métodos tradicionais estavam superados.

No que diz respeito à educação, é preciso lembrar que durante toda a Era Vargas Francisco Campos e Gustavo Capanema imprimiram marcas importantes na educação brasileira como ministros alinhados ao governo de Getúlio Vargas. Outro colaborador foi Lourenço Filho, presidente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira (INEP), que se tornou o principal assessor de Capanema a partir de 1938.

Apesar do conflito de interesses com os integralistas em relação à sua manutenção no cargo após a implantação do Estado Novo em 1937, o ministro Capanema foi habilitado ao mostrar-se plenamente favorável à nova situação política do país e obteve de Getúlio Vargas o aval para continuar a implantar a proposta educacional do novo governo.

Para Capanema, que foi Ministro da Educação ao longo de 11 anos, o propósito da educação nacional seria colocar o homem a serviço da nação e seria preciso preparar um novo cidadão. Segundo ele, “[...] é para o serviço da nação que o homem deve ser preparado.” (CAPANEMA, 1935, p. 21).

O próprio presidente em inúmeras ocasiões preocupou-se em reforçar o papel da educação nos moldes do novo regime, segundo o qual todos deveriam se submeter à doutrina do Estado. No início de 1938, em discurso proferido em Porto Alegre, Vargas (1938, p. 134-135) afirmou:

[...] precisamos contar com a educação da juventude e com a mocidade que surge das escolas primárias e elementares, dos ginásios e escolas superiores. E, para isto, todos precisam ser educados dentro da doutrina do Estado Novo. Desapareceu e tem de desaparecer a exterioridade do livre didatismo. Agora precisa ser estabelecida a doutrina do Estado.

A fala de Vargas era ampla, incluía todas as escolas, não direcionava funções específicas a nenhuma e deixava claro que todas deveriam cumprir o que o Estado determinasse. Para Leite (1999), no que diz respeito às escolas rurais e em função dos interesses das oligarquias agrárias, a implantação do Estado Novo não trouxe alteração substancial nesse quadro; ou seja, o que ocorria anteriormente não se modificou. O “novo” governo apenas manteve o que já estava instituído,

As proposições getulistas do Estado Novo de certa forma mantiveram a tradição escolar brasileira, garantindo a obrigatoriedade e a gratuidade da escolaridade, porém, dando ênfase ao trabalho manual nas escolas primárias e secundárias e ao desenvolvimento de uma política educacional voltada para o ensino vocacional urbano destinado especialmente às classes populares (LEITE, 1999, p. 30).

Ao dar continuidade à tradição escolar vigente, o Estado se desobrigava de responsabilidades com os municípios aos quais caberia a maior parte das atribuições restando à União somente a legislação e “cooperação” para que a política educacional funcionasse a contento.

Segundo Leal (2012), a legislação de 1937 apenas legitimou a situação de penúria dos municípios que já existia, diminuindo ainda mais a arrecadação local em favor da arrecadação nacional.

Durante o Estado Novo o artigo. 16, inciso XXIV da Constituição de 1937 manteve o poder da União de legislar sobre as diretrizes da educação nacional, da mesma forma que nas cartas magnas anteriores.

Quanto ao item dedicado à educação e cultura, foi possível observar que a principal determinação do artigo 129 era de que caberia às instituições públicas de ensino suprirem as necessidades dos alunos que não tivessem meios de manter os estudos em instituições particulares,

Art. 129. Á infancia e á juventude, a que faltarem os recursos necessarios á educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municipios assegurar, pela fundação de instituições publicas de ensino em todos os seus grãos, a possibilidade de receber uma educação adequada ás suas faculdades, aptidões e tendências vocacionaes. (BRASIL, 1937, p. 84).

Contudo, foi somente no artigo 130 dessa Constituição que o ensino primário apareceu especificamente atrelado à gratuidade. Embora estivesse descrito como “gratuito”, em função do “dever de solidariedade” a lei abria a possibilidade da contribuição “módica e mensal para a caixa escolar.” (BRASIL, 1937, p. 84). Desse modo, toda a sociedade que utilizava a escola pública era chamada a contribuir para sua manutenção<sup>7</sup>:

Art. 130. O ensino primario é obrigatorio e gratuito. A gratuidade, porém não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matricula, será exigida aos que não allegarem, ou notoriamente não puderem allegar escassez de recursos, uma contribuição modica e mensal para a caixa escolar. (BRASIL, 1937, p. 84).

Outros aspectos previstos na Constituição diziam respeito ao que deveria fazer parte do currículo das escolas primárias, embora não determinasse especificamente em quais delas; rurais ou urbanas:

Art. 131. A educação physica, o ensino civico e o de trabalhos manuaes serão obrigatorios em todas as escolas primarias, normaes e secundarias, não podendo

---

<sup>7</sup> Esse tipo de ajuda da população para a manutenção de escolas já era solicitada em Uberabinha desde fins do século XIX, conforme a proposição do vereador Arlindo Teixeira à Câmara Municipal a título de “taxa escolar” registrada na Ata do Legislativo de 07 de março de 1892. (UBERLÂNDIA, 1892).

nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquella exigência. (BRASIL, 1937, p. 84).

Assim, de forma sucinta, somente sete artigos delinearão os propósitos da educação nacional no Estado Novo. Cabia à escola inserir a educação física o civismo e os trabalhos manuais no currículo, com o propósito de erguer uma nova nação e ficou claro que era necessário formar um novo cidadão, cuja mão de obra deveria ser preparada desde a escola primária.

Não se pode esquecer que essa Constituição, inspirada no fascismo italiano, teve um caráter centralizador e atribuiu à educação primária, normal e secundária uma função utilitarista: entre outras atribuições, doravante deveria servir à nação e cumprir o que lhe fosse determinado.

No que diz respeito ao Ensino Primário, o Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938, criava a Comissão Nacional do Ensino Primário (CNEP). O propósito era traçar, em Lei Federal, as diretrizes fundamentais do ensino primário, atribuindo cooperação financeira da União aos estados e municípios, o que foi regulamentado posteriormente com a criação em 1942 do Fundo Nacional do Ensino Primário e do Convênio Nacional do Ensino Primário.

De fato, essa não era uma ideia nova. Ela já estava presente no discurso proferido pelo ministro Gustavo Capanema, durante as comemorações do centenário do Colégio D. Pedro II,

[...] mau grado o tamanho alcance de que se reveste o ensino primário, tem êle estado até aqui entregue exclusivamente à iniciativa dos estados e municípios. A União, nesta matéria, não pôde ainda atuar senão secundariamente auxiliando a ação de alguns estados onde se tem sido mais intensa a imigração estrangeira. Resolveu, porém, agora, o governo federal intervir na solução do problema do ensino primário, afim de que, no menor prazo possível, cesse para o nosso país a penosa situação de ter a maior parte de sua população em estado de completa incultura, incapaz de vincular-se, de maneira completa, ao serviço da nação. O Ministério da Educação e Saúde aparelha-se para esta cruzada. Não irá certamente o governo federal fundar e manter escolas primárias pelo país a fora. Seu papel será cooperar, de maneira sistemática, e na medida de suas crescentes possibilidades, com os poderes públicos locais. (CAPANEMA, 1937, p. 118).

As preocupações do ministro Capanema em relação à escola primária no início do Estado Novo relacionavam-se à “incultura”, a questões técnicas de “cooperação” da União com os municípios e a questões relacionadas com a “intensa imigração estrangeira”.

Assim, a CNEP não cogitou mudar as atribuições e responsabilidades em relação à escola primária que já existiam desde a década de 1920. De fato, a preocupação passou a ser



de caráter ideológico, no sentido de fortalecer o nacionalismo, especialmente no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Considerando o contexto de guerra mundial e preocupado com as escolas estrangeiras, principalmente no sul do país, o ministro Capanema participou de reuniões em que defendia o princípio segundo o qual o ensino primário deveria ser ministrado em escola brasileira.

Exatamente por isso, a partir de 1938 o ministro Capanema deixou expresso na segunda sessão de trabalho da Comissão Nacional do Ensino Primário em 1939 que esse princípio deveria ser obedecido,

[...] onde se ensine integralmente em língua nacional e com programas oficiais, elaborado pelo governo. Assim teríamos: a) professor brasileiro, b) professor formado em escola brasileira; c) programa nacional, elaborado pelo governo brasileiro; d) livros, em língua nacional, com sentido exclusivamente brasileiro. Em resumo: só poderá haver escolas primárias brasileiras. Temos que acabar, portanto, com todas as escolas primárias estrangeiras, atualmente existentes no território nacional, e substituí-las por escolas brasileiras. (CAPANEMA, 1938, p. 33).

Em fins de 1939 a Comissão elaborou um anteprojeto de decreto-lei estipulando diretrizes para o funcionamento do ensino primário no país. Os membros da comissão enviaram junto com o anteprojeto uma Exposição de Motivos reforçando o sentido “nacional” que deveria guiar o ensino primário a partir de sua aprovação.

Em Uberlândia, documentos encontrados na Coleção Professor Jerônimo Arantes (CPJA) registraram a presença de descendentes de italianos como Pagotto, Knychala e Monti, bem como de crianças com traços fisionômicos compatíveis com japoneses. A Ata de Exames da Escola do Paraíso registrou alunos cujos sobrenomes eram Higaci, Ikigui, Minori e Camimura, entre outros. (UBERLÂNDIA, 1943). Foi-lhes ministrado o ensino em língua portuguesa; contudo não se sabe o destino dessas famílias a partir de então.

O artigo 8º do decreto obedecia a determinações do ministro que recomendava “o ensino primário, onde quer que fosse ministrado, deveria visar a perfeita integração das novas gerações no espírito da unidade, da comunhão e da segurança nacional.” (CAPANEMA, 1939, p. 34), eliminando ao máximo qualquer influência estrangeira, o que foi feito também nas escolas rurais de Uberlândia.

Desse modo, para o ministro tornara-se prioritário fortalecer o sentido “nacional” das escolas desde o ensino primário e em razão disso reforçou-se a obrigatoriedade do

hasteamento da bandeira e do canto do hino nacional<sup>8</sup> em todas as escolas primárias, públicas e particulares, além do comparecimento dos alunos aos eventos cívicos. Esse “sentido nacional”, que já existia, tornou-se ainda mais forte no cotidiano escolar.

Durante o Estado Novo outra preocupação do governo foi a erradicação do analfabetismo, expressa em 1938 quando o ministro Capanema determinou a criação da Comissão Nacional do Ensino Primário pelo Decreto Lei nº 868. (BRASIL, 1938).

Na Exposição de Motivos enviada ao presidente Vargas para justificar a necessidade de se instalar essa Comissão, o ministro Capanema identificava o ensino primário como um dos mais importantes problemas do governo a ser resolvido e determinava qual seria o papel do Estado,

Para remediar tais males, só uma solução se oferece: é a intervenção do governo federal. Esta intervenção não significará, em nenhuma hipótese, que o governo federal entre a dirigir as escolas primárias do país. A administração do ensino primário é tarefa que não deve ser arreada das atribuições estaduais e municipais. O papel da União será outro. Cumprir-lhe-á, por um lado, traçar, em lei federal, as diretrizes fundamentais do ensino primário, e, por outro lado, cooperar financeiramente, com os governos estaduais e municipais, na medida das necessidades de cada qual, a fim de que, em período o mais curto possível, se liquide o analfabetismo em todo o território nacional. (CAPANEMA, 1938, p. 32).

Em 18 de abril de 1939, ao iniciar os trabalhos da Comissão Nacional do Ensino Primário foi definido como prioridade o combate ao analfabetismo, a diferenciação do currículo das escolas primárias urbanas e rurais, as questões de gratuidade do ensino primário e as contribuições à caixa escolar.

O combate ao analfabetismo já era preocupação desde a década anterior, sendo que a partir de 1932 a Cruzada Nacional da Educação<sup>9</sup> considerou tal questão como um problema de “salvação pública”.

De acordo com Ribeiro (2009), essa preocupação existiu em Uberlândia a partir de 1936 e somente em 1939, em nome dessa cruzada, o município instalou ou reinstalou dez escolas rurais. Em todas as atas de instalação dessas unidades era perceptível o apelo patriótico do governo federal e por sua vez as ações do governo municipal para colaborar com

---

<sup>8</sup> De acordo com a Lei 259 de 01.10.1936, desde essa data já havia obrigatoriedade do canto do hino nacional em estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 1936).

<sup>9</sup> A Cruzada Nacional da Educação, proposta pelo Decreto nº 21.731 de 15.08.1932, pretendia combater o analfabetismo, considerando-o um entrave ao desenvolvimento do país.

as determinações nacionais foram registradas pela inspeção, professor e demais autoridades presentes.

Outras preocupações da CNEP a partir de então foram a diferenciação do currículo de escolas primárias urbanas e rurais e questões relacionadas à gratuidade ou contribuições à caixa escolar.

Em Uberlândia, durante toda a Era Vargas a documentação encontrada indica que o currículo das escolas rurais era semelhante ao das escolas urbanas e que a gratuidade e as contribuições também eram previstas no Regulamento de Ensino que se seguia à época.

Desse modo, depreendemos que, durante a Era Vargas, a reforma de 1931 priorizou o ensino secundário e não regulamentou o ensino primário, enquanto a Constituição Federal, promulgada em 1934, determinou que essa modalidade de ensino fosse gratuita, integral, com frequência obrigatória e extensiva a adultos, priorizando o idioma pátrio. Com o golpe de 1937 essa tendência se consolidou e foi reforçada pelo ministro Francisco Campos ao afirmar que,

A educação não tem o seu fim em si mesma; é um processo destinado a servir certos valores e pressupõe, portanto, a existência de valores sobre alguns dos quais a discussão não pode ser admitida. A liberdade de pensamento e de ensino não pode ser confundida com a ausência de fins sociais postulados à educação, a não ser que a sociedade humana fosse confundida com uma academia de anarquistas, reduzida a uma vida puramente intelectual e discursiva. [...] A Constituição prescreve [...] ao Estado, como seu primeiro dever em matéria educativa, o ensino pré-vocacional e vocacional destinado às classes menos favorecidas, cabendo-lhe ainda promover a disciplina moral e o adestramento da juventude, de maneira a prepará-la ao cumprimento de suas obrigações para com a economia e a defesa da nação. (CAMPOS, 1940, p. 65).

Observa-se pelo discurso que o ministro Campos, do mesmo modo que o ministro Capanema, considerava essencial ao novo governo fortalecer o interesse nacional, pois a nação estaria acima de interesses individuais.

Deve-se reconhecer que tal discurso de caráter patriótico de Campos coloca o interesse nacional acima do interesse individual e determina como características do novo cidadão a “disciplina moral” e o “adestramento”, além do “cumprimento de obrigações” e defesa da nação quando necessário. Tornar-se “adestrado”, esse seria o sentido da educação das classes menos favorecidas a partir de então: educar para servir.

Como Brandão (2007, p.7) afirma, "ninguém escapa à educação, em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela" e a escola primária nesse período manteve-se como importante espaço de escolarização.

A se considerar que na época a maioria das escolas primárias atendia a população rural, inclusive as de Uberlândia, o civismo e o patriotismo foram lembrados positivamente nos discursos de autoridades municipais, estaduais e federais, ajudando a compor as representações desejadas pelo governo de relações harmoniosas entre Estado e sociedade, completamente “isentas de conflitos”.

### **1.3 Organização da escola primária mineira**

Durante toda a Era Vargas o Estado de Minas Gerais esteve ao lado do presidente nas articulações políticas que resultaram na manutenção de Olegário Maciel no governo do Estado até seu falecimento em 1933; quando foi substituído por Benedito Valadares Ribeiro, interventor nomeado pelo presidente, que permaneceu no governo até 1945.

Entretanto, para compreender o quadro educacional mineiro durante a Era Vargas é necessário recuar ao ano de 1927. Segundo Martins (2009), no decorrer deste ano, Francisco Campos, então Secretário dos Negócios do Interior, e Mário Casasanta, Inspetor de Instrução Pública, empreenderam uma primeira reforma que, prioritariamente, envolveu a formação de professores adotando princípios da Escola Nova.

A esse respeito, Peixoto (2003, p. 78) afirma:

Segundo Francisco Campos, a principal função da escola é integrar o indivíduo ao meio social, dotando-o de certa homogeneidade na maneira de sentir, transformando-o de indivíduo em cidadão. A palavra cidadão, expressa para Campos o indivíduo capaz de exercer sua liberdade, no sentido da racionalidade existente. Ser é ser racional. Por isso, para ele, a função da escola é transformar os indivíduos em seres racionais adaptando-os de maneira adequada à sociedade.

A reforma mineira, considerada avançada e liberal para a época, já se preocupava com a formação do “cidadão” que estivesse a serviço da sociedade, o que deveria ser buscado pela escola, cuja função principal a partir de então seria dedicar-se a transformar os indivíduos, indistintamente, em seres racionais.

Já na década de 1920 o secretário do interior Francisco Campos indicava que o principal propósito da educação pública era o benefício da sociedade e, embora o indivíduo pudesse se beneficiar com a “racionalidade”, ele não era a prioridade.

A reforma educacional mineira de 1927 criou a escola normal, reformulou currículos e estabeleceu as bases do ensino primário, inclusive do ensino primário rural ainda sob influência de dois importantes movimentos ideológicos educacionais que haviam se originado em fins do século XIX entre intelectuais burgueses que foram denominados por Nagle (1974) de Entusiasmo pela Educação e Otimismo Pedagógico.

No início do século XX, em razão do recente advento da República, tanto o Entusiasmo pela Educação quanto o Otimismo Pedagógico desvinculavam a questão social da questão escolar e consideravam a educação republicana como “salvação” das mazelas herdadas da monarquia, limitando-se a defender a abertura de escolas e a adequação de currículos.

Para o pesquisador Ghiraldelli Jr., (2003, p. 20-21),

[...] tais expressões, “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”, se popularizaram por meio de escritos de livros e artigos de Jorge Nagle, e depois foram incorporadas na historiografia da educação em nosso país. Mas eu as uso em um sentido reformulado, por isso cito como referência um artigo meu de 1987. O primeiro movimento ia em um sentido quantitativo, o segundo em um sentido qualitativo. O primeiro solicitava abertura de escolas. O segundo se preocupava com os métodos e conteúdos do ensino. Tais movimentos se alternaram e em alguns momentos se somaram durante a Primeira República.

Além dessas características, Oliveira e Silva (2011, p. 3-4) acrescentaram que a educação também passou a ser vinculada à questão da ascensão social e à busca de direitos.

Coube à educação esclarecer à população, seus direitos e deveres, assim como o direito ao voto. A educação, portanto, neste período era o instrumento de ascensão social do indivíduo que vivia à margem da sociedade, mas também foi o instrumento de busca de ascensão do poder da burguesia. Esse fenômeno que começou a usar a educação como instrumento de “conscientização” e da busca em formar o “cidadão votante” foi caracterizado por Jorge Nagle de entusiasmo pela educação.

Essa associação da “educação” à ascensão social e a uma possível solução para os problemas nacionais, especialmente o combate ao analfabetismo, considerado um importante indicador do atraso nacional, foi retomada posteriormente na década de 1930.

Contudo, o “Entusiasmo pela Educação” mostrou-se limitado, pois apenas multiplicar escolas sem a necessária qualidade do ensino não garantiria o fim das mazelas nacionais.

Já o “Otimismo Pedagógico” preocupado em preparar os professores e formular um programa escolar com ideias e métodos “modernos” influenciou reformas de ensino que ocorreram em estados da federação.

Não se pode esquecer que nesse contexto existe a presença de outro movimento importante, o Ruralismo Pedagógico, que defendia a fixação do homem no campo e a adoção de um currículo escolar adequado a esse propósito. Sobre o ruralismo, Prado (1995, p. 5) afirma que,

[...] o discurso ruralista pedagógico é percebido como produto ideológico dos grupos e indivíduos que, em postos governamentais importantes e/ou representando, fora do poder, interesses direta ou indiretamente relacionados com o desenvolvimento rural, demonstram preocupação com a racionalidade do quadro econômico e político nacional. Esta parece passar pela resolução da questão educacional, dentre outros aspectos. O discurso sobre o papel da educação está entrelaçado a preocupações relativas a outros campos, como os da política demográfica, da segurança nacional e da colonização interna e apresenta papel de destaque na obra que o Estado Novo pretende realizar.

Segundo o pesquisador Bezerra Neto (2003, p. 15), os defensores do ruralismo,

[...] entendiam como sendo fundamental que se produzisse um currículo escolar que estivesse voltado para dar respostas às necessidades do homem do meio rural, visando atendê-lo naquilo que era parte integrante do seu dia-a-dia: o currículo escolar deveria estar voltado para o fornecimento de conhecimentos que pudessem ser utilizados na agricultura, na pecuária e em outras possíveis necessidades de seu cotidiano.

Reforçando esse ponto de vista, o ruralismo pedagógico para Maia (1982, p. 27) deveria ser analisado de acordo com os interesses conservadores das oligarquias rurais e dos grupos industriais, que não absorviam toda a mão de obra migrante. Esse discurso de “natureza agrária do brasileiro” atendia plenamente a esses, ou seja,

Propunha-se uma escola integrada às condições locais, regionalista, cujo objetivo maior era promover a “fixação” do homem ao campo. A corrente escolanovista reforçava essa posição “da escola colada à realidade”, baseada no princípio de “adequação” e, assim, colocava-se ao lado das forças conservadoras. Isto porque a “fixação do homem ao campo”, a “exaltação da natureza agrária do brasileiro” faziam parte do mesmo quadro discursivo com que a oligarquia rural defendia seus interesses. Por outro lado, o grupo industrial também ameaçado, pelo “inchaço” das cidades e a impossibilidade de absorver a mão-de-obra, engrossava a corrente dos ruralistas.

De acordo com Nascimento (2003, p. 4), ao tratar sobre a educação do campo:

Historicamente, sabe-se que a educação do campo esteve fora da agenda política do país, ignorada e marginalizada, pois sempre esteve reduzida à escolinha rural voltada a ensinar as primeiras letras (visão utilitarista da educação), a professora desqualificada/leiga e a massas e analfabetos/as. Nunca houve interesse por parte das políticas públicas educacionais de se pensar num projeto político-pedagógico que abrangesse a realidade do campo [...].

Embora a população rural fosse a maioria na década de 1920 no Estado de Minas Gerais e a educação primária rural a partir da reforma de 1927 devesse se estender a três anos, em Uberlândia isso não significou modificação expressiva, uma vez que o município já tinha estabelecido regra semelhante quatro anos antes.

A reforma mineira de 1927 também é entendida por Bomeny (2001, p. 106) como momento importante na regulamentação do ensino primário, dentro de um regime republicano e democrático,

Em Minas Gerais, Francisco Campos, apesar de suas concepções antiliberais no plano da organização política, não hesitou em introduzir a Escola Nova, mobilizando os professores através dos congressos de instrução, da remodelação da Escola Normal, da criação da Escola de Aperfeiçoamento, da construção de bibliotecas e da renovação da Revista do Ensino [...] a partir da reforma mineira inverte-se o processo, ou seja, procura-se conceber como as instituições escolares devem funcionar num regime republicano e democrático. Através de sucessivos decretos, entre 1927 e 1928, regulamenta-se o ensino primário mineiro e renovam-se os programas das escolas normais.

Desse modo, a partir do final da década de 1920 e início da década de 1930 os municípios começaram a se organizar em matéria educacional atendendo as diretrizes do Estado como um ente educador, mas a educação primária rural não teve grandes melhorias.

No Estado de Minas Gerais o Decreto Lei 10.641 (MINAS GERAIS, 1932) estipulou que 50% da contribuição dos municípios para o Fundo Escolar passaria a ser destinada à manutenção das escolas rurais, urbanas, diurnas e noturnas, isoladas ou reunidas e caberia ao Secretário da Educação a tarefa de restaurar o ensino em quaisquer das escolas suspensas desde que houvesse proposta do prefeito do referido município.

De fato, o governo de Minas Gerais procurou ter mais controle sobre os municípios e, seguindo o exemplo paulista, implantou em 1934 o Departamento de Administração Municipal (DAM), para orientá-los tecnicamente e representá-los perante o governo estadual.

Tais atitudes do governo estadual apenas reforçaram que a rede de troca de favores permaneceria entre os secretários e os chefes locais, uma vez que o secretário poderia usar

politicamente as nomeações que pudessem trazer retorno político, mantendo as relações clientelistas, o que Leal (2012) também reafirma.

Não era diferente no município de Uberlândia, pois, em relação às escolas rurais, durante toda a Era Vargas entre os documentos localizados no ArPU há cartas e bilhetes solicitando a nomeação ou recondução de professores com pedidos de fazendeiros e respostas de prefeitos a tais “favores”. Por vezes os fazendeiros ou autoridades solicitavam a contratação dos profissionais; por outras a inspeção determinava a lotação dos professores e por vezes eles mesmos solicitavam as mudanças com apoio dos fazendeiros.

Fazia parte das prerrogativas do cargo da inspetoria as “modificações” escolares, que no mês de janeiro de 1935 estabeleceram grande rotatividade entre os profissionais, designando quem deveria ser exonerado, contratado ou removido:

[...] No intuito de dar melhor organização no quadro do professorado municipal para haver melhor aproveitamento nos trabalhos escolares no decorrer do ano que se inicia, essa inspetoria vem apresentar a V. Senhoria as modificações que devem ser feitas. (INSPETORIA, 1935, n.p.).

Encontramos somente uma situação divergente dos acordos entre prefeitos, fazendeiros e inspetoria no ano de 1936, relativa ao preenchimento de uma vaga que surgiu após a exoneração de um professor de escola distrital.

Na ocasião, o prefeito Giffoni enviou à inspeção escolar um bilhete manuscrito em seu cartão de visitas, no qual ordenava a contratação de um professor substituto. Apesar de ser uma medida de teor administrativo, o bilhete denotava certa informalidade entre prefeito e inspetor conforme registra o Quadro 1.

**Quadro 1 - Bilhete do prefeito ao inspetor escolar – 1936**

Jeronymo Arantes: providencie imediatamente a substituição para o Anaximandro Borges designando o prof. Braga, se estiver em condições, ou outro que o esteja. (verso)	Não deixe de providenciar logo, pois não quero que a escola fique acéphala, dando margem a commentarios.  Vasco (frente)
--	--

Fonte: ArPU.



No episódio, o prefeito declarava-se preocupado com “commentários” sobre a escola “acéphala” no distrito, o que motivou o bilhete solicitando que outro professor fosse providenciado com rapidez. Assim, no entender do prefeito, a escola não poderia ficar sem seu “cérebro”, ou seja, o professor e nem deveria dar margem a comentários, provavelmente de opositores.

Contudo, entre a documentação do ArPU está outra carta na qual o professor da escola do distrito, inconformado, solicitava à inspeção escolar esclarecimentos sobre o fato de sua exoneração na metade do ano e recebeu como resposta não haver nada que desabonasse sua conduta. Tanto o comunicado de exoneração como os esclarecimentos ao professor Anaximandro estavam assinados pelo inspetor escolar, mas desses atos, supostamente o prefeito não havia tido conhecimento, o que denota algum poder da inspeção.

Embora o prefeito tivesse preocupações sobre comentários negativos acerca da escola e recomendasse a substituição do professor, o fazendeiro, dono do prédio escolar, não concordava e desejava que o professor permanecesse na escola, conforme indica o Quadro 2.

#### **Quadro 2 - Carta do fazendeiro ao prefeito municipal – 1936**

U B E R L Â N D I A, 12 de agosto de 1936.

Exmo Snr. Dr. Vasco Giffoni

Prefeito do Município de Uberlândia

Comunico a V. Excia. que, tendo chegado ao meu conhecimento haver sido exonerado do cargo de professor da escola municipal denomina “Bôa Vista”, installada em predio de minha exclusiva propriedade, situado na fazenda Boa Vista, no distrito de Martinópolis o Sr Anaximandro Borges de Assis, moço portador de reconhecida competencia profissional e de invejável conducta moral, não me conformando, em hypothese nenhuma com o acto de V. Escia, solicito, pois, seja orientada incontinenti, a retirada de todos os moveis e utensilios pertencentes a referida escola, visto como, tenho necessidade do predio, afim de nelle manter, por minha conta propria, a mesma escola e alludido professor.

Certo de que V. Excia. attenderá o meu pedido, antecipadamente, apresento-lhe os meus agradecimentos.

Saudações.

Antonio Basilio Nunes (manuscrito)

De acordo com a carta, o fazendeiro, que era o dono do prédio onde a escola funcionava, solicitou a imediata retirada dos materiais da prefeitura e resolveu manter a escola funcionando por conta própria, comunicando ao prefeito o fato, por não concordar com as atitudes do prefeito (“V. Escia”) em relação ao professor da escola rural, a quem considerava um profissional “competente”.

Não foi encontrada resposta ao fazendeiro por parte do prefeito Giffoni, mas a partir desse momento todas as nomeações e exonerações encontradas no ArPU, além de serem assinadas pela inspeção, também foram enviadas a ele.

Quanto à escola, surgiu a dúvida se era considerada distrital, rural ou isolada, devido à sua localização, já que era situada no distrito de Martinópolis, mas reivindicada pelo proprietário da fazenda.

Dessa escola não foi encontrado nenhum registro de ata, livro de ponto ou de matrícula escolar, nem anterior e nem posterior a esse fato no ArPU e não se sabe se nesse ano de 1936 a escola continuou a funcionar de forma autônoma, sem as determinações oficiais da inspeção escolar, embora a taxa escolar continuasse a ser arrecadada no distrito.

O documento denominado Corografia<sup>10</sup>, de 1938 encontrado no ArPU informava que naquele ano havia duas escolas distritais no município, com 180 alunos matriculados em sete turmas e três professores, porém sob a denominação de “singular estadual”, sendo que uma delas se localizava em Martinópolis. Não se sabe se é a mesma escola. (ARANTES, 1938, n.p.).

O que ocorria em Uberlândia não era diferente do que Lopes (2003) indicou. Para essa autora, a organização das escolas no estado de Minas Gerais, ainda no Governo Provisório, estaria vinculada à solicitação dos prefeitos,

Em 1934, o governo do Estado restitui aos municípios a contribuição a que estavam obrigados, e que deveria ser aplicada no ensino rural. (Decreto 11.297 de 10.04.1934). Assim, quando houvesse solicitação dos prefeitos, as escolas seriam restauradas pelo secretário e mantidas com as verbas dos próprios municípios que ficariam desobrigados de contribuir para o fundo escolar. Os professores seriam contratados ou dispensados pelo próprio secretário. A partir daí, no mês de maio, as escolas voltaram a crescer. Isso significa que quando o governo estadual precisou de apoio político dos municípios houve uma “troca de favores”: os prefeitos

---

<sup>10</sup> Desde fins do século XIX os documentos conhecidos como “corografia” foram produzidos em diversos municípios brasileiros, preocupando-se em descrever aspectos geográficos e econômicos, entre outros.

solicitavam ao secretário a abertura de escolas e este por sua vez atendia aos pedidos. As escolas eram mantidas pelos recursos “devolvidos” aos municípios. Em troca, os prefeitos apoiavam o governo estadual, que obtinha o apoio político de que necessitava. (LOPES, 2003, p. 942).

Portanto, a partir de 1934, devido a esse novo decreto estadual, o ensino rural mineiro seria beneficiado com a restituição da contribuição para o fundo escolar que garantiria a manutenção das unidades escolares, mas estes, em contrapartida, ficariam à mercê dos favores entre prefeitos e secretários, que poderiam abrir ou fechar escolas, contratar e demitir professores, mantendo a antiga relação de favores, típicas do coronelismo.

No mesmo ano, a Constituição Federal, promulgada em julho de 1934, determinou pela primeira vez qual seria o recurso aplicado nos sistemas educativos e incluiu o ensino nas áreas rurais,

Art. 156 - A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Parágrafo único - Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual. (BRASIL, 1934, n.p.).

Com tal regulamentação e com os dados obtidos no ArPU foi possível aferir que no período de 1930 a 1937 tal percentual nunca foi cumprido em Uberlândia, cujos investimentos em educação sempre foram valores menores que o determinado por lei, conforme o Quadro 3.

**Quadro 3 - Investimentos do município de Uberlândia no ensino – 1930-1937**

ANO	ESCOLAS RURAIS	VERBA ENSINO	ORÇAMENTO TOTAL	%
1930	10	45:000\$000*	-	-
1931	7	29:638\$400	606:376\$800	4,88%
1932	6	50:000\$000**	603:327\$400	8,28%
1933	6	-	750:995\$200	-
1934	7	-	679:591\$900	-
1935	20	51:300\$000	832:696\$000	6,1%
1936	17	49:428\$500	932:433\$100	5,3%
1937	15	60:321\$000	1.341:788\$100	4,49%

\*Crédito Especial solicitado pela Inspeção Escolar.

\*\* Crédito Especial concedido pelo Decreto 10547 de 07.10.1932.

Fonte: Relatórios da Inspeção Escolar e da Contabilidade. ArPU.

Sabendo-se que, a partir de 1934, deveria haver um valor de 10% de investimentos pelos municípios restituídos pelo fundo escolar em Uberlândia, o valor investido somente chegou perto de 10% antes dessa data, em 1932, ano em que um "crédito especial" foi solicitado pela inspeção escolar.

Mesmo com o aumento de 50% no número de escolas em média, no período de 1930 a 1937 os dados obtidos permitiram inferir que a porcentagem de recursos investidos no ensino nunca alcançou o valor previsto em Lei. Em 1931 e no triênio 1935/1937 o valor investido foi inferior e se manteve aquém do que a legislação determinava, embora o discurso de “preocupação” com a educação fosse cada vez mais fortalecido.

Os dados encontrados entre 1930 e 1937 foram descontínuos; houve anos como 1933 e 1934 sem informações precisas. Nos demais anos os dados revelaram que, embora o número de escolas tenha duplicado, a verba destinada à educação não teve a mesma evolução.

Fosse para manter o homem no campo, para “modernizar” a educação ou para obter os “votos de cabresto”, ao final dos anos 1920 e durante a Era Vargas sob influência de novas ideias pedagógicas houve modificações na legislação e passou a existir maior controle sobre os municípios. No caso de Uberlândia a inspeção escolar organizou-se em relação à questão educacional, conforme regulamentos anteriores, mas o município continuou a investir valores ínfimos no ensino.

#### **1.4 Organização da educação primária em Uberlândia**

O tema “educação” é caro a memorialistas da cidade de Uberlândia como Tito Teixeira (1970) e Oscar Virgílio Pereira (2010). Inspirou também os antigos inspetores e professores da década de 1930, Carlos Brandão e Jerônimo Arantes. Todos eles se esforçaram para demonstrar a “vocação” dos progressistas habitantes da cidade em prol da “busca do conhecimento”.

Porém, de acordo com Gonçalves Neto e Carvalho (2004), a origem da preocupa  o com a educa  o no município de Uberlândia    mais antiga e remonta a 1835, época em que Felisberto Alves Carrejo, considerado o “fundador da cidade”, resolveu organizar a primeira escola para instru  o das crianças ao redor de suas terras.

Tal fato ocorreu no interior do sertão mineiro pouco mais de 10 anos após a outorga da Constitui  o Monárquica de 1824 por D. Pedro I; Lei que estabelecia no artigo 179 inciso

XXXII que fosse “A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos” (BRASIL, 1824, n.p.).

Ainda em fins do século XIX na transição da Monarquia para a República, a educação continuou presente nos discursos políticos, fortemente influenciados pelas ideias positivistas. Também a legislação recebeu essa influência e a primeira Constituição da República, promulgada em 1891 no artigo 72, parágrafo 6 indicava que “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (BRASIL, 1891, n.p), redação posteriormente mantida na Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926. (BRASIL, 1926, n.p.).

Nesse texto constitucional de 1891 foi possível identificar que a palavra “ensino” aparecia quatro vezes para atribuir ao Congresso a responsabilidade pela organização do ensino superior no Distrito Federal no artigo 34, parágrafo 30; ampliar essas responsabilidades quanto aos Estados no artigo 35, com a criação de ensino superior e secundário e do ensino secundário no Distrito Federal, mas não “privativamente”. (BRASIL, 1891, n.p.). Não existe nesse texto constitucional nenhuma menção ao ensino primário.

Embora se saiba que desde 1824 a primeira Constituição Monárquica indicasse a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos, 67 anos depois a primeira Constituição Republicana de 1891 também não determinou competência sobre essa responsabilidade.

Em busca de informações sobre a organização escolar em fins do século XIX e início do século XX no Arquivo Público de Uberlândia foi possível encontrar materiais da época. Embora descontínuos e alguns em estado precário, em certos momentos da pesquisa o sentimento foi de estar numa encruzilhada: de onde não se esperava quase nada, apareceu uma quantidade importante de informações soltas sobre as escolas do período.

As fotografias da CPJA permitiram compreender o lado externo das escolas rurais de Uberlândia, de acordo com o que a inspeção ordenava ao fotógrafo. Em busca de mais informações sobre a condição de trabalho dos profissionais foi necessário retornar ao ArPU. Oficialmente, quase nada foi preservado sobre o cotidiano escolar rural no que diz respeito aos métodos e materiais pedagógicos, mas sabe-se que em arquivos particulares alguns materiais foram guardados, como os que Ribeiro (2009) descobriu durante sua pesquisa sobre as escolas rurais e alfabetização.

As fontes encontradas sobre a cultura escolar do município acabaram por se revelar preciosas, conforme Julia (2001), que considera como cultura escolar o conjunto de normas que define quais conhecimentos serão ensinados; que condutas se deseja inculcar e quais

práticas tornam possível a transmissão de conhecimentos e a incorporação de comportamentos, conforme cada época.

Durante a pesquisa foi possível inferir que no município de Uberabinha<sup>11</sup>, na última década do século XIX a preocupação com a instrução já estava presente na Câmara Municipal da cidade, que foi palco de intensos debates sobre a necessidade de escolas e de normas para seu funcionamento que acabaram transformando-se em leis e regulamentos. Antes mesmo da primeira sessão oficial, em 07 de março de 1892, o vereador Arlindo Teixeira já solicitava a seus pares,

Considerando que todas as aulas públicas dessa cidade se acham vagas por haverem pedido demissão os respectivos professores; Considerando que tal estado de coisas induz graves prejuízos a instrução pública; Considerando finalmente que é atribuição da Câmara Municipal criar escolas e prover-as de professores; Proponho: Que seja provida a Aula Pública de Instrução primária do sexo masculino d'esta cidade nomeando o cidadão Eduardo Jose Bernardez para êste fim. Que para ocorrer a despesas com o provimento, se proceda a cobrança da taxa escolar, atualmente cobrada com o nome de imposto de capitação. Posta em discussão e não havendo quem pidisse a palavra posta a votos, foi aprovada. (UBERABINHA, 1892, n.p.).

A fala do vereador já fornecia elementos importantes para compreender o funcionamento da escola de Uberabinha em fins do século XIX. De acordo com o documento, eram funções da Câmara a criação de escolas, a nomeação dos professores e o provimento dos vencimentos dos mesmos. Isso foi feito com a cobrança da taxa escolar (que já existiam com o nome imposto de “capitação”), sugerida pelo vereador e aprovada sem que nenhum outro vereador discutisse a proposta.

Não se fala em escola urbana ou rural, apenas designa que havia “aulas públicas” e que as mesmas se encontravam “sem professores” em 1892 em função de “haverem pedido demissão”. Indica ainda que o objeto da Lei era reabrir a “Aula Pública de Instrução primária do sexo masculino” sob regência do “cidadão Eduardo José Bernardez”. Assim, de acordo com o que ficou registrado, a proposta educacional de Uberabinha em 1892 limitava-se a uma turma para alunos do sexo masculino e aos aspectos ligados à designação e provimento do professor.

Nas sessões subsequentes da Câmara em abril de 1892 foram autorizadas não só a contratação do professor, mas a reforma do prédio onde se instalaria a escola e a taxa escolar.

---

<sup>11</sup> Foi pela Lei nº 1.128 de 19/10/1929, sancionada pelo então presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que o município, cidade e comarca de São Pedro de Uberabinha, passou a denominar-se Uberlândia, com uma área de 4.031 km². (TEIXEIRA, 1970).

De acordo com informações do inspetor Jerônimo Arantes, desde 1892 também funcionava a escola Tenda. (ARANTES, 1938). Assim, haveria em Uberabinha uma turma urbana e uma escola rural funcionando nessa época.

No Arquivo Público Municipal foi encontrada uma cópia do primeiro Regulamento Escholar do Município de Uberabinha, promulgado em 09 de março de 1896, quando José de Lellis França era o Agente Executivo Municipal, em fins do século XIX (UBERABINHA, 1896). Esse regulamento possuía 57 artigos, vigorou até as primeiras décadas do século XX e determinava, entre outros itens, as normas para nomeação, demissão, deveres dos professores e da inspeção, além dos conteúdos a serem ministrados nas escolas municipais.

Já na segunda década do século XX, em 7 de março de 1923, ainda em Uberabinha foi promulgada a Lei nº 278, conhecida como “Regulamento Eduardo Marquez”, que estabeleceu em 49 artigos as regras de funcionamento do ensino rural e do ensino noturno a partir daquela data. O primeiro artigo determinava os critérios para a criação de escolas rurais no município: “Art. 1. Ficam creadas sete (7) escolas rurais de ensino primário e elementar nesse município, mantidas pela Camara Municipal; nos núcleos de população que oferecerem, gratuitamente, o prédio para seu funcionamento.” (UBERABINHA, 1923, p. 10).

O documento indica que a manutenção das escolas rurais seria responsabilidade da Câmara e a cessão do prédio seria feita pela população. Percebe-se que desde as primeiras escolas o poder público convocava e estimulava a população a contribuir no processo de escolarização do município, ampliando a corresponsabilidade, uma vez que desde fins do século anterior os munícipes já pagavam a taxa escolar.

Na sequência do regulamento, o parágrafo 2 determinava a população escolar mínima em “cincoenta” crianças (em 1925 a exigência caiu para trinta crianças) e alguns critérios para o prédio escolar para seu funcionamento. Já o parágrafo 3 regulamentava que a cessão do prédio não implicava doação e caso a escola fosse fechada ou transferida haveria a restituição ao proprietário. Quanto à frequência, os artigos 2 e 3 vinculavam-na à quantidade de matrículas: para 30 crianças matriculadas deveria haver 20 crianças frequentes.

Os demais artigos estabeleciam a duração do ano letivo de 01 de fevereiro a 30 de novembro, funcionando as aulas em dias úteis das 11 às 15 horas, o calendário escolar (artigo 4) e admissão (artigo 5). Mas o calendário, quantidade de alunos e horário de funcionamento variava conforme as atas escolares registraram, especialmente em locais onde funcionaram “duas cadeiras”, ou seja, duas turmas em dois turnos.

Embora na área rural os pais nem sempre tivessem condições de providenciar material, uniforme e enviar todos os filhos para a escola, a sequência das normas cobrava essa responsabilidade das famílias no artigo 6, ao demarcar o perímetro escolar em três quilômetros e trazer a interessante “multa para paes rebeldes no valor de 50\$000 anuais como indenização escolar aos paes que recusarem a obrigatoriedade escolar de seus filhos.” (UBERABINHA, 1923, p.11).

A partir do artigo 7 o documento determina a localização das escolas, atribuições do cargo de inspeção (artigo 8 a 10) e respectivo salário (artigo 11; de 250\$000 em 1923 passou para 300\$000 em 1924) e atribuições do professor (artigo 12 a 15), além de prazos a serem cumpridos e punições. O artigo 17 do regulamento chegou a estabelecer premiações aos professores, mas foi revogado no ano seguinte,

Art. 17. Aos professores municipaes poderá o Presidente da Camara conceder os seguintes prêmios, conferidos em virtude de sua competência, assiduidade, devotamento ao ensino, frequência e aproveitamento de sua escola:

1º - 800\$000 ao professor classificado em primeiro lugar

2º - 500\$000 ao professor classificado em segundo lugar

3º - 200\$000 ao professor classificado em terceiro lugar

§ I – Para ter direito a qualquer dos prêmios do artigo anterior é necessário que a escola tenha tido frequência media de 20 alumnos e aprovação em exame de  $\frac{3}{4}$  dos mesmos. (UBERABINHA, 1923, p. 14).

O artigo 22 estabelecia em três parágrafos que a publicação dos dias de exames escolares deveria ser feita mediante editais na imprensa. Os exames seriam públicos e com participação da comunidade. Encontramos diversas publicações das datas de exames durante a Era Vargas, geralmente no mês de novembro, com as respectivas bancas, portanto, os professores e professoras sabiam de antemão quando receberiam a visita das autoridades e preparavam-se para a ocasião que incluía sessões fotográficas durante a gestão de Jerônimo Arantes na inspeção escolar.

O currículo está descrito no artigo 24 dividindo as matérias em três anos<sup>12</sup>, quais sejam: “leitura, escripta, Língua Pátria, arithmética, educação moral e cívica, geografia, história do Brasil, noções de agricultura e educação física.” (UBERABINHA, 1923, p. 15). Mesmo com a reforma de 1927 e outras mudanças, encontramos indícios que esse regulamento foi seguido no município no período investigado nessa pesquisa.

<sup>12</sup> Uberabinha antecipou-se à Reforma do Ensino Primário empreendida por Francisco Campos no Estado de Minas Gerais que em 1927 estabeleceu o curso nas escolas rurais de três anos, no intuito de melhorar o ensino.



Embora as “noções de agricultura” não fossem descritas e pudessem abarcar todas as atividades agrícolas, porquanto era a principal atividade econômica do município, foram encontradas duas fotografias não identificadas do ArPU que indicam a execução de trabalho agrícola por alunos, como na Imagem 1.

**Imagem 1 - Alunos de Escola Municipal Rural não identificada [19--]**



Fonte: CPJA. ArPU.

Há na fotografia grande quantidade de crianças inclinadas, rentes ao chão, vestidas com camisas brancas, uma delas com uma enxada na mão, no que se assemelha a um mandiocal, com terreno livre de ervas daninhas. Não há adultos. Pela observação da fotografia e pela posição das crianças organizada pelo fotógrafo é possível compreender que no município de Uberlândia era importante apresentar os alunos da escola, de preferência uniformizados, mas também era necessário representá-los aprendendo a lidar com a terra, o que poderia demonstrar adequação à educação rural proposta pelo governo nesse período.

Entre as atividades previstas nos currículos municipal e estadual que se efetivavam nas escolas primárias rurais do município de Uberlândia foi possível identificar pelas fotografias apresentações teatrais e exercícios físicos além da presença de trabalhos manuais e nos demais documentos os conteúdos que o currículo determinava cumprir.

As atividades culturais também fizeram parte do cotidiano escolar da época e foram registradas em fotografias não identificadas nas quais alunas vestem roupas estampadas, provavelmente em ocasião junina; ocasiões em que os alunos e autoridades posam próximos a moradores com violões; apresentação de um grupo de alunas com pandeiros; um grupo que faz continência com chapéus estilizados de soldados, alunos que compõe uma pequena banda escolar numa foto bem amarelada e outro grupo de alunos com roupas estilizadas, conforme a Imagem 2.

**Imagem 2 – Alunos e alunas de Escola Municipal Rural não identificada [19--]**



Fonte: ArPU.

O grupo de treze crianças que posa ao lado de uma cerca de ripas de madeira e tem ao fundo um telhado é composto por cinco meninas, algumas sorridentes com vestidos longos, sapatos, meias e laços de fita nos cabelos enquanto os oito meninos, dos quais dois são negros, trajam chapéu, calças compridas, lenços estampados no pescoço, alguns com cintos e sapatos. Ao centro, um dos meninos carrega uma pequena viola. O traje não parece ser uniforme e sim utilizado em alguma ocasião festiva específica. Não há referência a local ou data e não foi encontrada nenhuma ata ou registro escrito sobre essa comemoração.

O que se sabe é que nas atas escolares há outros registros de cerimônias festivas e cívicas, com a presença de autoridades e moradores em geral no encerramento dos trabalhos anuais ou em datas comemorativas.

Quanto às bibliotecas, entre as 577 imagens escolares somente uma biblioteca foi documentada e não está identificada. Acreditamos que não se trata de biblioteca rural, pois a maioria das escolas rurais do município era composta somente por um cômodo, assemelhando-se ao que Faria Filho e Vidal (2000) e Brandão (1984) descrevem como casa de escola no Estado de Minas Gerais. Como a partir de 1940 as instalações que auxiliavam a aprendizagem como laboratórios e bibliotecas passaram a fazer parte das estatísticas nacionais é provável que tenha sido essa a intenção ao fotografar esse espaço.

Essa única biblioteca<sup>13</sup> da coleção era um espaço exclusivo e extremamente organizado com quadro negro que registrava a frase escrita com giz “bibliotheca infantil”, duas estantes de tamanhos diferentes com livros, mesas com forros bordados, vasos de flores e um globo que formava o cenário para uma “pose” dos alunos. O fotógrafo era o único adulto no local.

Embora o regulamento escolar do período não mencionasse a existência de biblioteca escolar, seu artigo 25 trazia uma preocupação com a leitura. Foi possível aferir que deveria ser adotado o método “instructivo e prático”, considerado o mais adequado e produtivo, condenando o sistema de soletração e decoração, mas não há nenhuma menção a cartilhas ou livros adotados no município nesse período.

Os demais artigos desse Regulamento Escolar versavam sobre matrículas (artigo 29 a 32); licenças e substituições (artigos 20 e 21); exames (artigo 22, 23, 37) e subvenção; vagas ou material a alunos pobres (artigo 31, 33 e 40) e não sofreram modificações em 1924.

Com relação à avaliação dos alunos, o parágrafo 4 do artigo 22 determinava que,

§4 – As notas de exame serão: 3 a 5 simplesmente; 6 a 9 plenamente e 10 distinção. O alumno que não obtiver a media de 5 será reprovado” (UBERABINHA, 1923, p.15) e o artigo 23 fixava que, “Dos exames lavar-se – a uma acta em livro próprio, devidamente assignada pela conimissão, e na qual se mencionem os nomes dos alunos approvados e respectivas notas, bem como o numero de reprovados”. (UBERABINHA, 1923, p. 15).

Os registros dos livros de atas variavam conforme o inspetor ou fiscal. As atas lavradas pelo inspetor Jerônimo Arantes, quando comparadas aos registros feitos por outros inspetores, traziam informações superficiais em relação aos exames e visitas; por várias vezes indicavam apenas que “todos” foram aprovados e raramente detalhavam as médias obtidas. Outros fiscais como Arlindo Francisco de Mello registraram em detalhes aspectos como a higiene, escrituração escolar, disciplina, uniformes, ordem, quantitativo de alunos e médias individuais obtidas tanto nos termos de visita como por ocasião dos exames.

---

<sup>13</sup> Nessa rara fotografia da CPJA em que os alunos portavam materiais escolares, seis crianças se encontravam sentadas, com livros no colo ou sobre a mesa e oito ou estavam com livros ou próximas de quem lia e se mostravam “concentradas”. Outras duas crianças observavam a direção contrária, próximas a uma porta alta de duas folhas. A construção tinha um piso desenhado e detalhes na parede que se assemelhavam a um barrado geométrico, o que nos levou a supor que a biblioteca seria de um dos dois grupos escolares urbanos e por essa razão a fotografia não foi inserida nesse trabalho.

É possível deduzir que os exames escolares fossem elaborados pelos professores e não pela banca e contratempos eram tolerados, conforme o motivo apresentado. Na escola Municipal Paraíso, por exemplo, houve ocasião em que os exames não foram aplicados “por motivo de moléstia na família da professora.” (UBERLÂNDIA, 1940, p. 9).

Embora tenha sido criado em 1923 e reformulado pela Câmara Municipal em 1924, pelas fontes consultadas há indícios de que o “Regulamento Eduardo Marquez” continuou marcando a vida escolar dos munícipes durante os anos seguintes<sup>14</sup>, inclusive nas escolas urbanas Bueno Brandão e Benedito Valadares destarte a legislação estadual e federal posterior.

Em 28 de julho de 1924 a Lei 317 suprimiu subvenções estipuladas pelo Regulamento de 1923 bem como a valorização e estímulo à docência. Também foi modificado o salário de professores pelo artigo 19, quando o valor de 1:800\$000 annuaes passou para 2:400\$00.

As responsabilidades da Câmara em relação à educação perduraram até 1929. Embora se saiba que a partir de então não haveria mais o intendente no poder executivo e sim o prefeito, não foram encontradas outras informações esse respeito. O inspetor Carlos Brandão relatava que em Uberlândia escolas foram fechadas e o material escolar teve outro destino,

Do material escolar fornecido pela antiga Câmara às escolas, apenas algumas carteiras e mezas não se acham em bom estado de conservação, podendo ser utilizadas após ligeiros reparos. Consta-nos que grande parte desse material foi emprestado a institutos de ensino particulares, pela antiga camara quando se fecharam as escolas em 1929, nada se verificando porem, a respeito no arquivo escolar do Inspetor. (RELATÓRIO, 1932, n.p.).

No decorrer da década de 1930 o município já possuía significativo número de escolas, destacando-se: o Grupo Escolar Bueno Brandão (instalado em 01 fev de 1915); o Gymnásio de Uberabinha (fundado em 1912 e estadualizado em 1929 com o nome de Ginásio Mineiro de Uberlândia); o Colégio Amor às Letras do professor Jerônimo Arantes (fundado em 1912 que funcionou até 1933); a Associação Brasil Central de Educação e Cultura<sup>15</sup> (instituição particular conhecida como Escola Normal/ABRACEC que funcionou entre 1924 e 1989); além de dez escolas primárias, sendo sete rurais (Cruzeiro dos Peixotos, Paraíso,

<sup>14</sup> Pelo que consta na Ata de Exames da Escola Municipal Paraíso aplicados em 12 de novembro de 1941, os alunos foram “... todos examinados e aprovados, destacando-se a inteligente menina Maria Alves Borges com distinção em todas as matérias do programa.” (UBERLÂNDIA, 1941, p. 5).

<sup>15</sup> Para informações mais detalhadas, consultar Oliveira (1996).

Tenda, Macacos, Quilombos<sup>16</sup>, Machados e Pontal) e três urbanas (uma diurna na sede da Sociedade São Vicente de Paula e duas noturnas no prédio do Grupo Escolar Bueno Brandão).

Em 1932 começaram a funcionar o Grupo Escolar Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa e o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas; em 1936 a Escola Uberlândia da professora Ruilina Cotta Pacheco e até 1939 apareceram dez externatos: Espírito Santo, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Lourdes, Rio Branco, Santa Maria, Brasil, Santa Inês, Nossa Senhora do Carmo e o Sete de Setembro e escolas distritais de Santa Maria e Martinópolis.

De acordo com o Relatório da Instrução Pública, no início dos anos 1930 as matrículas nas dez escolas rurais somavam 700 alunos com média de frequência de 580. O inspetor Carlos Brandão também informava que a prefeitura, além de pagar as despesas de manutenção das dez escolas, contribuía com 5 contos de réis para o Colégio Normal com a condição de matricular dez alunas pobres por indicação do prefeito, uma vez que desde fins do século anterior a prática de subsidiar escolas era comum no município.

Durante a pesquisa no ArPU foi encontrado um material comemorativo dos cinquenta anos de emancipação do município, denominado “Corografia do Município de Uberlândia” (Arantes, 1938) que reunia textos, estatísticas, mapas, fotografias e questionários que indicam ser material de cunho pedagógico, destinado a reforçar os “avanços” das escolas municipais rurais do mesmo modo que os relatórios oficiais. Nesse documento fotografias completam a descrição de fazendas e suas respectivas escolas, conforme o Quadro 4. O exemplar disponível no arquivo indica pela primeira vez a presença de escolas isoladas<sup>17</sup> no município.

**Quadro 4 - Número de escolas rurais em Uberlândia – 1938**

TIPO DE ESCOLA	QUANTIDADE	Nº DE ALUNOS	PERCENTUAL
Distrital	02	180	3,45%
Municipal rural	18	1076	20,63%
Outras escolas (urbanas)	30	3959	75,92%
TOTAL GERAL	50	5215	100%

Fonte: Arantes (1938).

<sup>16</sup> A denominação Quilombos ou Quibombos foi “esclarecida” pelo professor Alcibiades Casais de Andrade em artigo do jornal Escola Rural de 15.02.1934. Segundo ele “Quibombo é um córrego que deságua no Rio das Velhas, afluente do Paranahyba.” Provavelmente os italianos eram os ocupantes recentes da região quando o professor atuou na escola, mas não se sabe a origem do nome do local que existe até hoje no município.

<sup>17</sup> A escola isolada era constituída de uma única turma sob regência de um docente. Na cidade de Uberlândia apareceram com a observação “singular urbana”.

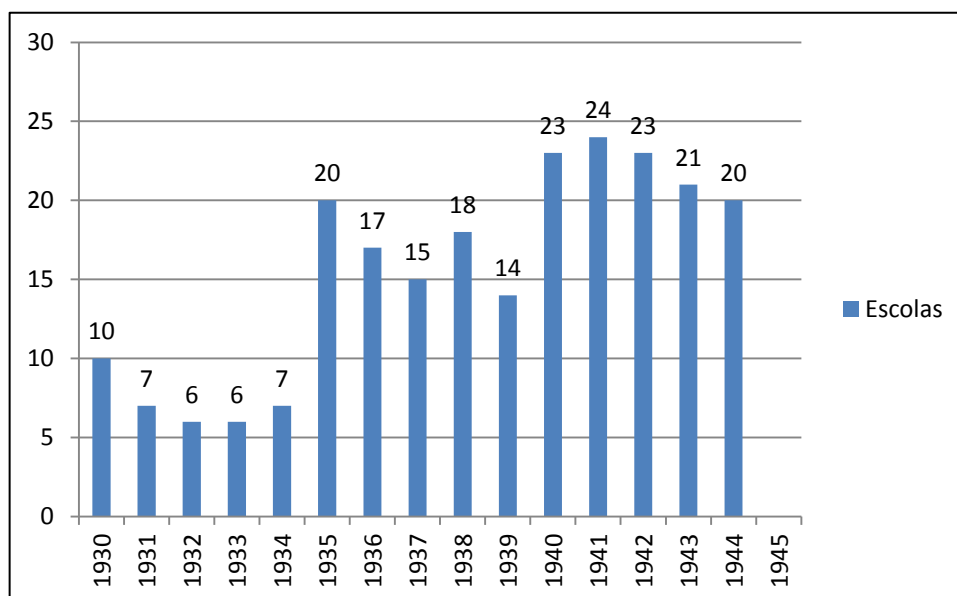
De acordo com o documento, naquele ano o total de estudantes em todas as 50 escolas do município perfazia 5.215 alunos. Pelos dados obtidos nesse documento, ao comparar com as informações do inspetor anterior foi possível aferir que em um espaço de sete anos dobrou a quantidade de alunos e o número de escolas na área rural de Uberlândia. As escolas rurais e distritais atenderam a 1.256 alunos, perfazendo um total de 24,08% atendidos.

O investimento no ensino municipal de Uberlândia incluía a manutenção de “cadeiras” rurais e urbanas, as subvenções a escolas particulares urbanas e o provimento “de prédios higiênicos e material didactico conveniente.” (RELATÓRIO, 1935, p. 21).

A partir de 1937, ano do golpe que instaurou a ditadura do Estado Novo, não foi mais encontrado no ArPU relatórios anuais sobre o destino das verbas municipais, somente o registro mensal em livro-caixa.

Apesar da mudança na forma de contabilizar os investimentos municipais, foi possível aferir que o número de escolas rurais que existiram no município entre 1930 a 1945 oscilou, como se pode observar no Gráfico 1, mas manteve tendência crescente.

**Gráfico 1 - Escolas Rurais em Uberlândia – 1930-1945**



Fonte: Elaborado pela autora a partir das Atas Escolares, Jornais e Relatórios Contábeis do ArPU.

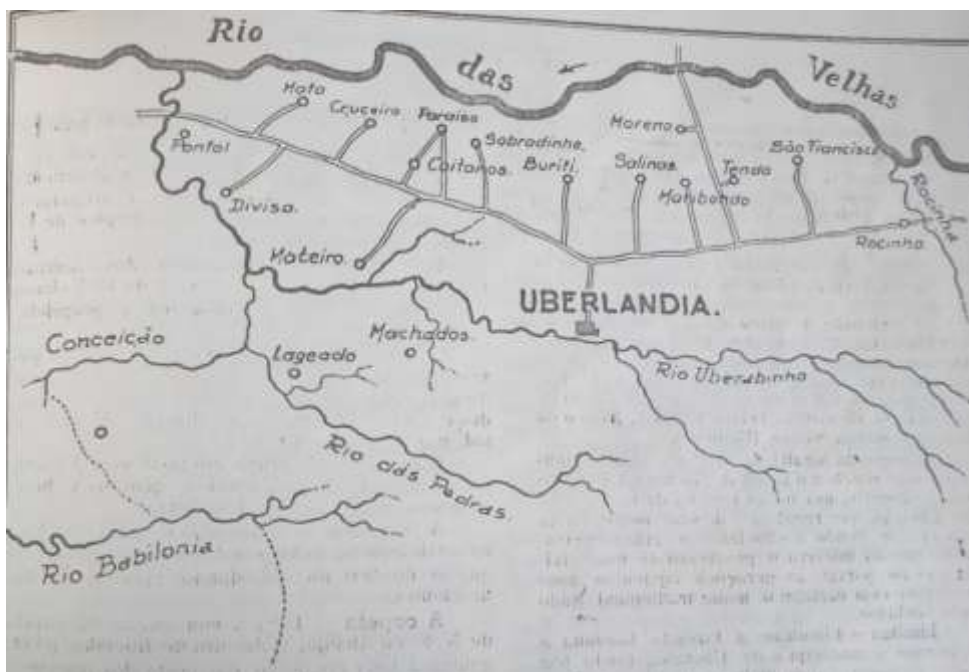
Analisando o gráfico é possível perceber que o número de escolas municipais rurais em Uberlândia ao longo de 15 anos cresceu e em 1941 atingiu o maior quantitativo.

Posteriormente decresceu, atingindo 20 escolas ao final do período. Mesmo assim, em resposta aos apelos das autoridades estaduais e nacionais o município dobrou o número de escolas que existia em 1930.

Assim, em Uberlândia as autoridades criaram muitas escolas, porém, não deram condições para o funcionamento adequado e nem a manutenção necessária em seus prédios, prometendo inúmeras vezes que os problemas estruturais e a carência de materiais seriam resolvidos, sem que as promessas fossem cumpridas.

Em busca de mais informações no ArPU, o documento comemorativo do cinquentenário da cidade (ARANTES, 1938) nos possibilitou encontrar uma sequência de informações sobre as principais fazendas naquele ano, além de uma série de mapas que indicavam a localização das fazendas, de rios e córregos que abasteciam a região dos distritos e sede do município, além das escolas rurais que existiram em Uberlândia, conforme a Imagem 3.

**Imagem 3 - Mapa das Escolas Rurais de Uberlândia/MG – 1938**



Fonte: Arantes, 1938, p. 60.

O mapa em questão indica a localização das dezoito escolas rurais que existiam em Uberlândia no ano de 1938. Entre o Rio das Velhas e o Rio Uberabinha localizavam-se quinze escolas e as outras três escolas rurais (Conceição, Machados e Rio das Pedras) situavam-se ao

sul do Rio Uberabinha. Nessa parte do município a atividade econômica predominante era a agricultura, seguida pelo pastoreio, conforme documentos da época informaram.

Analisando o mapa e o conjunto de fotografias, foi possível aferir que, dessas dezoito escolas, quatorze possuem fotografias identificadas na coleção CPJA. De acordo com Lima (2004, p. 142), tais fotografias escolares do meio rural reunidas na Coleção Professor Jerônimo Arantes retratavam principalmente as regiões mais prósperas do município,

As fotografias foram tiradas a partir de uma seleção cuidadosamente elaborada por Arantes, tendo como critério de escolha documentar apenas os estabelecimentos instalados nas regiões mais prósperas – habitadas por alguns camponeses portadores de maiores recursos – e que, notadamente, recebiam verbas e maiores investimentos públicos, denotando a “sucessão de escolhas” pela qual passa o assunto na imagem fotografada.

Ao escolher cada escola a ser fotografada a inspeção escolar estabelecia um crivo, determinava e mantinha intencionalidades ao mesmo tempo em que criava um padrão de registros de “organização e harmonia”. As exceções são as escolas de Buriti, Salinas, Lageado e São Francisco, sem motivos aparentes para tal.

A ausência de imagens de quatro escolas que, teoricamente, estariam inseridas nas “áreas prósperas”, além da inexistência das escolas isoladas e distritais no mapa e na documentação do ArPU, trouxe outros questionamentos. Seriam elas somente “distantes”, paupérrimas, ou área de influência de proprietários que se opunham aos políticos que ocupavam o poder na cidade? Ao analisar a documentação encontrada, acreditamos que todos esses fatores existiram naquele momento.

Essas ausências reforçaram que a escolha dos locais e assuntos a serem fotografados fortaleceram principalmente as representações desejadas por Arantes sobre a educação no município. As fotografias, junto ao uso de símbolos e ideias patrióticas, inequivocamente ajudaram a compor tais representações ao longo da vida dessa autoridade.

Tais intenções, no entender de Kossoy (2001, p. 47-48), devem ser consideradas, pois,

[...] toda fotografia foi produzida com uma certa finalidade. Se um fotógrafo desejou ou foi incumbido de retratar determinado personagem, documentar o andamento das obras de implantação de uma estrada de ferro, ou diferentes aspectos de uma cidade, ou qualquer um dos infinitos assuntos que por uma razão ou outra demandaram sua atuação, esses registros – *que foram produzidos com uma finalidade documental* – representarão sempre um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental, iconográfico.



Não se pode esquecer que a seleção feita pelas autoridades da época carregava propósitos completamente diferentes dos atuais. Por isso a contextualização temporal se fez necessária e cada vez que qualquer dessas fotografias for vista ou analisada estará crivada de outras interpretações, da mesma forma que a amostra utilizada nessa pesquisa. Como lembrou Burke, (1992, p.21) “[...] assim como os historiadores, os fotógrafos não apresentam reflexos da realidade, mas representações da realidade”.

Uma dessas interpretações veio do jornal “A Pena”, publicado em dezembro de 1934, ao final do ano letivo em Uberlândia, noticiando que havia festejos “como de praxe na sede”, com apresentações de ginástica e esportes, escotismo e formatura militar, além de exposição de fotografias na Casa Naghetini. Sobre as fotografias expostas, mesmo elogiando “a escola rural já bastante desenvolvida em Uberlândia”, o editor observou que

[...] os estabelecimentos de ensino rural são alojados em prédios que lamentavelmente não se prestam eficientemente ao ensino, devido ao seu acanhado e possivelmente ante higienicas possibilidades. As casas, segundo as fotografias, são na maioria condenadas, em decomposição, provavelmente de chão, muito baixas e algumas de taboas e também em completa estação de imprestabilidade. (A PENA, 1934, n.p.)

Não encontramos respostas oficiais à crítica desse repórter sobre a precariedade das edificações escolares, a questão “higiénica” e a “imprestabilidade”, embora o inspetor Jerônimo tenha preservado o recorte do jornal.

No ano seguinte novamente fotografias, croquis e exemplar do jornal A Escola Rural foram levados pela inspeção à redação de outro jornal por outro motivo; ou seja, em pelo menos duas ocasiões as fotografias foram usadas pela inspeção junto à imprensa para “provar” as boas condições das escolas rurais do município.

De acordo com Abdala (2013, n.p.) na Escola Caetano de Campos em São Paulo também existiu essa prática de reunir fotografias em álbuns fotográficos desde o século XIX,

A composição de um álbum fotográfico é invariavelmente motivada pela intenção de preservação da memória, pelos registros fotográficos e pela mensagem apresentada pela organização narrativa dos álbuns. Assim, um álbum é, antes de tudo, uma espécie de arquivo, pois além de preservar dados os apresenta de modo organizado e sistematizado.

Ao contrário da sistematização que buscava preservar a memória da escola Caetano de Campos em São Paulo, a sistematização do material fotográfico feito pela inspeção escolar em Uberlândia inicialmente teve objetivo de contestar o comentário do professor Sebastião

Branquinho, da cadeira de Buriti, sobre os baixos salários e as condições de “vida sem conforto num meio ignorante” proferido a um jornalista, foi publicado em nota no jornal,

Eu conheço quase todas as escolas e, somente a que se acha instalada no “Cruzeiro dos Peixotos”, distrito desta cidade, tem prédio próprio. A escola que se acha instalada nos “Machados” funciona num prédio muito velho, já em verdadeiras ruínas, mesmo assim é de propriedade particular. O professor em “Rocinha” reside em uma casinha (cafua) de sapé e está sem lecionar há muito tempo, por não haver ali um prédio para o funcionamento de sua escola. Em “Buriti”, não tem casa de residência e, desde o princípio do ano, que vem lecionando os seus alunos numa tapera sem nenhuma luz, sem ar e sem higiene. (AS ESCOLAS, 1935, n.p.)

De acordo com Lima (2004, p. 130),

Tal artigo saiu no jornal do dia 11 de agosto e uma semana após, no próximo número – nessa época, a periodicidade desse jornal era semanal –, no dia 18, publicou-se a réplica do inspetor de ensino, que, segundo o redator, teria ido à sua casa para esclarecer os fatos e, portanto, contradizer as críticas do professor “rebelde”. Na ocasião, Arantes teria levado consigo fotografias das escolas rurais na tentativa de assegurar a veracidade de suas informações [...] na continuidade do artigo, Arantes enumera algumas das vantagens que o professor da zona rural teria [...] na sequência, ele informou ao redator do Jornal que a prefeitura inauguraria, ainda no corrente mês, mais três escolas nas fazendas Buriti, Marimbondão e Rocinha.

Na mesma data, domingo, 11 de agosto de 1935, encontramos na pasta de documentos da Inspeção o recorte de outro Jornal, “O Estado de Goyaz”. Nele está registrada a visita do inspetor Jerônimo Arantes, que mostra ao jornalista diversos documentos como o Álbum Fotográfico de 1934 do grupo de professores, “avultado número de alunos devidamente uniformizados, comprovando o zelo que lhes é dispensado.” (INSTITUIÇÕES, 1935, p. 13).

Nessa ocasião o inspetor também levou o “croquis” com a localização das 25 escolas do município, inclusive duas noturnas e boletins mensais que controlavam o trabalho dos professores e registravam matrícula de 1217 alunos com 813 crianças frequentes, além de um exemplar do Jornal A Escola Rural. Informava também que as despesas com educação eram da ordem de 3:500\$000 com os pagamentos rigorosamente em dia.

Circulando ambos os jornais no domingo, é de se imaginar a confusão que se estabeleceu entre os leitores. A resposta oficial veio no jornal da semana subsequente. Para o inspetor escolar da época, Jerônimo Arantes, o professor não tinha motivos para queixa, nem quanto ao salário, nem quanto aos locais de trabalho, e utilizou fotografias para demonstrar incontestemente ao redator do jornal o que dizia,

Disse o mesmo não ter razão o “tal professor” em se queixar do pouco que percebe, porquanto o mesmo vem ganhando, mais ou menos tanto quanto um seu colega do

Ginásio. [...] “Também não cabe razão, ao professor informante, no que toca aos prédios. É verdade que não são palacetes, porém estão eles de acordo com a verba — é verdade que bastante exígua — da prefeitura e com a boa vontade manifestada pelos fazendeiros onde são localizadas as escolas” [...] Mostrou-nos, então, o sr. Jerônimo Arantes, várias fotografias, ilustrando assim seus informes. (AS ESCOLAS, 1935, n.p.)

Como as fotografias faziam parte do cotidiano escolar da inspeção na cidade de Uberlândia, os registros por mais de uma vez serviram ao serviço da inspetoria, quando era necessário “comprovar” a diligência da prefeitura em resolver as questões de precariedade, como nesse episódio, no qual o próprio inspetor reconhece que a verba destinada à manutenção dos prédios era “exígua” e que o salário do professor que reclama é “mais ou menos tanto quanto um seu colega de ginásio”.

Assim, nesse episódio observamos que, para o inspetor, as fotografias possuíram um caráter incontestado de “provar” o que era relatado, conforme sua seleção.

Embora a coleção CPJA possua inúmeras imagens de escolas que funcionavam em prédios precários cujas paredes estavam semidestruídas, não devem ter sido exatamente essas que o jornalista visualizou. Dessa vez, a seleção do inspetor deve ter sido mais cuidadosa, ao contrário das fotografias que haviam sido expostas na Casa Naghetini e motivado críticas no ano anterior.

Quando se tratava da escolha de fotografias, seja as que foram expostas na Casa Naghetini em 1934, as que compunham o álbum fotográfico informado ao jornal em 1935 ou as que foram escolhidas para ilustrar a Corografia feita em 1938, a seleção feita pelo inspetor Jerônimo Arantes era uma estratégia de valorização de si mesmo e das autoridades responsáveis pelas escolas municipais, sendo tal escolha carregada de intencionalidades.

Não se sabe se o prefeito municipal participava da seleção de fotografias, mas sabe-se que o inspetor guardou diversos recortes dos jornais que elogiavam os esforços empreendidos pelo serviço de inspeção.

Desse modo, foi possível perceber que, ao serem produzidas pelo fotógrafo da banca, as fotografias carregavam as intencionalidades da época, não só dos que a contratavam, mas do próprio profissional, que escolhia o ângulo, montava as “poses” e disparava o obturador da câmera conforme as condições do ambiente e da aparelhagem que era utilizada, o que determinou a boa qualidade do material da CPJA.

O que nem o inspetor e nem o redator disseram no jornal após a visita é que o professor foi exonerado. Entre os documentos da inspeção encontramos uma carta do

professor Sebastião Branquinho, endereçada ao prefeito sobre essa exoneração, conforme transcrita no Quadro 5.

#### **Quadro 5 - Carta de Sebastião Branquinho ao prefeito – 1935**

Uberlândia, setembro de 1935

Ilh. E Exc.mo Sr. Dr. Vasco Giffoni.

Cordiais saudações.

Aqui chegando em dias do mes próximo findo, fui surpreendido com a noticia de minha exoneração do cargo de professor da escola do Burity.

Procurando saber o motivo de tal exoneração cheguei à conclusão de que a mesma se prende ao facto de haver eu, fornecido à imprensa local (Jornal de Uberlândia) uma nota sobre as escolas rurais deste município.

Houve, de facto, entre eu e um dos directores d'aquelle jornal, uma palestra sobre tais escolas, manifestando então a um pesar de sermos mal remunerados, quando é certo que lutamos com múltiplas dificuldades, vivendo sem conforto, n'um meio ignorante, etc.

Nessa palestra não houve de minha parte, a menor intenção contra V. Excia, de vez que nem sabia estar então, falando a um repórter. Interrogado sobre o estado das escolas rurais, disse o mesmo que commumente se diz entre colegas, porém não supunha que a minha boa fê fosse assim, tão maldosamente illaqueada!

Não fosse o commentario que o jornalista teceu, ao encerrar aquella nota, as minhas palavras não teriam produsido no vosso espírito a animosidade que o levou a decretar a minha exoneração.

Assim explicado, Sr Dr Vasco, espero que desapareça do elevado espirito de V. Excia quaisquer ressentimentos que por ventura guarde contra mim, pelo facto de que fui victima.

Com o devido respeito, muito grato me subscrevo, vosso

Admirador e Cr. Affectyvo  
Sebastião Branquinho

Fonte: CPJA. ArPU.

O teor da carta é de lamentação e súplica. Além do professor “esclarecer” a situação, o mesmo se descreve como “vítima” por ter se manifestado “sem saber a um repórter”, apenas “comentando o que se falava entre colegas” e reforça que não se tratava de nada pessoal contra a autoridade do prefeito que pudesse provocar tal “animosidade”, suplicando o fim dos “ressentimentos”. Em momento algum o professor se coloca como bom profissional e prefere a condição de “vítima inocente”.

Assim, o professor deixa claro que “entre colegas” o comentário era comum; ou seja, entre os professores as reclamações sobre as condições de trabalho ruins eram consideradas “normais”, mas, ao tornarem-se públicas através do jornal, expunham a situação de penúria que contrariava a representação oficial que a prefeitura e a inspeção escolar se esforçavam por construir.

A dúvida é: ele falou da condição precária das escolas a alguém que não era professor e disse a um desconhecido quais eram as mazelas escolares. Se somente depois soube se tratar de um “jornalista”, condição que ele supostamente desconhecia, provavelmente não esperava que houvesse alguma melhoria com seu comentário.

Ao contrário, sua exposição das dificuldades da educação rural no município tornou-se pública e acabou por lhe causar o transtorno da exoneração. Exatamente por isso o professor teve pressa em se desculpar, justificar, demonstrar subserviência, elogiar a autoridade e tentar reaver o cargo público que ocupava.

Poder-se-ia pensar que tal “tática” do professor foi bem-sucedida, já que ele foi reconduzido ao cargo no ano seguinte, sua presença ficou registrada em diversas fotos da CPJA e não encontramos mais nenhum registro de crítica por parte desse docente. Desse modo, a atitude do professor Branquinho se encaixaria no raciocínio de “quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia. Traduzindo: tanto mais se torna tática.” (CERTEAU, 2003, p. 101).

Com a análise dos livros de registros de ponto foi possível descobrir que no dia 01 ou 02 de cada mês não havia aulas e os professores tinham uma “falta abonada”. Era o dia em que iam à cidade, quando os pagamentos do salário eram efetuados de acordo com os relatórios contábeis. Provavelmente era esse o único dia do mês em que os professores e professoras rurais poderiam ocasionalmente se encontrar na cidade e comentar sobre as precárias condições das escolas.

Outros professores, no entanto, optaram por não enfrentar diretamente os conflitos com autoridades; preferiam não expor a precariedade das condições de trabalho e demonstraram conformismo.

Esse outro tipo de tática ficou explícito na leitura do artigo escrito pela professora Orávia Romeiro da segunda cadeira da escola do Pontal e publicado na capa e contracapa do periódico “A Escola Rural” em 15 de julho de 1934, do qual retiramos um trecho,

Quando o professor rural que hoje percebe de 150\$ por mês sem o conforto da assistência social e as vantagens que o progresso leva as grandes urbes, se encontrar melhor aparelhado para vencer os tropeços que lhe opõem no meio em que vive, por certo poderá encarar com a sua dose de operosidade eficiente, e necessária a integração da escola rural, no lugar que lhe compete ao lado das escolas urbanas, mais felizes, mais bem aquinhoadas, atingidas diretamente pelos salutares efeitos do progresso, cujos ecos remotos o professor rural escuta apenas levemente, do fundo obscuro da sua tenda de trabalho. Quanto as nossas escolas rurais temos esperanças de que, graças aos inegáveis esforços do muito digno inspetor técnico, o sr professor Jeronimo Arantes e a larga visão administrativa do Ilustre Prefeito Municipal Dr.

Vasco Giffoni, achar-se-ão dentro em breve dentro de sua elevada e nobre finalidade de modo a produzir os grandes resultados que a pátria delas espera. (ROMEIRO, 1934, p. 1).

Ao mesmo tempo em que apontava as dificuldades salariais ela, hora alguma se comprometia e indicava que assim que melhorassem as condições das escolas rurais os resultados esperados pela pátria chegariam, atribuindo a solução da precariedade das escolas rurais aos esforços das autoridades, que fazia questão de elogiar.

No artigo publicado no jornal pela professora Orávia, a representação de progresso associado ao espaço urbano já aparece fortemente em 1934, enquanto ao espaço rural é atribuída a falta de conforto da assistência social, os tropeços e o fundo obscuro. Após enumerar os problemas e dificuldades das escolas rurais associadas a atrasos, a professora fez o contraponto com as escolas urbanas, associadas à positividade e progresso.

A compreensão das histórias das representações inscritas no que é produzido pelos indivíduos, conforme Chartier (1991) também pode fornecer pistas de como se constroem as representações docentes dos professores uberlandenses sobre si mesmos e suas práticas.

Ao escrever para o Jornal Rural a professora Orávia explanava sua compreensão da educação e deixava entrever uma prática de aceitação das condições precárias com que os professores se deparavam para executar seu trabalho, em relação às escolas urbanas.

O conformismo aos poucos dava lugar à perspectiva de que seriam as autoridades que resolveriam a questão porquanto se preocupavam com a escola rural. Embora se reconhecesse como professora, ela ainda não enfatizava a docência como uma profissão. A referência à pátria também se fazia presente no texto da professora que a indicava como motivação pela qual as escolas rurais deveriam cada vez mais buscar bons resultados.

No mesmo jornal (ESCOLA, 1934), na seção destinada às crianças, um aluno escreveu uma singela carta ao padrinho solicitando ajuda com os materiais escolares. Embora se saiba que alguns “materiais” eram fornecidos pela administração municipal, não se sabe quais eram, mas pela carta do aluno soube-se que não eram suficientes.

Percebe-se que nesse jornal, editado entre 1934 e 1935 pelo inspetor escolar Jerônimo Arantes, já havia uma série de indicações de que os professores rurais deveriam sintonizar suas ações às determinações do Estado, cumprindo os programas oficiais e mantendo conduta exemplar, patriótica e idealista.

Nesse exemplar do jornal, as poucas críticas feitas pela professora estavam ligadas à questão da manutenção das cadeiras rurais. Em virtude das indicações políticas bastante

comuns à época, das distâncias e do baixo salário, em torno de 150\$ mensais, a professora diplomaticamente atribuía à inspeção e ao prefeito a solução dos problemas das escolas rurais. Não por acaso ela foi uma das professoras que mais tempo permaneceu na rede municipal, aposentando-se em fins dos anos 1950.

Outro tipo de tática dos professores certamente foi agradar as autoridades. Em 1935 o prefeito municipal recebeu de presente de aniversário uma cigarreira de ouro, conforme recibo e relação de contribuições de 26 professores. Um recorte de jornal registrou parte das comemorações do aniversário (OFFERTA, 1935). Segundo a notícia, todos esses professores estiveram presentes na entrega do “mimo”, ocasião em que o inspetor escolar Jerônimo Arantes leu um soneto, escrito em um “lindo cartão” em cujo verso contava os nomes dos professores. A maioria dos professores e professoras que subscreveu o cartão para presentear o prefeito permaneceu atuando no município nos anos seguintes.

A um professor daqueles tempos a tática da amizade e proximidade certamente foi importante. De acordo com uma carta endereçada ao inspetor escolar em 1936, o professor Antônio Zeferino de Paula acusava o recebimento de uma carta da inspeção junto a outra do Ministério da Agricultura e “as sementes 2 e 1/2 quilos” e comprometia-se a preparar terreno para “a sementeira”. Em tom cordial o professor acrescentava que “por diversas observações acho que nossos esperitos tem afinidade recíprocas e me sinto muito contente havemos pisar juntos nos nossos ideaes o quanto seja permitido pelo pae criador.” ( CARTA, 1936, n.p.).

A demonstração de afinidade às ideias da inspeção escolar, a disposição para preparar “a sementeira” e a manifestação de fé ao final da carta também podem ser consideradas táticas, diferentes das que foram adotadas por outros professores, conforme a documentação encontrada no ArPU. Mas não são as únicas desse professor.

Essa carta chamou a atenção pelo papel timbrado, impresso em uma tipografia da cidade. Traz ao lado do cabeçalho a indicação “Antonio Zeferino de Paula professor municipal Corrego dos Caetanos Sobradinho – Minas.” (CARTA, 1936, n.p.).

Considerando a rotatividade de professores na época, o professor Antônio de antemão já se apresentava e se reconhecia como “professor”, tinha cuidado com a letra e o emprego das palavras, usava um papel timbrado personalizado e empenhava-se por “copiar os modelos”, ou seja, procurava demonstrar certa organização e zelo profissional que ia além do conteúdo amigável da carta.

De acordo com Chartier (1985), é preciso lembrar que as representações do mundo social são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam e desse modo, partimos do

pressuposto que não seria diferente com as representações da educação rural em Uberlândia construídas pelos representantes do poder político, a quem interessava preservar e/ou divulgar somente as cenas e fatos progressistas e nacionalistas que se associavam à escola rural e também pelos professores que atuavam naquela época: ao empregar variadas táticas para permanecer na docência eles também contribuíram para a construção das representações de uma educação municipal rural progressista.



## CAPÍTULO II – A ESCOLA PRIMÁRIA RURAL EM UBERLÂNDIA

Tem sido preocupação essencial de meu governo o desenvolvimento do ensino em todos os seus aspectos.  
(Vasco Giffoni - 1937)

### 2.1 Organização e funcionamento das escolas rurais

Durante a Era Vargas, o prefeito que mais tempo esteve no cargo em Uberlândia foi Vasco Giffoni, cujo “mandato” estendeu-se por aproximadamente 9 anos e 7 meses entre 1934 a 1943. Em algumas correspondências trocadas com a inspeção escolar encontrados no ArPU o prefeito determinava que os pedidos dos fazendeiros em relação às escolas fossem atendidos.

A epígrafe desse capítulo estampa um fragmento do relatório do executivo de 1937. Nesses documentos, produzidos entre 1935 e 1937, o Prefeito Municipal fez questão de enumerar os esforços de sua gestão no aumento das escolas para “o desenvolvimento do ensino”, embora não perdesse a oportunidade de convocar os moradores a participar, de forma “patriótica”, auxiliando no que pudessem.

Fosse para “atender” o chamado do prefeito ou por iniciativa das comunidades que valorizavam o espaço escolar, no Arquivo Público de Uberlândia há pelo menos três documentos nos quais se evidencia que a comunidade escolar se mobilizou para construir ou reformar os prédios escolares a partir da década de 1930.

Um exemplo é o caso da Escola Tenda. Sabe-se que essa escola existia desde 1892. Segundo informou Arantes (1938), os moradores do entorno da escola atenderam ao apelo patriótico do governo e constituíram uma sociedade limitada em 19 de fevereiro de 1937. O documento a seguir atesta essa sociedade:

Nós, habitantes do bairro “TENDA” desse município de Uberlândia, distrito da cidade, concientes de nossos deveres de cidadãos e bons brasileiros, organizamos uma Sociedade Limitada, composta somente pelos habitantes desse bairro, para se construir a casa destinada á Escola Pública Municipal [...] Essa declaração vai assinada por todos que entrarem como sócios fundadores, dando a conhecer a importância contribuída, que pode ser em capital, material ou trabalho. Nenhum dos sócios terá direito de receber a sua parte, desde que a casa esteja sempre ocupada como escola pública, aos cuidados do Governo do Município. As crianças em idade escolar, podem freqüentar á escola mesmo que seus pais não façam parte da sociedade fundadora. Esse patrimônio, entregamos a bem da educação e instrução dos filhos das famílias que habitam nessa fazenda tradicional [...] pedimos ao Governo do Município dar a escola a denominação “Felixberto Carrijo”, em homenagem a esse venerando cidadão, tronco da numerosa família Carrijo a mais

antiga desse lugar. Fizemos essa Declaração, esperando que o m. d. e ilustre governador do Município com a Câmara Municipal, constituída pelos seus d. d. membros, saibam compreender as finalidades desse nosso gesto de civismo. Fazenda da Tenda, 19 de fevereiro de 1937. (DECLARAÇÃO, 1937, n.p.)

O corpo da declaração indica como os sócios fundadores se organizaram para construir a casa da escola, estabeleceram o tipo de contribuições que poderiam ser feitas em dinheiro, materiais ou trabalho, e solicitaram que à escola fosse dado o nome de Felisberto Carrijo em homenagem ao patriarca da família mais antiga do lugar.

Também foram os moradores que indicaram como seriam ocupadas as vagas da escola a ser construída, ao entregar o prédio à prefeitura e reforçar o gesto de civismo: “as crianças em idade escolar podem frequentar a escola, mesmo que seus pais não façam parte da sociedade fundadora” (DECLARAÇÃO, 1937, n.p.).

Para os moradores da Escola Tenda interessava que suas crianças estivessem na escola, sem preocupações com a distância legal em quilômetros estabelecida pelas autoridades conforme o artigo 6 do Regulamento Municipal:

Art. 6. O perímetro escolar terá um raio de tres quilômetros, sendo obrigatória a frequência para todas as creanças que residirem dentro desses limites, sendo lançados em 50\$000 a titulo de indemnização escolar annualmente, os paes que recusarem a obrigatoriedade escolar de seus filhos. (UBERABINHA, 1923, p. 10-11).

Provavelmente enquanto a Escola Tenda esteve em funcionamento, seus dados, bem como as informações das demais escolas rurais, fizeram parte das estatísticas oficiais da cidade. Essas estatísticas já eram produzidas desde o início do século XX e constituíram mais uma estratégia oficial de controle educacional. De acordo com o Anuário Estatístico publicado em 1940, no aspecto que diz respeito à propriedade dos prédios brasileiros nos quais funcionavam as escolas primárias, em 1937 havia 3.800 prédios públicos, 10.852 cedidos gratuitamente e 14.308 arrendados. (IBGE, 1940, p 889).

Para Faria Filho e Vidal (2000), naquela década já havia defensores da arquitetura funcional das escolas, como o arquiteto e professor paulista José Maria das Neves e outros que pretendiam estabelecer a educação integral com a articulação da escola-classe com a escola-parque, como a que Anísio Teixeira propôs e implantou na Bahia. Contudo, nada disso chegava ao campo, entendido como “lócus da carência” e a maioria das escolas rurais do município de Uberlândia permaneceram funcionando no modelo “casa-escola”.

Foi encontrada no ArPU a indicação de que, em algum momento, as escolas rurais foram classificadas por “tipos”, embora não se explique o significado de tal nomenclatura. Sabe-se também que em Uberlândia, no ano de 1937, os prédios de oito escolas faziam parte do patrimônio municipal, embora funcionassem em fazendas, como indica o Quadro 6.

**Quadro 6 - Bens de natureza escolar – Uberlândia/1937**

<b>LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA</b>	<b>NOME</b>	<b>AValiação</b>
Urbana	Rocinha	5:000\$000
Rurais	Tenda Maribondos Mateiros Cruzeiro dos Peixotos Rio das Pedras	23:000\$000
Distritais	Santa Maria Martinópolis	10:000\$000
Móveis e utensílios das escolas		9:434\$000
TOTAL		47:434\$000

Fonte: Uberlândia. Série Relatórios do Executivo. 1935/1937. ArPU.

Do total de quinze escolas rurais que funcionaram nesse ano, segundo os relatórios oficiais, mais da metade dos prédios, ou seja, oito, pertenciam ao município. A instalação da Escola Tenda, que aparece como “propriedade” do município, estava condicionada pelos moradores que não reivindicariam sua cota na propriedade “desde que a casa esteja sempre ocupada pela escola pública” (DECLARAÇÃO, 1937, n.p.). Essa especificidade não aparece na estatística.

Assim como a situação da Escola Tenda, houve casas cedidas pelos fazendeiros, reformadas ou erguidas pelas comunidades rurais no município desde o início do século, o que demonstra que parte da população da época se esforçava em responder aos apelos cívicos das autoridades.

A situação da Escola da Tenda, cuja propriedade é comunicada pela prefeitura, bem como a condição do prédio escolar de Martinópolis é dúbia, uma vez que a Prefeitura o indica

como prédio próprio e, como citamos anteriormente, um fazendeiro o apontou como propriedade particular. (CARTA, 1936).

Além dos prédios de algumas escolas, os materiais escolares tais como móveis e utensílios também pertenciam ao patrimônio municipal, embora não tenha sido encontrado em local algum a discriminação da quantidade ou tipo de utensílios, somente a falta deles, como ficou registrado no termo de visita à Escola Municipal Rural Paraíso “A escola está bem instalada, faltando um quadro negro e uma talha que virão no mês seguinte.” (UBERLÂNDIA, 1941). Não há menções específicas a material didático como cartilhas.

Houve momentos em que os moradores foram convocados diretamente pelas autoridades para recuperar os prédios escolares prestes a desabar. O prédio onde funcionava a escola de Machados em 1941 pertencia à comunidade e a situação crítica mostrou mais uma vez o quanto as relações entre a esfera pública e privada eram difíceis de separar. No registro do inspetor, datado de 26 de março, aparece a constatação,

Devido ao péssimo estado de conservação da antiga casa de taboa onde funciona a escola estando o mesmo prestes a desabar uma parede corroída pelos cupins, condeno-a nesta data, levando ao conhecimento do ex-mo Sr. Prefeito municipal. Pertencendo a referida casa a uma sociedade anônima “Amigos da Instrução” daquele bairro convoquei uma reunião entre os seus associados para providenciarem a construção da nova casa, podendo vender parte do material prestável – como táboas, janelas, portas e esteios, revertendo o capital líquido na aquisição de novo material e mão de obra, podendo se utilizar da telha que é de ótima fabricação. (UBERLÂNDIA, 1941, p. 30).

Embora no livro de atas que registra a vida escolar na Escola Municipal Rural de Machado e Alagoas<sup>18</sup> entre 1930 e 1959 as condições precárias fossem informadas desde 1939, quando a escola estava sob a regência da professora Maria Lopes de Paula e a situação dessa mesma escola já houvesse sido citada anteriormente pelo professor Sebastião Branquinho em 1935, as providências só vieram em 1941, o que indica que durante 6 anos a escola funcionou em péssimas condições.

Somente em 1941, já sob a regência do professor Avelino Jorge do Nascimento, a anotação feita pela inspeção no Livro de Machados e Alagoas (um dos mais completos entre

---

<sup>18</sup> A partir de 1943 nas denominações das escolas municipais da cidade foram acrescentados dos nomes de estados da federação. Encontramos nos livros de atas referências a: Piauí/Paraíso; Machado/Alagoas; Pará/Dourados; Samambaia/Paraíba; Olhos d’água/Rio de Janeiro; e Fernando de Noronha. Há também duas fotografias onde a fachada do prédio informa São Paulo/Goiás.

os que foram encontrados do ArPU) condenou o prédio pela precariedade, embora o mesmo inspetor já houvesse visitado a escola anteriormente por diversas vezes.

Nessa ata especificamente aparece somente o dia e mês da visita, sendo que deduzimos que o ano é 1941 pelas atas anteriores e posteriores, ambas do mesmo ano. (UBERLÂNDIA, Livro 94, 1930-1959).

Outra questão interessante é que, no corpo da ata, o próprio inspetor determina a quem pertence o prédio, no caso, “uma sociedade anônima dos Amigos da Instrução daquele bairro”. Sendo o prédio de propriedade particular, após a convocação dos responsáveis não seria necessário que o inspetor lhes desse a permissão para dispor do “material prestável”, mas foi exatamente o que o inspetor fez, determinando que “o capital líquido” obtido pela venda fosse utilizado em “novo material e mão de obra”, reaproveitando as telhas “de ótima fabricação”.

A cessão gratuita do prédio para funcionamento da escola fazia parte da legislação municipal da época à qual muitos proprietários foram sensíveis, mas a atitude da inspeção foi além do que era determinado pela Lei. Poder-se ia pensar que o inspetor, na ocasião, atuou como um “conselheiro”, uma vez que era uma autoridade querida e respeitada, conforme Lima (2004a).

Na sequência da ata o inspetor também se mostrava preocupado com a ausência das aulas, buscando uma alternativa:

Para evitar prejuízo por parte dos alunos, e do professor que ficaria suspenso das suas funções até que se reabrisse a escola ordenei ao mesmo que se utilizasse de uma sala da casa vizinha onde podia ser lecionado parte dos alunos, de preferencia a classe do 1º ano. (UBERLÂNDIA, 1941, p. 30).

Ao demonstrar preocupação com as aulas, a inspeção sensibilizou os moradores de Machados, mas também deixou claro que cumpria à risca sua função, expressa nos verbos “convoquei” os associados a providenciarem a construção de nova casa e “ordenei” ao professor que utilizasse a sala da casa vizinha.

A escola continuou funcionando conforme a ata seguinte demonstrou, embora não determinasse em qual dos prédios, se no prédio condenado ou no prédio vizinho.

Não se sabe a quem pertencia a casa vizinha e nem por qual razão foi escolhida a “classe do 1º ano”. Deduzimos que poderia ser uma estratégia para manter os alunos menores garantindo o funcionamento da escola improvisada e ao mesmo tempo liberar os alunos

maiores para a lida rural agradando os pais. No documento não há assinatura dos “convocados”, só consta a assinatura da inspeção.

Para tentar compreender a questão da estrutura das escolas do município de Uberlândia, após perscrutar livros de atas do ArPU relativos à Escola da Fazenda dos Machados, conforme já dissemos um dos mais “completos”, selecionamos na coleção de fotografias escolares do meio rural da CPJA três imagens dessa mesma Escola de Machados identificadas por etiquetas, todas elas sem data exata.

Optamos por inseri-las na sequência cronológica, conforme deduzimos, após consulta aos registros de atas da escola, que cita o prédio todo em tábuas desde 1934, conforme a Imagem 4.

**Imagem 4 - Alunos e professor da Escola Municipal Rural de Machados [19--]**



Fonte: CPJA. ArPU.

Na Imagem 4 a escola inteira de tábuas lisas com varanda do lado direito com a bandeira brasileira ao centro da parede lateral é o cenário para um rapaz (provavelmente o professor), sentado em primeiro plano, ladeado por aproximadamente 28 alunos ao seu lado direito (alguns uniformizados e calçados) e 24 alunas do lado esquerdo, de diferentes estaturas, além de diversos moradores ao fundo, do lado de dentro e na varanda da escola

O chão de terra batida deixa à mostra que há um vão entre o piso da escola e o chão, ou seja, é uma construção elevada sustentada por vigas de madeira. A viga que aparece do

lado direito tem vários buracos e há algumas telhas caídas. No ângulo dessa foto, a janela da lateral direita está fechada e todos os personagens estão, supostamente, à frente da escola. A etiqueta quase invisível da Imagem 4, datilografada em preto, aparece no canto inferior e identifica a escola “MACHADOS”. Próximo aos alunos e à comunidade que perfaz cerca de 85 pessoas está a bandeira brasileira, símbolo importante, mesmo na penúria.

As dimensões da escola não parecem suficientes para acomodar tantas pessoas, especialmente 52 crianças na mesma sala de aula. Consideramos que a fotografia registra o momento específico dos exames, talvez uma das únicas reuniões entre alunos, autoridades e comunidade durante o ano escolar, o que, segundo Lima (2004a), constituía ocasião ao mesmo tempo comemorativa e política.

A Imagem 5 a seguir retrata outro ângulo da referida escola.

**Imagem 5 - Alunos e professor da Escola Municipal Rural de Machados [19--]**



Fonte: CPJA. ArPU

Nessa Imagem 5 a escola permanece com parte de tábuas (onde foi mantida a porta) e parte em alvenaria, de onde a janela foi retirada. Na pose para a fotografia os alunos formam um semicírculo: do lado direito estão aproximadamente vinte meninos; a maioria descalça, trajados com diversos modelos de uniformes. Em ordem de tamanho estão os menores próximos ao fotógrafo e os maiores próximos a um rapaz de terno claro (provavelmente o professor), de pé, no fundo, ao centro.

As meninas, aproximadamente dezenove, estão do lado esquerdo seguindo a mesma ordem; menores à frente próximas ao fotógrafo e as maiores ao fundo, com vestidos brancos ou florais. A etiqueta datilografada também identifica a escola no lado inferior direito. Também há moradores próximos à porta da escola e atrás do professor.

Por diversas vezes além do inspetor havia outros adultos, vestidos de maneira formal, o que indica que essas visitas também acabavam por se tornar importantes momentos políticos. Em ocasiões de exames, por vezes a comunidade participava como convidada e moradores considerados “ilustres” participavam de bancas, o que explica a presença de adultos emoldurando parte significativa das fotografias.

De acordo com a Corografia de Uberlândia (ARANTES, 1938), na região de Machados viviam quinhentas “almas” entre proprietários e agregados. Assim, embora houvesse menor quantidade de crianças na Imagem 5, a ocasião de exames continuava a ser uma exceção na rotina rural e a presença das autoridades da cidade que deveriam ser “bem tratadas”, a nosso ver, teria um duplo caráter: poderia significar a conquista de votos no local e alguma melhoria futura para a comunidade.

A Imagem 6 da Escola de Machados apresenta, proporcionalmente, menos alunos.

**Imagem 6 - Alunos e professor da Escola Municipal Rural de Machados [19--]**



Fonte: CPJA. ArPU.

Na Imagem 6 da Escola de Machados a etiqueta de identificação da escola aparece datilografada na porção inferior central. Ao fundo a parede da escola surge em alvenaria com



o lado inferior direito já sem parte do reboco. Todos os dezoito alunos estão uniformizados, sendo dez meninos à direita e oito meninas à esquerda, todos calçados, em frente à porta da escola onde se encontram dois adultos e um bebê, que imaginamos ser a família do professor.

Os uniformes da escola já não são iguais aos das imagens anteriores, o que pode indicar que os professores escolhiam cores e modelos. Além dos uniformes, ao se comparar essa fotografia com as anteriores da Escola Rural de Machados, alguns elementos se modificaram nitidamente, tais como: a diminuição na quantidade de crianças; a ausência de outros moradores; os uniformes escolares impecáveis; e o fato de todas as crianças estarem calçadas.

A observação e comparação das três fotografias identificadas pelos números 4, 5 e 6 permite perceber mudanças na estrutura física dos prédios da Escola Municipal de Machados, do seu corpo docente e discente e na organização dos alunos, quanto à disposição espacial; além do quantitativo e do aspecto material dos uniformes. Os registros de ata permitem inferir que as imagens 4 e 5 são anteriores a 1941, quando a escola de Machados ainda era de tábuas, e a Imagem 6, já com paredes de alvenaria com parte do reboco caído, é posterior à reforma de 1941.

Pelas informações de Arantes (1938) a fazenda onde se localizava essa escola era limitada pelo Distrito de Martinópolis (ao nascente); pela Fazenda Rio das Pedras (ao poente); ao norte com o Rio Uberabinha, que a separava da Mata dos Dias e ao sul com a Fazenda Capim Branco, área banhada por córregos e rio, onde a agricultura era atividade principal.

Próximo a esse local houve outras escolas na época, o que nos leva a considerar que a junção da prosperidade da região e dos apelos patrióticos da inspeção explica a entrega da escola reformada no tempo recorde de três meses pelos moradores que faziam parte da sociedade anônima “Amigos da Instrução”.

Observa-se que o corpo docente modificou-se nas três imagens; os adultos que imaginamos serem professores não são os mesmos. Apesar da precariedade da escola de tábuas das Imagens 4 e 5, a quantidade de alunos era maior que na Imagem 6, na qual se evidencia que a melhoria das instalações da escola não resultou em aumento na quantidade de crianças.

A organização das crianças nas três fotografias indica alunos e alunas de estatura diferentes, sendo que estavam os menores à frente e maiores ao fundo, o que poderia configurar que em Machados também funcionava com classe (ou classes) multisseriada, como no restante das escolas rurais do município.

Segundo Azevedo e Gomes (1984), em todo o Estado de Minas Gerais existiu o que se convencionou chamar de sala multisseriada ou unidocente, quando uma única professora atendia em condições precárias a alunos de primeira, segunda e terceira séries no mesmo espaço, geralmente na única sala da escola. Em Uberlândia não foi diferente.

Em Machados no ano de 1941 a rotina escolar foi registrada no Termo de Visita lavrado pela inspeção que informava o funcionamento somente um turno, com 53 alunos de ambos os sexos, matriculados com média de frequência de 48 crianças de 11h00 às 15h00 horas com intervalo para o recreio de 20 minutos. (UBERLÂNDIA, 1941, p. 31).

A escola inaugurada com ajuda da comunidade no ano de 1941 foi descrita com apenas um cômodo, “uma sala ampla e arejada”. Assim como a maioria das escolas rurais do município de Uberlândia, atendia as crianças dos três anos do curso primário, às vezes no mesmo turno, e não obedecia a um padrão arquitetônico, como os que existiam nos dois grupos escolares urbanos do município, com projetos semelhantes, maiores e suntuosos.

Quanto ao corpo docente dessa escola, de acordo com os dados pesquisados, em 1935 a Escola Rural de Machados teve como professor o senhor Benoni Borges, a quem foram atribuídas acusações de “ateísmo<sup>19</sup>” (UBERLÂNDIA, 1935) e em 1936 o professor Sebastião Branquinho. Arantes (1938) informou que no ano de 1937 foram professores em Machados os senhores Antônio Marques e Carlos Brandão; em 1938 foi professora e diretora a senhorita Maria Lopes de Paula; e a partir de 1941 o professor Avelino Jorge do Nascimento.

Conclui-se que, antes da reforma em Machados, no intervalo de 1935-1938, houve cinco professores e a última professora desse período, apesar de acumular duas funções, não teve melhoria na remuneração. De acordo com o livro-caixa de 1938 ela continuou recebendo o mesmo salário, o que nos levou a pensar se essa promoção da professora à diretora seria uma estratégia da inspeção escolar para mantê-la na escola precária com outro status.

A Escola de Machados é um dos exemplos de rotatividade dos professores, mas não é o único, sendo que a mobilidade dos professores e professoras das escolas rurais era tratada como rotina de organização escolar pela inspeção, imbuída das suas responsabilidades conforme indica a documentação encontrada no ArPU citada anteriormente.

---

<sup>19</sup> Atas das escolas Paraíso, Machados e Dourados mencionam a realização de “orações” por ocasião de exames. Tal prática ainda ocorre em escolas do município de Uberlândia.

Em janeiro de 1935 encontramos correspondência enviada pela inspeção ao prefeito com as determinações que deveriam vigorar no ano letivo que incluíam exonerações, transferências e nomeações de professores. O item que se referia a transferências indicou,

Transferir: Sebastião Branquinho de Andrade, da escola dos “Machados” para a de “Buriti”; Benoni Borges da escola de “São Francisco” para a de “Machados”; Claudemiro Terra, da escola de “Buriti” para a escola de “Sobradinho” (que deve ser criada em substituição a de “Paraíso”.) Maria Elisa Carrijo, da escola de “Tenda” para a de “Pontal”, regendo as duas cadeiras, Anita Artiaga Romeiro da escola de “Pontal” para a de “Rocinha”. (INSPETORIA, 1935, n.p.).

Pode-se supor que tal rotatividade era produto não só das questões políticas ou educacionais, mas também de questões particulares. Mas nem sempre as mudanças propostas recebiam o aval do prefeito, conforme se verifica na resposta dada no corpo do próprio documento de forma manuscrita ao inspetor: “Sr Inspetor: Autorizo lavrar estes actos, menos supressão da Escola “Paraíso” até 2ª ordem. 26/01/35. Vasco Giffoni. Prefeito.” (INSPETORIA, 1935, n.p.).

A Escola Rural do Paraíso continuou em funcionamento e a Escola Rural Sobradinho também teve auxílio de 500\$000 da Prefeitura para ser erguida conforme autorização da Lei 046/37. As duas escolas localizavam-se em áreas prósperas nas quais interessava manter boas relações com os fazendeiros.

O professor Sebastião Branquinho de Andrade indicou que os professores conversavam entre si acerca das condições de trabalho que incluía a situação precária de várias escolas (CARTA, 1935, n.p.). Pela movimentação do próprio professor foi possível deduzir que ele usou seus conhecimentos para trabalhar nas escolas que considerava em “melhores” condições. Ele foi um dos que mais se movimentaram nesse período e foi identificado em fotografias de pelo menos nove escolas. Após 1940, permaneceu na Escola Divisa, recém-criada.

Poder-se-ia considerar essa atitude do professor como uma tática, pois de acordo com Certeau (2003, p. 100), a tática é a

[...] ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. [...] Tem de utilizar, vigilante as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali, surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco.

A opção de manter-se alinhado à inspeção escolar sem questionar as determinações da prefeitura fez com que o professor Branquinho fosse bem sucedido na sua tática. Segundo Lima (2006), as dificuldades nas escolas no meio rural não se restringiam à precariedade de instalações ou à condição salarial que o próprio professor Branquinho apontou em Uberlândia, situação que, por vezes, fez com que muitas escolas não tivessem professor. Havia outros problemas enfrentados, uma vez que,

Até a primeira metade do século, era alarmante a situação das escolas funcionado com o trabalho de professores semi-alfabetizados, sobretudo no que dizia respeito ao ensino rural, em que era grande a dificuldade em selecionar, em seu meio, profissionais formados, tanto em razão da baixa qualificação dos seus habitantes quanto em função dos obstáculos existentes ao acesso às fazendas onde se localizavam as escolas tais como: precariedade nos meios de transporte e insalubridade das residências e/ou alojamentos. Somava-se a todo esse despreparo, a ausência de condições mínimas que pudessem facilitar-lhes a execução das tarefas, assim como o descaso com que eram tratados esses profissionais pelo poder público: baixos salários, alojamentos insalubres e instabilidade no emprego. (LIMA, 2006, p. 3).

O conjunto de fotografias da CPJA deixa claro que não existia um modelo único de escola rural em Uberlândia. A única característica comum é que geralmente ocupavam um cômodo e algumas eram identificadas mais facilmente por detalhes na fachada. Aparentemente, a área desses cômodos variava de escola para escolas pois havia cômodos maiores e menores.

Perscrutando a coleção de imagens foi possível aferir que houve algumas escolas que funcionaram em prédios com paredes de alvenaria novas; escolas com paredes de alvenaria parcialmente destruídas; escolas com paredes em tábuas de madeira; além de outras instaladas precariamente em ranchos ou barracões cobertos por sapê<sup>20</sup> ou folhas de coqueiro, com paredes de barro ou bambu, exatamente como um jornalista havia apontado anos antes (A PENA, 1934, n.p.).

Na coleção CPJA, há quatro fotografias de escolas rurais instaladas em barracões precários, com seus respectivos professores e alunos, devidamente uniformizados como se observa na escola da Imagem 7.

---

<sup>20</sup> A denominação sapê ou sapé é atribuída em Minas Gerais a um tipo de gramínea seca que é usada como cobertura em construções rústicas.

**Imagem 7 - Alunos e professora de Escola Rural não identificada [19--]**



Fonte: CPJA. ArPU.

A Imagem 7 revela uma escola entre as que funcionaram precariamente no município e guardou registro da turma de 29 crianças, sendo treze meninas e dezesseis meninos, com os menores à frente em um pátio de terra batida.

A maioria das crianças estava uniformizada, os garotos com trajes em estilo militar com bibicos<sup>21</sup> e calçados, na fileira da frente ao lado das meninas com saias plissadas de comprimento pouco acima do joelho e cintos. Estão ao lado da professora Anita Artiaga, que traja vestido com gola branca e de um rapaz de terno. A identificação dessa professora foi possível após comparação com outra fotografia individual na CPJA.

Nessa imagem o que chama a atenção é o contraste entre a fragilidade da construção escolar que se contrapõe à ordem e seriedade dos personagens da fotografia, cujo uniforme segue o padrão militar/escoteiro. Apesar do chão de terra e condições das instalações da escola, as crianças, todas muito sérias, estão impecáveis e organizadas de acordo com as instruções dadas pelo fotógrafo. Tal imagem leva a pensar que tanto professora quanto estudantes, apesar das adversidades contribuíam para reforçar a representação desejada pelas autoridades de mais um esforço patriótico para “conquistar o saber”. Não foi encontrado no ArPU nenhum registro escrito de escola rural que funcionasse nessas condições, somente as quatro fotografias.

---

<sup>21</sup> Bibico é um tipo de gorro confeccionado em tecido e utilizado em uniformes militares e escolares.

## 2.2 Sujeitos das escolas rurais

### 2.2.1 *Inspetores e fiscais*

No decorrer da Era Vargas as autoridades municipais esforçaram-se para organizar e controlar a rotina das escolas. Em 1930 o principal posto da hierarquia escolar era ocupado pelo inspetor cujas atribuições estavam determinadas pela Lei 278/1923 e incluíam visitas aos estabelecimentos, emissão de atestados e requerimentos, proposição de criação de escolas, nomeações e demissões de professores, além de aplicação de exames.

Entre 1930 e 1942 o cargo foi ocupado por três professores, Carlos Brandão (1929 a 1933), Francisco Afonso da Silva (Inspetor Escolar Interino em 1931) e Jerônimo Arantes (1933 a 1946), que assumiu a chefia do Serviço de Saúde e Educação até sua aposentadoria.

O inspetor escolar Jerônimo Arantes é certamente o personagem mais fácil de identificar: fazia questão de se deixar fotografar entre os alunos e professores. Presente em cerca de 120 fotografias ele construiu uma sólida reputação entre os educadores da cidade ao longo de quase quarenta anos na docência, inspeção e chefia do Serviço Municipal de Educação e Saúde.

Em várias atas o inspetor elogiava os esforços dos professores, mas também exercia com rigor as tarefas do ofício e tinha o costume de visitar as escolas em feriados ou sábados, como ficou registrado no Termo de Visita na Escola Municipal Rural Paraíso em 26 de fevereiro de 1938, quando verificou os livros de escrita do professor Joaquim Vicente Ferreira (UBERLÂNDIA, 1938). Gostava de poesias e era conhecido pela sociedade uberlandense como um entusiasta da educação; também escreveu peças de teatro infantil, além de ser editor do Jornal Rural e da Revista Uberlândia Ilustrada. (LIMA, 2004).

A partir de 1943 os registros de atas indicaram que ele foi auxiliado por nove fiscais que atuaram até 1945, o que pode indicar uma nova estratégia da inspeção escolar ao formar uma equipe maior de fiscais para melhor controle da rotina escolar. Entre os fiscais, o senhor Arlindo Francisco de Mello, que atuou no ano de 1943 nas Escolas Rurais de Machado e Paraíso, deixou registros detalhados da vida escolar e passou a observar aspectos de salubridade, higiene e asseio não só nas instalações das escolas, mas também entre os alunos.

A adequação das escolas rurais a esse discurso higienista<sup>22</sup> também colaborou na construção das representações progressistas da educação rural do período.

### *2.2.2 Alunos e alunas*

A população do município de Uberlândia no início da década de 1940 perfazia aproximadamente 42 mil habitantes, dos quais cerca de 20 mil viviam na área rural. A essa população rural o município ofertava o ensino primário em 23 escolas e em algumas funcionavam duas cadeiras em razão da quantidade de crianças em idade escolar, como na Escola Municipal Pontal e na Escola Cruzeiro dos Peixotos.

Se o Regulamento Escolar de 1923 e as determinações da Reforma de 1927 fossem seguidos rigorosamente no município, várias escolas não teriam funcionado em função do número de alunos que oscilava e da quantidade significativa de desistências em razão de mudanças ao longo do ano letivo, provavelmente em razão do fim das colheitas.

Mas isso não ocorreu e as escolas funcionaram com quantitativo variado. Os livros de matrícula<sup>23</sup>, atas e fotografias revelam turmas entre 8 e 55 crianças (onde havia duas “cadeiras”) e quando contabilizam adultos e convidados chega a 96 pessoas em alguns casos.

Na Escola Municipal do Pombo em 1941, a turma multisseriada registrada no mês de setembro pela professora Adelaide Marques era composta por 35 crianças, dezenove do sexo feminino e dezesseis do sexo masculino, distribuídos nas três séries, sendo 25 alunos na primeira série, oito na segunda série e dois na terceira. (LIVRO, 1941).

O livro de matrículas da Escola Municipal de Paranan do ano de 1941 encontrado no ArPU tornou possível conhecer o perfil de algumas famílias. Segundo esses livros, a Escola Municipal Rural Paranan recebeu vários imigrantes italianos das famílias Pagoto, Bernadeli, Monte e Knychala. (LIVRO, 1941).

De acordo com as anotações da professora Graciema Rios nas quatro páginas, destinadas aos pais ou responsáveis pelas matrículas de sessenta crianças naquele ano, havia lavouristas, lavradores e fazendeiros brasileiros e italianos, dos quais quarenta declararam ser

---

<sup>22</sup> As práticas higienistas em Uberlândia nesse período foram parte da investigação de Sousa (2010).

<sup>23</sup> Os livros de matrícula escolar encontrados no ArPU também funcionavam como registro de frequência. Eram encadernados com capa dura, com termo de abertura e traziam uma parte inicial de instruções de preenchimento, uma segunda parte de registro de dados dos alunos e responsáveis e uma terceira parte com folhas de registro mensal de frequência.

alfabetizados. Em 1941, pelos registros da Escola Paranan algumas famílias possuíam mais de duas crianças matriculadas e o total era maior que o da Escola do Pombo. (LIVRO, 1941).

Quanto aos alunos em Paranan, de acordo com as fontes pesquisadas, em 1941 o perfil das crianças matriculadas era de 33 alunos e 27 alunas com idades variadas, entre 7 a 14 anos, dentre os quais alguns descendentes de italianos, em mais uma sala multisseriada composta por 39 crianças no primeiro ano, 11 crianças no segundo ano e 10 no terceiro ano.

A chegada de imigrantes no Brasil a partir de 1930 deixou marcas na cidade de Uberlândia, que também cresceu com a imigração. Entre as imagens identificadas da CPJA foi encontrado o registro da Escola Municipal Paranan, um dos dez estabelecimentos escolares rurais criados em 13 de maio de 1939 em resposta à “Cruzada Nacional da Educação”, identificada a seguir como Imagem 8.

**Imagem 8 - Alunos, professoras e inspetor escolar na Escola Rural Paranan [19--]**



Fonte: CPJA. ArPU.

A Imagem 8 registra a presença de 21 meninos e dezesseis meninas que posam para o fotógrafo. Os alunos da primeira fileira estão sentados ao lado de seis adultos, próximos ao inspetor Jerônimo Arantes, que ocupa a posição central. Há um rapaz de pé à esquerda e logo abaixo a etiqueta em letras vermelhas indica o nome da escola “PARANAN”. Várias meninas



trajam vestidos claros e laço de fita e os meninos também estão uniformizados, todos muito sérios e alguns descalços.

Nessa turma havia uma maioria de 25 crianças brancas, sete pardas e cinco negras. Da mesma forma que em Paranan a quantidade de crianças negras é sempre menor na maioria absoluta das imagens da coleção e em várias não há nenhuma criança negra.

Além de italianos, também há registros de imigração sírio-libanesa para a cidade em início do século XX, segundo Amorim (2014) e japonesa a partir de 1920, conforme os estudos de Silva (2012).

Assim, as crianças filhas de italianos não foram os únicos imigrantes a frequentar as escolas em Uberlândia nesse período uma vez que no material do ArPU há alguns registros de atas que atestam haver crianças com traços japoneses entre os alunos até 1943. Depois dessa data as crianças com sobrenomes japoneses raramente aparecem e nossas suposições são de que tenham completado a última série ofertada ou em decorrência da guerra em curso.

Em busca de fontes para a pesquisa, encontramos nos livros de matrícula e atas vestígios dessas crianças com traços japoneses entre os alunos que frequentaram as escolas rurais Paraíso, Salinas, Caetanos e por fotografia a escola Cabaças e novamente em Caetanos.

Na coleção há cerca de doze fotografias nas quais se observa a presença de crianças com traços fisionômicos orientais compatíveis com aqueles dos japoneses, como a Imagem 9.

**Imagem 9 - Alunas e professoras de Escola Rural não identificada [19--]**



Fonte: CPJA ArPU.

Comparando essa fotografia a outras do acervo e a outros materiais encontrados no ArPU, foi possível identificar as duas professoras<sup>24</sup>, que eram Auta de Oliveira (de roupa clara) e Cecília Teles (de vestido escuro). Ambas eram negras e estavam vestidas elegantemente; apareciam na posição central com a turma de 35 meninas, das quais seis possuíam traços orientais, três eram negras e as demais eram pardas ou brancas. Ao fundo havia um homem na porta e uma moça sorridente na janela. Há outra foto dessas professoras, com as mesmas vestimentas ao lado de meninos, provavelmente tirada na mesma data, sendo que entre eles há um garotinho com traços orientais, compatível com os de japoneses.

No aspecto quantitativo, o número de alunos varia consideravelmente, pelo menos nas fotografias da CPJA. Na Escola Municipal Rural Cruzeiro dos Peixotos há registro de um grupo de doze alunas com um pandeiro, provavelmente antes ou após alguma apresentação cultural; na Escola Municipal Rural Sobradinho há um registro fotográfico de 23 alunos onde aparece o inspetor e professoras ao lado da turma e na Escola Municipal Rural de Machados há trinta meninos e 25 meninas que se juntam à moradores e autoridades perfazendo um total de 91 pessoas, em uma das fotografias.

Além da quantidade de crianças que aparece nas fotografias da CPJA, alguns elementos são identificados com frequência, como a minoria de crianças negras, o esforço para se apresentar uniformizado, a seriedade e a presença de poucos materiais escolares.

Ao investigar outros documentos no arquivo, os livros de matrícula das escolas Paranan e Pombo informaram o perfil das turmas com cerca de 35 alunos por turno, idades entre 7 e 14 anos, situação de analfabetismo de muitos pais, eliminação de alunos devido a mudanças e até alguns problemas disciplinares anotados.

Na escola rural Paraíso, em julho de 1940, segundo a inspeção “[...] havendo um aluno indisciplinado e com péssima frequência atendi o pedido da professora fazendo a eliminação do referido aluno em virtude das provas de seu mau procedimento.” (UBERLÂNDIA, 1940, p. 8). Isso nos levou a pensar que nem tudo era tão “harmônico” como as autoridades pretendiam demonstrar.

Também chamou a atenção a diferença entre os livros de matrícula de Paranan e Pombo no início dos anos 1940. O livro de Paranan, preenchido pela professora Graciema

---

<sup>24</sup> Embora não exista nenhuma identificação específica na fotografia, a suspeita é de que seja uma representação da Escola Municipal Rural Sobradinho por volta de 1938, quando as professoras Auta de Oliveira e Cecília Teles atuaram como efetiva e adjunta, do início ao final do ano.

Rios em 1941, solicitava informações sobre os pais, como profissão, residência, grau de instrução e nacionalidade, além no nome, idade e sexo das sessenta crianças, se já sabiam ler e escrever; se já haviam repetido o ano e se possuíam registro civil. Não solicitava informações sobre raça ou cor da pele.

Já o livro da Escola Pombo da Fazenda do Pó, também impresso, foi preenchido pela professora Adelaide Marques em 1941 e traz na capa a identificação “Estado de Minas Gerais Secretaria da Educação” e linhas para preencher o nome da escola, da professora, localização, distrito e município e todos os demais dados das crianças matriculadas.

No registro da frequência diária de novembro desse ano a professora encerrou o ano com 35 alunos frequentes, dos quais dezesseis eram meninos e dezenove meninas distribuídas nos três anos: dois no terceiro, oito no segundo e 25 no primeiro.

Na relação de professores de 1941, a professora Adelaide Marques estava relacionada como regente na Escola Rural Rio das Pedras, porém não encontramos nenhum registro no ArPU de uma escola com tal nomenclatura em funcionamento naquele ano.

Percebe-se pelos dois livros que o serviço de inspeção, através da escrituração, procurava ter mais controle sobre o ensino ao utilizar a estatística para obter dados não só das crianças, mas dos pais e famílias, tornando-se cada vez mais detalhista como a instrução de número 18 recomendava “[...] para que possa haver um controle mais perfeito no movimento de frequência [...]” (LIVRO, 1941, n.p.).

### *2.2.3 Professores e professoras*

De acordo com Vianna (2001), desde o início do século XX, o caráter feminino do magistério primário se intensificou a tal ponto que, no final da década de 20 e início dos anos 30, a maioria já era essencialmente feminina. Segundo dados do censo de 1940<sup>25</sup> para Minas Gerais, havia 2.427 homens dedicando-se à docência no ensino municipal e 13.048 mulheres no ano de 1937 (IBGE, 1940, p.889) das quais somente 4.926 eram normalistas. No que diz respeito aos professores e professoras, em Uberlândia a docência rural nesse período era exercida predominantemente por professoras leigas, que possuíam em geral a quarta série primária.

---

<sup>25</sup> Esse censo, publicado em 1940, traz os dados referentes ao triênio 1935/1937.

A professora Dasy de Oliveira, que atuou na escola da Rocinha e Sucupira entre 1938 e 1939, era exceção, pois já havia completado o primeiro ano do ensino normal, conforme entrevista concedida a Ribeiro (2009). Na entrevista, a professora Dasy informou à pesquisadora que recebia cerca de 130 mil réis por mês, salário que “mesmo na época não valia nada”; que pagava 60 réis de aluguel ao tio e com os 70 réis restantes do salário comprava ou um par de sapatos ou um vestido, ou seja, o salário mal dava para despesas simples, não dava para comprar as duas peças de vestuário<sup>26</sup>.

Não havia critérios rígidos para que os docentes assumissem a regência das turmas. Segundo Ribeiro (2009), a maioria das professoras era indicada por pessoas influentes da cidade ou por fazendeiros. Ao longo da Era Vargas a prática de subsidiar escolas urbanas recebendo em contrapartida bolsas para alunos pobres tanto nos externatos como na Escola Normal foi mantida, mas não obtivemos dados sobre a atuação de docentes certificados por essa escola.

O único momento de “formação pedagógica” que ficou registrado pelo município na Era Vargas foi a Semana Pedagógica em 1933, promovida pelo Circuito de Pais e Mestres e Inspetoria Escolar durante a gestão de Claudemiro Alves Ferreira. Ribeiro (2009) aponta que participaram do evento as professoras Olga Bernardes, Maria Elisa Carrijo, Orávia Artiaga, Judi Vasconcelos, Guaraciaba de Oliveira, Atala de Oliveira, Maria Coelho de Andrade, Maria de Paula, Cármem Pimentel e os professores Sebastião Branquinho, Modesto Romeiro e Odilon Moreira, além do inspetor Jerônimo Arantes, o prefeito Claudemiro Ferreira e Antônio Macedo Costa, o presidente do Círculo de Pais e Professores.

Dos professores e professoras que participaram desse evento, cerca de dez permaneceram atuando nas escolas municipais, urbanas e rurais. Somente o professor Odilon Moreira solicitou exoneração em 1934, segundo nota publicada no Jornal A Escola Rural. (ESCOLA, 1934, p. 1).

Ainda com relação às professoras das escolas rurais, destacamos na Imagem 12, reproduzida nas páginas precedentes, duas professoras negras, Auta de Oliveira e Cecília Teles. A presença dessas duas professoras negras que atuaram na educação municipal do período não é exceção. Há pelo menos oito fotografias de professoras negras na CPJA como a

---

<sup>26</sup> Ao conceder a entrevista à pesquisadora Ribeiro, a professora Dasy já contava mais de 80 anos e usou o termo mil réis apenas uma vez.

professora Deoclides Guimarães em diversas poses individuais, com dedicatória, em cerimônia de formatura, ao lado das turmas de alunos ou ao lado de outras professoras.

Em busca de mais informações e fontes da época, foi possível encontrar no Arquivo Municipal alguns Livros-Ponto, Livros de Matrícula, Livros de Registros de Atas, correspondências diversas e artigos de jornal reunidos pela inspeção escolar, além de Livros Caixa e Relatórios Contábeis preservados pelo setor fiscal da prefeitura.

Contrapondo-se à descontinuidade dos registros preservados pela inspeção no período, no ArPU os relatórios da contabilidade da Era Vargas estavam praticamente completos e forneceram informações relevantes sobre a manutenção das escolas e salários. Embora quase nada fosse divulgado publicamente pelas autoridades, principalmente após 1939 com a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e da censura, as prestações de conta e dados estatísticos que incluíam informações escolares continuaram a ser produzidos pelas autoridades.

Pesquisando a documentação do Arquivo foi possível perceber que entre 1938 e 1940, nos primeiros anos de vigência plena do Estado Novo, o setor de contabilidade da Prefeitura Municipal de Uberlândia se esforçava em registrar nominal e detalhadamente nos livros os gastos e investimentos com a educação.

De 1941 em diante o setor contábil passou a “diluir” e resumir a condição de professor em poucas linhas. No ArPU foi possível descobrir que a produção desses dados contábeis no município já era feita com regularidade desde a década de 1910 e ajudava a compor os dados do anuário estatístico brasileiro.

De acordo com o Relatório da Repartição de Contabilidade de 1937, o prefeito Vasco Giffoni deixou claro o esforço de sua gestão, especialmente na área econômica, provavelmente uma resposta ao Decreto Federal nº 20.348, de 29 de Agosto de 1931, que instituía conselhos consultivos nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios e estabelecia normas, sobre a administração local.

A Nota I do Relatório justifica e informa que “sem sacrifícios dos serviços públicos” ele havia conseguido grande economia e recuperação do erário em um espaço de três anos, entre 1934 e 1937,

[...] Em 16 de abril de 1934, quando tomei posse das funções de prefeito a dívida fundada do município era de 1:260:454\$000 de empréstimos contrahidos com o Estado, [...] como se vê, agi desde principio no sentido de equilibrar as finanças sem sacrificio dos serviços publicos, procurando simultaneamente aumentar a

arrecadação [...] A diferença que se observa entre a receita desse anno (1934) que foi, como disse 762:524\$069, incluída a parte extraordinária, e a do ultimo exercicio encerrado (1937), que foi de 1:158:017\$600, [...] Entre as duas parcelas nota-se a diferença de 395:493\$531, o que representa positivamente uma cifra fabulosa para o espaço de três annos apenas. (RELATÓRIO, 1937, p.III)

De acordo com os dados do Relatório do Executivo de 1937, durante a gestão de Vasco Giffoni eram de responsabilidade do Serviço de Educação Pública do Município de Uberlândia quinze escolas rurais, duas urbanas, subsídios para alguns colégios e professores particulares na sede e despesas para materiais e serviços.

Não foi encontrada a natureza desses serviços ou o tipo de material. Os relatórios de outros meses e anos subsequentes também indica que foram mantidas as verbas subsidiadas e que eram frequentes a solicitação de verbas complementares para honrar outras despesas, como viagens, deslocamentos a serviço e até pagamento de professor de Educação Física.

Com dados obtidos nos Relatórios da Contabilidade<sup>27</sup> foi montado o Quadro 7, pelo critério de amostragem, indicando a situação salarial de algumas escolas. Com isso foi possível perceber a origem da “cifra fabulosa” cuja “economia” relatada pelo prefeito teve enorme impacto nos salários dos professores efetivos e adjuntos,

**Quadro 7 - Previsão salarial/Salários pagos a professores efetivos – 1937**

ESCOLA	SALÁRIO PREVISTO	SALÁRIO PAGO
Cruzeiro dos Peixotos e Pontal	3:600\$000	3:600\$000
São Francisco	1:920\$000	1:882\$700
Mata dos Dias	1:920\$000	1:856\$000
Buritys	1:920\$000	1:520\$000
Palmitos e Lageado	1:920\$000	960\$000

Fonte: Elaborado pela autora a partir do documento Repartição de Contabilidade. 1935 - 1937. Série Relatórios do Executivo. ArPU.

De acordo com as informações coletadas no ArPU, em 1937 o salário pago foi menor que o previsto para os efetivos em algumas escolas, mas havia outras diferenças. Entre os professores efetivos e contratados a diferença era significativa; aos professores efetivos das

<sup>27</sup> Os dados originais completos, dos quais foi retirada a amostragem que traz o nome de escolas, professores (as) efetivos e contratados e respectivos salários, estão disponíveis nos Relatórios da Contabilidade do ArPU.

escolas rurais era previsto um salário anual de 1.920\$000, conforme descrito no Quadro 7, enquanto os professores contratados receberiam 720\$000.

Contudo, entre o valor máximo e o valor mínimo de salário anual havia muita variação. Em Pontal e Cruzeiro dos Peixotos supõe-se que havia dois professores efetivos, cada um recebendo 1:800\$000 e os valores previstos foram pagos de forma integral.

Já em outras escolas como Matta dos Dias, São Francisco, Lageado e Palmitos, o salário dos professores foi pago com valores diferenciados e “a menor” do que o previsto. O mesmo ocorreu em relação a quatro professores adjuntos das escolas rurais de Burity e Paraíso, que também receberam salários menores que o previsto.

Os motivos de tal disparidade são um mistério. Não se sabe se estariam ligados a fatores como desempenho do professor, aprovação escolar e frequência dos alunos ou se haveria influência política.

Da mesma forma, as diferenças foram mantidas também no salário das escolas noturnas urbanas em relação aos professores efetivos e contratados. Além de não constar o número de professores na documentação, o salário previsto era de 4:320\$00 e foi pago apenas 4:200\$000 aos efetivos. Já o salário dos professores contratados previsto em 4:800\$000 foi pago integralmente<sup>28</sup>.

Com relação ao investimento em material escolar, nesse ano foi gasto exatamente o que havia sido previsto, embora não se saiba exatamente “como” uma vez que não está discriminado no quadro.

Já na manutenção ou serviços de prédios escolares praticamente aplicou-se somente a metade dos recursos que haviam sido destinados. Estavam previstos 4:000\$000 e utilizou-se 2:040\$000 na manutenção das dezoito escolas (quinze rurais e três urbanas). Não há indicações do tipo de manutenção feita.

É interessante observar como o prefeito se refere à economia conquistada em 1937. Pelos dados, tal economia, ou “sobra”, de dinheiro foi obtida pelo “esforço” que o prefeito relatava. Porém, a origem do “esforço” estava relacionada ao corte nos recursos, especialmente os que haviam sido destinados à educação, revelado pelo rebaixamento salarial de algumas professoras e professores e menor investimento na infraestrutura.

---

<sup>28</sup> Os dados originais sobre pagamento de todos os profissionais e “investimentos” estão disponíveis nos livros da contabilidade. Embora a princípio não haja nenhuma justificativa para as diferenças encontradas, talvez no arquivo haja outros documentos que expliquem tal fato, contudo não os localizamos.

É preciso considerar que fazia parte da verba destinada à educação o valor das subvenções a escolas urbanas particulares e o auxílio a alunos pobres, prática recorrente desde fins do século XIX na cidade. Nas últimas páginas do Relatório Contábil aparece o total anual de receitas e despesas detalhando que, para um orçamento de 1.320:980\$000 naquele ano, a verba aplicada na educação foi de 60:321\$000, o que perfaz 4,56%.

Como se vê, o montante do “investimento” era reduzido e dava a exata medida da precariedade que alguns professores ousaram expor ao demonstrar que a cidade estava longe de aplicar “nunca menos de 10%” no desenvolvimento dos sistemas educativos previstos no artigo Constituição Federal de 1934 (BRASIL, 1934, n.p.), embora o prefeito afirmasse seu empenho em “desenvolver o ensino em todos os aspectos.” (RELATÓRIO, 1935, p. 21).

Além dos números obtidos nos relatórios do triênio 1935/1937, há nos registros diários dos livros-caixa o funcionamento da Prefeitura até novembro de 1945, nos quais a verba IV era destinada à educação pública. A contabilidade organizava os dados das escolas referentes ao período 1938 a 1940 por números, professores e salários pagos. Também informava investimentos em manutenção e material, embora não especificasse do que se tratava. Após 1941 os registros mudaram e se tornaram gerais.

O salário variava, do menor para o maior, conforme a formação: professoras e professores adjuntos possuíam apenas a quarta série, ou o ensino primário completo; já os efetivos haviam completado o ginásio ou iniciado o ensino normal. Mas foi possível perceber também que em Uberlândia, no ano de 1938, havia dois tipos de diferenças salariais significativas entre os professores efetivos das escolas rurais e entre esses e os professores efetivos de escolas urbanas.

Embora a contabilidade do município em 1938 informasse pagamento a professores de 16 cadeiras rurais e em 1939, de acordo com Ribeiro (2009, p. 53), a revista A Camponesa por meio da matéria “A Instrução em Uberlândia” informava que o município esforçava-se por alfabetizar a população e com esse objetivo possuía 33 escolas rurais e dois grupos escolares urbanos, porém, somente quatorze escolas rurais estavam relacionadas nos livros contábeis encontrados no ArPU.

Assim, considerando a movimentação escolar e a oscilação nas matrículas encontradas durante a pesquisa no ArPU foi possível também conferir no Livro Caixa da prefeitura no ano seguinte, o registro dos pagamentos efetuados aos professores municipais rurais no mês de agosto/1939 somente para 14 escolas: em Pontal havia dois professores, Mata dos Dias,



“Macheiros”, Cruzeiro dos Peixotos, Machados, Tenda, Sobradinho, Paraíso, Maribondos, Rocinha, Palmitos, Xapetuba, Morenos e Rio das Pedras.

Desde a fixação do valor do salário mínimo em 1940, no município de Uberlândia os professores sempre receberam valores menores do que o mínimo fixado para Minas Gerais, que em 1940 era de 240\$000 e em 1944 estava fixado em Cr\$270 cruzeiros.

Pelos documentos encontrados foi possível afirmar que até 1939 o registro contábil era feito nominalmente e discriminava a escola, o professor (a) e o valor do salário recebido. Em agosto de 1940 o tipo de registro contábil já havia começado a se modificar e sabia-se que havia 32 professores efetivos (com salários que variavam de 140\$000 a 200\$000) e dez adjuntos/contratados (com salários que variavam de 60\$000 a 120\$000) conforme o Livro Caixa 33. (FUNDO, 1940, p.250).

Após 1943 os registros contábeis passaram a ser feitos de forma geral<sup>29</sup>, conforme o Quadro 8.

**Quadro 8 - Despesas de educação pública/fevereiro 1943**

01/02/1943	DESPESA REALIZADA HOJE DE EDUCAÇÃO PÚBLICA	VALOR
<b>Pessoal Fixo</b>		
8330	25 Professores das escolas rurais a 200,00	4.800,00
8330	3 Professores de escolas rurais a 160,00	200,00
8330	5 professores de escolas rurais a 60,00	240,00
8330	1 professor de escola urbana a 200,00	200,00
8330	2 professores das escolas urbanas a 160,00	160,00
8330	5 professores de escolas urbanas a 140,00	800,00
<b>Pessoal Fixo</b>		
8330	Chefe do Serviço de Educação e Saúde. Pg. a Jerônimo Arantes	420,00

Fonte: Uberlândia. Livro Caixa 36. p.26. Série Contabilidade. Subsérie Livro Caixa. ArPU.

Tem-se então que em 1943, a média salarial simples dos 25 professores efetivos seria de Cr\$192,00 para o valor total informado e nesse ano o maior salário era pago ao inspetor

<sup>29</sup>Os dados completos estão disponíveis no Fundo Prefeitura Municipal, Série Contabilidade. Livro Caixa nº 28 a 38 depositados no Arquivo Público de Uberlândia.

escolar. A partir daí não se soube mais quantos eram e quem eram os professores; se contratados ou efetivos ou quanto recebiam individualmente.

Transformaram-se em sujeitos anônimos e sua condição profissional ficou reduzida à situação de rurais/urbanos; aos poucos se tornaram apenas mais um item que faz parte das estatísticas, como indicado no Quadro 8. Consideramos que essa foi outra estratégia do governo: impor um caráter de impessoalidade ao corpo docente pela contabilidade e pela estatística.

Também foi possível aferir que as despesas de manutenção das escolas permaneceram reduzidas enquanto o salário da chefia da inspeção aumentou, perfazendo mais do que o dobro do salário dos professores efetivos. Não havia dados sobre o pagamento dos fiscais.

Quanto às funções exercidas, o serviço de inspeção escolar informava que no ano de 1941 havia um grupo de 24 professores das escolas rurais, dos quais 20 eram mulheres e 4 homens, 1 professora particular, 5 escolas sem professor e 9 professoras em escolas urbanas sendo que há uma observação logo abaixo do nome da última professora da área urbana Doralice Natalina de Jesus “funcionando como servente.” (RELAÇÃO, 1941, n.p.).

A função peculiar da professora Doralice não é menos surpreendente que a do professor Avelino Jorge do Nascimento que anos depois ainda era convocado a consertar as fechaduras e fazer outros reparos na Escola Municipal Machados pelo então Chefe do Serviço de Educação e Saúde, além de serem corresponsáveis pela frequência dos alunos. As tarefas atribuídas iam além da docência e é mais um indício da piora nas condições de trabalho.

Três anos depois os registros contábeis do município revelaram que nas 20 escolas municipais rurais atuavam 31 professoras a Cr\$3.000,00. Por esse montante, individualmente cada professor receberia Cr\$96,77. Naquele ano os livros contábeis indicavam que a diarista do hospital recebia 120\$000, o mesmo valor que as professoras da escola noturna; o dobro das professoras adjuntas e acima do que recebiam os professores e professoras efetivas rurais. (UBERLÂNDIA, Relatórios da Contabilidade, 1944).

Mesmo que alguns documentos encontrados no ArPU tragam dados divergentes em alguns anos e o conflito de dados seja comum no período optamos por considerar esses dados uma vez que as escolas mudavam de nome ou interrompiam os trabalhos conforme a frequência, especialmente nas épocas de plantio e colheita, o que pode também explicar a oscilação entre o início e o fim do período.

Outro fator a se considerar são as lacunas na escrituração de escolas que não receberam a visita da inspeção, bem como a inexistência de tal material no ArPU, o que não desconsidera os registros que foram preservados, apesar da precariedade.

É sempre bom recordar que o DIP atuava com firmeza nesse momento ditatorial, mas não encontramos no ArPU dados que indiquem sua interferência direta no aspecto educacional em âmbito local.

O material encontrado e preservado pela inspeção incluía impressos e livros, alguns publicados pelo Departamento Nacional de Propaganda a partir de 1936. Também havia textos de Azevedo Amaral, Getúlio Vargas, Ernani Fornari e Gustavo Capanema, alguns desses com marcas de uso do inspetor, o que nos leva a crer que ele lia e se preocupava em cumprir todas as determinações que eram enviadas por superiores.

### CAPÍTULO III – COTIDIANO E PATRIOTISMO NAS ESCOLAS RURAIS

Educado o povo, o sertanejo rude, feito cidadão consciente, valorizado o homem pela cultura e pelo trabalho inteligentemente produtivo, o Brasil, terra maravilhosa por sua beleza natural, transformar-se-á na grande Pátria que os nossos maiores idealizaram e as gerações futuras abençoarão. (Getúlio Vargas - 1933)

#### 3.1 Cotidiano escolar

##### 3.1.1 *Táticas e Estratégias*

Além dos apelos aos cuidados e manutenção das escolas, sempre solicitados pela inspeção escolar pelo “amor à educação”, a preocupação com a frequência escolar e com o fortalecimento de laços cívicos e patrióticos é perceptível, de acordo com o que o Regulamento de Ensino da cidade já previa desde 1923 e as Constituições de 1934 e 1937 reforçaram.

Durante o período pesquisado, uma das estratégias que o poder público utilizou foi apelar para o sentimento “cívico e patriótico” dos cidadãos, tanto no distrito da cidade quanto nos distritos de Santa Maria e Martinópolis (que existiam desde a década de 1910) para que contribuíssem com a manutenção das escolas, mantendo em dia os impostos, entre os quais a taxa escolar ou colaborando monetariamente para as reformas dos prédios escolares. Nos registros contábeis as taxas recolhidas nos dois distritos eram informadas à parte das contribuições do distrito da cidade. Essa taxa auxiliava na manutenção das escolas rurais e urbanas.

Em outras ocasiões, os fazendeiros enviaram cartas ao prefeito comunicando que as escolas estavam prontas e necessitavam do professor e materiais, aguardando a Prefeitura, como ocorreu em 1933 quando o fazendeiro Francisco Rodrigues da Cunha enviou ao prefeito Lúcio Libâneo uma carta comunicando que a escola da Fazenda Pontal estava pronta e solicitando a transferência do professor Modesto Romeiro Lopes, que atuava em Quilombo, para a nova escola.

Poder-se ia pensar que essas movimentações das comunidades escolares, ao tentar resolver os problemas à sua maneira em relação à frequência ou em relação à estrutura das

escolas, seriam inúmeras “táticas” para burlar as estratégias sugeridas e/ou impostas pelo governo no campo da educação.

Mesmo que tais conceitos (táticas e estratégias) tenham se originado na questão militar, pode-se considerar que as estratégias em geral partem dos que dominam uma determinada situação e agem para sempre manter o poder conquistado e as táticas circunscrevem-se aos que, pertencendo à esfera do “não poder”, se apropriam e redesenham o que lhes foi ordenado. Encontra-se em Certeau (2003, p. 99) a definição precisa de “estratégia”,

[...] chamo de estratégia o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolada. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). [...] gesto da modernidade científica, política ou militar.

No decorrer da Era Vargas, o que se pôde apreender na documentação pesquisada no ArPU é que os professores e professoras desenvolveram diversas táticas para manter os empregos. Homenagens diversas a autoridades, como a compra de uma cigarreira de ouro para presentear o prefeito em novembro de 1935, conforme discutido no capítulo anterior, cartas e elogios, além de submissão e cumprimento das regras escolares poderiam ser interpretados como táticas para garantir a colocação ano após ano.

Porém, houve também situações delicadas que envolviam a moral e os costumes, como na demissão da professora Alcina da Silva Brito que atuava na escola Municipal da Rocinha, entre outubro de 1934 e fevereiro de 1935. A professora em questão foi nomeada em 1934 e no termo oficial consta a sua assinatura (a única mulher), seguida por dezessete assinaturas masculinas, de moradores e autoridades, entre elas, as assinaturas de três envolvidos no episódio posterior da exoneração: o “marido”, o suposto “amante” e o inspetor.

Exonerada em 30 de janeiro de 1935 a professora Alcina, inconformada, remeteu ao prefeito uma carta, na qual solicitava providências e apontava problemas que enfrentou na escola,

[...] prestei meu serviço à prefeitura e ao povo dessa parte do município de Uberlândia, tendo leccionado dezenas de creanças, além do numero exigido pelas leis do ensino. Leccionei aula desdobrada até o fim do anno, apesar da falta de material escolar, pois a prefeitura só forneceu somente seis carteiras velhas. Quadro

negro, mapas, mesa, mais bancos e a respectiva sala para aula meu marido e eu fornecemos à prefeitura e como remuneração por esse auxílio à prefeitura a professora recebeu e uma exoneração deshonrosa, semelhante a uma bofetada na fronte de uma mulher honesta. De vós, como dirigente honesto, justiceiro e progressista deste grande município de Uberlândia, espero as providências que o caso requer. Pede deferimento. (CARTA, 1935, n.p.)

Além de endereçar a carta ao prefeito, o esposo da professora procurou um jornalista e expôs a situação, o que resultou em publicação no jornal. Foi o suficiente para despertar a ira da inspeção escolar.

Não é de se estranhar que o inspetor tenha tentado responder à professora através de uma carta encontrada entre os documentos da inspeção, datada do dia 18 de fevereiro de 1935, missiva que nunca foi publicada. Indignado com o jornalista e com a professora que havia enumerado uma série de problemas na escola da Rocinha, o inspetor dirigiu ao prefeito Vasco Giffoni uma longa justificativa manuscrita, afirmando que a referida exoneração “não partiu de princípios políticos”.

O inspetor narrou com detalhes o caso de “adultério” e indicou como descobriu a “falta moral” da professora (através de interrogatório da filha menor, de carta/testemunho do professor Sebastião Branquinho e de queixa de aluna) no dia em que a professora estivera na cidade para receber o pagamento e se hospedara em uma pensão.

A justificativa do inspetor, por ordem do prefeito, nunca foi publicada. Da mesma forma, não há registros do livro de ponto, boletins de exames, fotografias e registros de visita à escola enquanto a professora Alcina da Silva Brito era a regente. Só se sabe que ela esteve na escola pela ata de nomeação, pelo documento de exoneração e pelo registro da escola Rocinha na Corografia de Uberlândia (ARANTES, 1938).

Em nenhum momento localizamos qualquer tipo de documento que demonstrasse ações da inspeção para questionar a competência da professora e os serviços por ela prestados no curto intervalo em que atuou no município. Não se pode esquecer outro aspecto, indicado por Rabelo e Martins (2010, p. 6170), sobre o status da profissão docente à época, pois,

O magistério era o caminho possível para a maioria das mulheres brasileiras, principalmente para aquelas das camadas médias da população, pois, até os anos de 1930, era o único trabalho considerado digno para elas, e que podia ser atrelado às tarefas domésticas.

Naqueles documentos que localizamos a ênfase está apenas no aspecto da “moral” e não o profissional. De fato, a conduta moral dos professores estava prevista entre os deveres

do professor municipal, no Regulamento de 1923, com a seguinte redação: “Não praticar nenhum ato contrario á moral ou aos bons costumes.” (UBERABINHA, 1923, art. 15, §2). No mesmo artigo 15, o §11 recomendava “cumprir as instruções que lhe forem dadas pelo inspetor municipal, bem como por qualquer autoridade estadual de ensino” e finalizando, o §12 exigia “executar as ordens que lhe forem dadas pelo presidente da Câmara”.

Mais à frente, no artigo 28 o Regulamento lembra que “As escolas municipaes estão sujeitas á fiscalização das autoridades estadoaes e os snrs. professores deverão observar todas as instruccões que lhes forem ministradas por tais autoridades”. Como se vê, não há nenhuma previsão na Lei para casos de exoneração de professores ou perda da “cadeira”.

Nos 49 artigos do Regulamento de 1923 a única menção à perda de cargo está no artigo 10 e refere-se à inspeção: “Por qualquer falta dos deveres prescriptos no artigo anterior, o Inspector Escolar será admoestado; reicindindo, multado na quantia de 50\$000 a 2000\$000 e na terceira vez exonerado.” (UBERABINHA, 1923, art. 10).

Havia até então uma série de penalidades previstas conforme incidência e reincidência, variando de admoestação a exoneração. Caso aos professores fosse aplicada a mesma sequência punitiva prevista para a inspeção, o episódio que envolveu a professora Alcina tornar-se-ia muito mais grave, já que ela não foi advertida, não reincidiu e nem foi multada, ao contrário, sofreu a punição mais séria perdendo o cargo para o qual havia sido nomeada.

Assim, além da questão moral, o fato da professora Alcina indicar problemas nas escolas rurais pode ter sido a razão pela qual os “princípios políticos” negados pelo inspetor tenham sido determinantes para sua exoneração, que inclusive já havia sido decidida na metade do mês de janeiro. (INSPETORIA, 1935).

Suas queixas sobre as questões profissionais e precariedade na Escola Rocinha não foram objeto de admoestação ou multa, conforme as regras escolares; ao contrário, é como se nunca houvessem existido, já que não foi encontrado nenhum tipo queixa entre outubro de 1934 e fevereiro de 1935 por parte da professora e da inspeção. Nem mesmo os registros de ponto ou atas dessa escola foram encontrados, somente a carta escrita ao prefeito informa essa situação.

Foi o comportamento pessoal da professora o pretexto usado pela inspeção para justificar e desqualificar moralmente a profissional, o que denota uma fortíssima questão de gênero (LOURO, 2008), uma vez que a exoneração da professora Alcina foi mantida, ao contrário do que ocorreu com o professor Sebastião Branquinho (citado anteriormente), que se desculpou particularmente ao prefeito pelas críticas e retornou ao serviço público.

No caso de Alcina, a inspeção não hesitou em utilizar-se de expedientes como testemunho de crianças e de um colega de profissão para julgar e condenar moralmente a professora perante o prefeito. Ao denegri-la, conseguiu eliminar do quadro de professores a docente que incomodava ao expor a precariedade da escola onde ministrava aulas e que assumia uma postura profissional perante as dificuldades encontradas na Rocinha, oposta à do professor, que se colocava como vítima.

A se considerar que na década de 1930 ao magistério era atribuída muito mais uma “missão ou sacerdócio” do que o exercício de uma profissão e que havia uma grande quantidade de professores leigos, as cartas escritas pelo professor Sebastião e pela professora Alcina podem ser, respectivamente, considerados bons exemplos das duas posturas, que motivaram atitudes diferenciadas por parte das autoridades.

Ao município interessava manter professores e professoras do modelo “missionário” que aceitassem sem reclamar as condições de trabalho que lhes era ofertada e que não fizessem críticas. E mesmo os professores com esse perfil aos poucos deixaram o magistério e passaram a ocupar cargo técnico, como o professor Carlos Brandão que se tornou fiscal e inspetor.

As críticas não costumavam ser toleradas como se viu na questão da professora Alcina, que acabou substituída na escola da Rocinha por duas professoras, Orávia Artiaga e Anita Artiaga, o que realmente condiz com o quantitativo de “aulas desdobradas” que a ex-professora ministrava.

Na documentação pesquisada encontramos outro incidente comunicado ao prefeito que envolveu o professor Joaquim Vicente Ferreira, titular da cadeira da Escola Municipal Rural Paraíso com o senhor Oivane Seizi, proprietário da casa onde funcionava a escola em julho de 1937. (CARTA, 1937).

Pelo documento, soube-se que as aulas na escola do Paraíso foram interrompidas até que o prefeito solucionasse a questão, que envolveu “atitude agressiva” por parte do senhor Oivane, relatada pelo professor. Não se sabe a razão dessa atitude. De acordo com anotação da inspetoria, a escola passou a funcionar na antiga casa do feitor e o senhor Jonas Guedes, diretor da fazenda, atuou sobre o caso a pedido do prefeito municipal.

Contornado o problema, o professor Joaquim Ferreira foi mantido e posteriormente elogiado pela inspeção pela “inteligência moça no desempenho das funções do cargo que ocupa e desempenha com amor”. (UBERLÂNDIA, 1938, p. 5, verso).



Contudo, mesmo os professores elogiados eram vigiados no ofício, pois o mesmo professor Joaquim recebeu a visita da inspeção em um sábado (UBERLÂNDIA, 1938, p.5) e após 1939 o professor não atuou mais nas escolas municipais rurais.

Estrategicamente as autoridades municipais da época procuraram calar todas as vozes dissonantes, fosse de jornalistas, professores ou professoras, que porventura questionassem as determinações oficiais, principalmente no que dizia respeito às condições de trabalho.

Isso incluía o salário do magistério, que era considerado baixo. Este valia 150\$000 em 1934, passou a ter valores diferenciados entre professores adjuntos e efetivos em 1938/1939 (entre 60\$000 e 200\$000) e terminou a Era Vargas pagando aproximadamente 200 cruzeiros, menos que o salário mínimo previsto para a cidade, que à época perfazia 270 cruzeiros.

Dessa forma, embora houvesse um esforço por parte do serviço de inspeção para fortalecer a representação de uma escola ordeira, pacífica, harmônica e eficiente, vez ou outra os conflitos afloravam entre os “amorosos e missionários” professores, fosse pelas condições de trabalho precárias, fosse pelos interesses políticos dos fazendeiros ou pelos interesses econômicos dos envolvidos (especialmente a necessidade de manutenção do emprego por parte dos docentes).

Além das questões materiais que envolviam a docência também o currículo era parte importante do cotidiano escolar constituído naquele período. Em ambos os aspectos as autoridades estabeleciam estratégias para manter a escola desejada, mas também se deparavam com as diversas táticas dos sujeitos que ora partiam para enfrentamentos ora se apropriavam das determinações oficiais, tornando-as parte importante do dia a dia das escolas rurais, como ocorreu com a prática da educação física e com os trabalhos manuais, previstos desde 1923 no currículo das escolas rurais de Uberlândia.

### *3.1.2 A Educação Física escolar e os trabalhos manuais nas escolas rurais*

Sobre a adoção da Educação Física no currículo das escolas, de acordo com Horta (2012), desde 1908 havia uma proposição de militares para que houvesse não só Educação Física escolar, mas instrução pré-militar nas escolas secundárias para alunos maiores de 16 anos, mas não menciona o ensino primário.

No intervalo compreendido entre 1930 e 1937, enquanto setores do Ministério da Educação e Saúde objetivavam apenas inserir a Educação Física na legislação educacional, os

militares pretendiam estabelecer sólidas bases nessa área. Em 1939 uma nova lei estendeu esse tipo de instrução para alunos menores de 16 anos.

Depois de inúmeras tentativas e críticas para implantar nas escolas tal instrução, somente em 1946 a proposta de educação pré-militar foi extinta por decreto do então presidente Eurico Gaspar Dutra e manteve-se apenas a Educação Física escolar.

No município de Uberlândia a “educação physica” e a “educação moral e cívica” já constavam do currículo das escolas municipais rurais desde 1923, no Regulamento de Ensino, com a seguinte redação,

Art. 24 As escolas municipaes terão o horário e o programma anexo a essa Lei, e do seu curso fazem parte as seguintes matérias, divididas em três anos: leitura, escripta, LinguaPatria, arithmetica, educação moral e cívica, geografia, historia do Brasil, noções de agricultura e educação physica. (UBERABINHA, 1923, p. 15)

Na CPJA existem, no total, dezesseis registros de Educação Física/ginástica, dos quais treze estão no grupo de fotografias não identificadas. As três imagens identificadas pertencem às escolas rurais Maribondo e Sobradinho e ao Grupo Escolar Doutor Duarte, na área urbana.

**Imagem 10 - Alunos e professora da Escola Municipal Rural Maribondo [19--]**



Fonte: CPJA. ArPU.

A Imagem 10 da Escola Municipal Rural Maribondo, por exemplo, mostra aproximadamente 25 alunos executando exercícios físicos do lado externo da escola,

uniformizados e sob o olhar da professora; ao lado há uma fileira de meninos e duas fileiras de meninas.

O uniforme de tecido claro da turma consiste em calças curtas, camisas de manga comprida, gravatas e boinas para os meninos e saias, blusas de manga comprida, gravatas e boinas para as meninas. O edifício da escola, em alvenaria, possui recortes que emolduram a janela na parte superior e termina em um triângulo na parte baixa, o que tornou possível identificar outras imagens da mesma escola, que é a única com esse recorte. A etiqueta de identificação datilografada e sublinhada “MARIBONDO” aparece na porção inferior direita. Embora nenhuma das fotografias esteja datada, elas registraram que o currículo escolar estava sendo cumprido a contento, com a prática das atividades físicas.

No município, a Educação Física em pouco tempo assumiu um caráter de disciplina privilegiada e profissional. Conforme os relatórios contábeis de 1945, o município arcou com o salário de cinco professoras de Educação Física que recebiam entre 500 e 600 cruzeiros mensalmente (enquanto as 31 professoras rurais recebiam em média<sup>30</sup> 194 cruzeiros) e já existia uma praça de esportes na cidade. Não foi encontrada documentação sobre a atuação desses profissionais nas áreas rurais.

Embora os trabalhos manuais não constassem do Regulamento Municipal de ensino da cidade, no decorrer da pesquisa foram encontrados alguns registros fotográficos de bordados e crochê no ambiente das escolas rurais, sem data e sem identificação da escola na CPJA.

O fato das escolas municipais rurais destinarem parte do tempo escolar a atividades manuais nesse período reforça o papel esperado das alunas em confeccionar peças de enxoval, prepararem-se para o casamento e manterem-se no espaço doméstico. Não se tem nenhum registro escrito ou fotográfico de que os meninos executassem esses trabalhos manuais.

Também emergiram da CPJA fotografias de alguns momentos do cotidiano das escolas rurais como trabalho na roça, apresentações culturais, formaturas, trabalhos manuais, roda, merenda, entrega de diplomas e as práticas de Educação Física que consistiam de exercícios de ginástica ao ar livre, geralmente no pátio frontal ou lateral das escolas de acordo com as “aulas” registradas pelo fotógrafo Marinho Lozi<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Pela forma que a contabilidade foi registrada em 1945 não há como saber o salário individual de professoras efetivas e adjuntas, somente o total de professores e o valor pago, a partir dos quais se calculou a média salarial.

<sup>31</sup> Não se sabe ao certo o vínculo que o fotógrafo Marinho Lozi possuía com a prefeitura de Uberlândia, mas há registros de pagamentos efetuados a ele nos livros contábeis.

Entre os quatro registros fotográficos de trabalhos manuais da CPJA, em três havia somente a exposição dos objetos produzidos. Já a Imagem 11 traz os trabalhos manuais decorando a sala, junto aos alunos e professores.

**Imagem 11 - Trabalhos manuais de Escola Rural não identificada [19--]**



Fonte: CPJA. ArPU.

Na Imagem 11 observa-se, na pose capturada pelo fotógrafo, que a maioria das peças está exposta na parte superior como que a decorar o espaço da sala de aula. Os bordados, crochês, pinturas e almofadas próximas a boinas ou chapéus emolduram os alunos e professores. Essa imagem é um dos raros registros na coleção CPJA do espaço interno da escola, composta por um único cômodo. Nela percebe-se também o mobiliário de madeira, os uniformes de meninas também com barrado de bordados e a separação entre as 15 meninas e 22 meninos, dois deles com traços orientais, semelhantes aos dos japoneses.

Ao todo, compõem a cena 35 crianças e dois adultos, o homem elegante, de terno e gravata à frente e a mulher, também elegante com um vestido de gola bordada ao fundo, posiciona-se próxima a portas ou janelas. Durante a pesquisa, obtivemos indícios que esses professores atuaram na mesma escola durante o segundo semestre de 1938. Comparando essa imagem a outra fotografia da CPJA e segundo os registros da contabilidade daquele ano, o professor Antônio Zeferino de Paula era o professor efetivo e Ruth de Paula era a professora adjunta na Escola Municipal Rural do Córrego dos Caetanos.

A execução dos trabalhos manuais era um dos itens que as professoras e professores rurais do município escolar se esforçavam por cumprir, embora não fizesse parte do currículo prescrito no Regulamento Escolar. Foram encontradas em algumas atas menção a outros tipos de trabalhos escolares executados por todos os alunos, como os da Escola Municipal Rural Samambaia em 1942, sob regência da professora Orávia Artiaga Gomes,

No recinto do salão figuram trabalhos dos escolares, lindos desenhos e mapas demonstrando o esforço da dedicada professora da cadeira e capricho dos alunos. A escola está com o uniforme oficial e notando-se ótima disciplina e correção nos trabalhos escolares [...] a banca consignou voto de louvor à professora pelos resultados [...]. (UBERLÂNDIA, 1942, p. 5).

Da mesma maneira que em 1943, em Samambaia/Paraíba<sup>32</sup>, a mesma professora regente registra na Ata de exames que,

Figurou no recinto do salão os trabalhos dos escolares, desenhos, mapas do Brasil, America do Norte, do Sul, do estado de Minas Gerais, Globo terrestre, etc, demonstrando a inteligência e capricho dos alunos. Compareceram todos com o uniforme oficial, calçados e bem asseados [...]. (UBERLÂNDIA, 1943, p. 7).

Na Escola Municipal Rural do Paraíso/Piauí em 1944 a regente era a professora Honorina Mendonça e também houve registro semelhante: “Digno de menção foi a exposição de trabalhos manuaes apresentados pelos alunos, constando de 50 peças as quaes apresentavam um aspecto de fino acabamento.” (UBERLÂNDIA, 1944, p. 13-14).

No ano seguinte, no registro da ata de exames da mesma escola a professora Honorina anotou: “No recinto do salão, figuraram trabalhos dos escolares, lindos desenhos e mapas, demonstrando o esforço da professora da cadeira e capricho dos alunos. A escola apresentou-se com o uniforme oficial.” (UBERLÂNDIA, 1945, p. 9-10).

Assim, entre 1941 e 1944 a inspeção registrou nos livros de atas a presença de trabalhos confeccionados por alunos das escolas rurais, a presença dos alunos uniformizados e a festividade da ocasião.

Em diversas atas soube-se que era cantado o Hino Nacional, o Hino à Bandeira e mesmo o Hino ao Soldado. Além disso, os esforços de professores e professoras em seguir o

---

<sup>32</sup> A homenagem aos estados brasileiros foi anexada ao nome de algumas escolas rurais do município entre 1943 e 1944, conforme atas escolares, provavelmente com intenções de reforçar ideais nacionalistas. Ficaram registradas as seguintes denominações: Machados/Alagoas, Sobradinho/Pernambuco, Paraíso/Piauí, Dourados/Pará, Samambaia/Paraíba, Olhos D’água/Rio de Janeiro e Divisa/Fernando de Noronha.

Regulamento de Ensino Municipal de Uberlândia também foram registrados em atas pela inspeção.

Depreende-se que professores e inspeção esforçavam-se para reforçar os elementos cívicos e patrióticos entre a população rural do município de Uberlândia nesse período e procuravam valorizar o esforço dos profissionais em cumprir o que lhes era ordenado.

Na coleção de imagens escolares, as imagens internas são escassas, apenas cinco. Acreditamos que tal fato esteja relacionado às limitações técnicas da época e à opção de não revelar as condições precárias do interior das salas de aula. Uma delas é a Imagem 12 da Escola Rural Rio das Pedras, que aponta elementos cívico-nacionalistas.

**Imagem 12 - Alunos e professor da Escola Municipal Rural Rio das Pedras [19--]**



Fonte: CPJA. ArPU.

A Imagem 12 retrata a turma de crianças dessa escola, uniformizadas e muito sérias. Ao centro um homem, provavelmente o professor, de terno e gravata e dezoito alunas uniformizadas com boinas, saias com alças e camisas de manga comprida clara. Duas garotinhas, uma negra e uma de trancinha, não usam boinas e ao final da terceira fileira à esquerda uma moça de roupa branca também não está com boina. O uniforme dos dezenove meninos tem camisas claras de mangas curtas e gorros com listras. Há cinco alunos negros: duas meninas e três meninos.

Sobre a mesa há um tinteiro à direita do professor sobre uma folha de papel ao lado de outra pilha de papéis. Do lado direito, ao fundo, na parede de tábuas de madeira há um mural

com figuras, bem apagado, uma guirlanda e, ao centro, uma figura de Getúlio Vargas, tendo duas pequenas bandeiras do Brasil dos lados. No canto inferior direito da fotografia, deteriorado, uma etiqueta datilografada indica “RIO DAS PEDRAS” e o lado esquerdo também aparece início de deterioração com manchas escuras em alguns uniformes. Já a Imagem 13, que aparece abaixo, talvez seja a original, registra a mesma cena e difere da anterior pela ausência da etiqueta e melhor nitidez.

**Imagem 13 - Alunos e professor da Escola Rural Rio das Pedras [19--]**



Fonte: CPJA. ArPU.

Nessa imagem há 38 pessoas no cômodo escolar. Onde estava o maior estrago da foto reproduzida anteriormente como Imagem 12 aparece outra criança, mas não aparece a etiqueta. Em ambas, na parede de tábuas ao fundo é nítida uma guirlanda e a figura de Getúlio Vargas, na porção central, ladeado por bandeiras.

Tal escola não funcionou continuamente. Encontramos registros a partir de 1916, porém, ela não consta na Corografia do Município (ARANTES, 1938), mas aparece no Livro Caixa de 1939 e 1940 com indicação dos seguintes professores regentes: o senhor José Garcia Rosa e Avelino Borges do Nascimento respectivamente.

Analisando a imagem em seus dois momentos é possível observar o cuidado do fotógrafo em representar a organização dessa escola. Se considerarmos somente a postura dos alunos e professores em Rio das Pedras e nas demais escolas, o uso de uniformes (embora cada escola tenha o seu modelo), a ordem e a homenagem ao governante poder-se-ia imaginar que as escolas rurais funcionavam com perfeição. Essa imagem de Vargas na parede nos leva



a crer que nessas escolas, instituições públicas do município, também vicejava o culto ao líder, uma das características marcantes de regimes ditatoriais.

Contudo, fotografias não revelam tudo sobre um momento. Elas são um recorte intencional e remetem a outras intencionalidades: a partir de sua produção, todos que a manusearem ou a conhecerem poderão ter infinitas impressões. De acordo com Lissowsky (1983, p. 118) esse cuidado de reconhecer o recorte utilizado é necessário uma vez que,

[...] o sujeito, quando olha a fotografia, estabelece uma ponte entre aquele momento e o espaço que está na imagem e o momento que ele está vivendo. Como a distribuição dos objetos no espaço não é gratuita, tudo se posiciona no espaço, devendo ser levadas em consideração as relações entre os objetos. A orientação dos corpos também não é gratuita, eles traduzem orientações: linhas de autoridade, de subordinação, de hierarquia, de disciplina [...] a explicação espacial da cultura, da política, das relações sociais pode ser percebida.

O mesmo aspecto também é lembrado por Kossoy (2002, p. 21), para quem as fotografias carregam intencionalidades múltiplas e variadas, pois são produto de escolhas que “mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ocorrência”.

Nessa perspectiva, a presença/ausência também são bons indicativos de histórias que se que contar ou se pretende ocultar. A Imagem 14 é um exemplo de tal situação.

**Imagem 14 - Alunos, professoras e inspetor da Escola Rural Cabaças [19--]**



Fonte: CPJA. ArPU.



A Imagem 14 está identificada com etiqueta datilografada em letras pretas e vermelhas afixada na porção inferior direita. Registra a presença de alunos, professoras, inspetor escolar e moradores da comunidade. São quatorze meninos e pelo menos vinte meninas, a maioria uniformizada, com camisas brancas e calças ou saias escuras com suspensórios. Há também seis crianças sentadas no chão, à frente das autoridades. Não há como afirmar quem são as professoras da turma; as professoras da banca de exames ou as moradoras, pois há duas mulheres com bebês ao colo de pé à esquerda, duas moças com roupas mais escuras de pé à direita, duas sentadas à direita e duas à esquerda do inspetor escolar.

O detalhe que consideramos relevante na fotografia é a fuga do padrão. Há um “recorte” de uma pessoa, provavelmente uma figura masculina que estava ao lado do inspetor. Alguém “desapareceu” da fotografia e não encontramos indícios para saber quem era. De todo modo, a foto subsistiu e nos faz pensar num outro aspecto indicado por Sontag (2004),

Uma foto não é apenas o resultado de um encontro entre um evento e um fotógrafo; tirar fotos é um evento em si mesmo, e dotado dos direitos mais categóricos - interferir, invadir ou ignorar, não importa o que estiver acontecendo [...] Após o fim do evento, a foto ainda existirá, conferindo ao evento uma espécie de imortalidade (e de importância) que de outro modo ele jamais desfrutaria. (SONTAG, 2004, p.21-22.)

Embora a Imagem 14 revele que visibilidade não era necessariamente um atributo garantido a todos os sujeitos fotografados ou que nem tudo que se fotografava era digno de ser exposto como o recorte revela, a ocasião fotografada em Cabaças e seus sujeitos eleitos subsistiram, adquirindo um caráter quase que “imortal” inclusive o sujeito oculto, pela sua não visibilidade.

Para Persichetti (2000) após a produção da imagem, ela adquire inúmeros significados e/ou desdobramentos. No caso da Imagem 14, provavelmente nem o fotógrafo Marinho Lozi soubesse a razão da marca radical que foi deixada nessa fotografia. Somente quem a fez sabia quem era e por que a fotografia foi alterada.

### **3.2 O patriotismo no cotidiano escolar**

A construção de representações progressistas sobre a educação rural no Município de Uberlândia foi o resultado de ações políticas e de esforços diversificados que envolveram a atuação da inspeção escolar, da estatística, da imprensa e do uso de símbolos nacionais.

Ao longo da Era Vargas houve empenho oficial em divulgar notícias da educação local, tais como a autorização de funcionamento, construção e entrega de novas escolas à comunidade e a organização harmônica nas unidades que já funcionavam.

Entre 1934 e 1935 circulou o Jornal A Escola Rural, cujo editorial do primeiro exemplar de 15 de fevereiro de 1934 indicava “nessa folha publicar-se-á todo movimento das escolas públicas municipais, colaborações dos professores e alunos e instruções que visem o melhoramento do ensino.” (ESCOLA, 1935, p.1).

Em Uberlândia, enquanto as escolas rurais funcionaram regularmente nesse período, o reforço dos elementos cívicos e nacionalistas era constante, conforme a documentação encontrada. Silva (2012) analisa que as comemorações cívicas também traziam em si elementos de rememoração. Em diversas ocasiões governos procuraram adquirir legitimidade histórica utilizando datas específicas com objetivo de construir uma memória coletiva.

Em datas comemorativas oficiais como o 13 de maio ou 7 de setembro, várias escolas foram visitadas, momentos cívicos foram organizados e homenagens diversas foram prestadas a personagens heróicos da história nacional cujos feitos eram lembrados e associados aos governantes da época e autoridades locais, os alvos preferenciais dos elogios com ênfase patriótica.

O civismo se fundiu ao conjunto de atividades curriculares previstas como elemento “natural”: às ações cívicas correspondiam ideias de respeito, ordem, obediência e valores positivos dos personagens e símbolos nacionais.

As disciplinas inseridas no currículo apresentavam às crianças os modelos ideais de brasileiros. Os futuros cidadãos sem dúvida deveriam ser patriotas, aqueles com os quais a pátria poderia contar, pois ao frequentarem a escola tornar-se-iam adultos trabalhadores, corajosos e úteis à pátria. Era importante ajudar a transformar o homem “rude” do campo em “cidadão”, conforme a epígrafe escolhida para esse capítulo, proferida por Getúlio Vargas ainda no Governo Provisório.

A simbologia teve importante papel nesse momento ditatorial. Em geral as ocasiões de exames e as comemorações de datas cívicas reuniam muitas pessoas das comunidades escolares, o que pode explicar grande presença de moradores em algumas fotografias. Nessas ocasiões o uso dos símbolos pátrios era prática comum e valorizada, conforme os registros encontrados.

Porém, essa não era uma situação isolada que ocorresse somente em Uberlândia. De acordo com Vaz (2006, p. 11),

Entender a relação entre a educação e as festas cívicas é fundamental para compreendê-la no contexto do progresso e da renovação de mentes, pretendida pelo Estado Novo. Na diversidade de festividades, aquelas que mais se destacaram foram as festas da Semana da Pátria e do Dia do Trabalho, cada qual trazendo suas formas peculiares de envolvimento das massas, de reafirmação de significados e lemas para o futuro, nos quais se enquadravam: desenvolvimento, trabalho e amor à pátria.

Em geral as festividades das escolas rurais eram ocasiões em que os políticos ou autoridades municipais e a comunidade se aproximavam. Eram momentos importantes nos quais os alunos e professores das escolas tinham oportunidade de expor seus trabalhos e homenagear com auditórios e apresentações diversas os convidados.

A programação do auditório realizado pela escola de Cruzeiro dos Peixotos, por ocasião dos exames de 1935, foi assim descrita em nota publicada no Jornal A Escola Rural,

A professora Maria Coelho de Andrade, da cadeira do Cruzeiro dos Peixotos, organizou o Auditório que foi representado após os exames com o seguinte programa: I – Discurso pela aluna Vanda de Paiva; II – O CAMPEIRO, poesia declamada por Euclides Silva; III – DESPEDIDA DA ESCOLA, poesia, pela aluna Josefina Batista; IV – O LIVRO, diálogo por Eurídice Silva; V – BANDEIRA NACIONAL, monólogo por Aurora Martins; VI – RECITAR NÃO SEI, poesia recitada por Sebastião Gonçalves; VII – A CORAGEM, versos de Bilac recitados pelo aluno Ricardo Guazelli. (A ESCOLA, 1935, n.p.).

Ao observar a programação organizada pela professora é possível inferir o quanto a escola rural se esforçava para demonstrar às autoridades nas ocasiões festivas que o patriotismo também havia chegado ao campo e que a educação era importante para a população rural.

A construção das representações de uma escola harmônica, ordeira, pacífica e sintonizada aos ideais do novo governo era fortalecida pelas comemorações cívicas que fizeram parte do cotidiano escolar de Uberlândia, como a instalação de escolas rurais, o dia da independência, a entrega de diplomas escolares e os desfiles estudantis e militares, registrados em 17 fotografias. Um desses “dias cívicos” certamente foi o dia 13 de maio de 1939, quando se comemorava o grande feito da Princesa Isabel de “acabar com a escravidão”.

Nessa data, em 1939, há registro da instalação de dez escolas rurais em um mesmo livro de atas, atendendo ao apelo patriótico da Cruzada Nacional da Educação, proposta pelo decreto 21.731 de 15.08.1932 e que pretendia combater o analfabetismo, considerando-o um entrave ao desenvolvimento do país.

Em quase todas as atas daquele dia “13 de maio” houve menção à Cruzada, elogios às autoridades presentes, menção aos fatos históricos atinentes à data e elogios patrióticos,

realçados pelo hino nacional. A dissertação de Ribeiro (2009, p. 53) sobre as escolas rurais e alfabetização em Uberlândia aponta que 8 escolas foram instaladas nessa data, a saber,

Escola Pontal – Bairro “Palmitos”; Escola de “Paranan” – Distrito da Cidade; Escola Pública Rural do Bairro “Samambaia”; Escola Pública Municipal de Terra Branca – Distrito da Cidade; Escola Pública Municipal do Bairro “Congonhal”; Escola Pública Municipal do Bairro “Cabaças”; Escola Pública Municipal do Bairro “Boa Vista”; Escola Pública Municipal de Sucupira.

Assim, depreende-se que o governo da cidade de Uberlândia à época esforçava-se para demonstrar às autoridades estaduais e nacionais o quanto o município estava “empenhado” no ambicioso projeto nacional de educação que, desde 1932, em função da “Cruzada Nacional da Educação”, tinha como meta a construção de 250 mil escolas para combater o analfabetismo.

Embora “instalar” uma escola não significasse realmente colocá-la em funcionamento no mesmo ano, as autoridades do município faziam questão de divulgar os esforços oficiais sem muita preocupação em corrigir os excessos; falavam em dez escolas inauguradas, mas apenas oito atas foram registradas naquele dia.

De fato, entre essas escolas, a de Terra Branca foi “reinaugurada”, pois de acordo com a Instrução Pública do início do século XX que faz parte do Relatório da Câmara “havia funcionado satisfatoriamente as escolas de Rio das Pedras, Martins e Terra Branca, essa, localizada no distrito de Santa Maria, na fazenda do Sr. Fernando Alves Vieira.” (CÂMARA, 1917, p. 10).

Esse funcionamento descontínuo ocorreu também na Escola Municipal Rural de Quilombos, que funcionou em 1935 e 1936, mas não em 1937, ou a Escola Municipal Rural Lageado que funcionou em 1935 e 1937, mas não em 1936, provavelmente em função da pequena frequência escolar que era motivo de alertas constantes por parte da inspeção.

Como o Regulamento Municipal Escolar de 1923, Lei nº 278 previa que para que a prefeitura mantivesse as escolas em funcionamento deveria haver população escolar de no mínimo cinquenta crianças; trinta matriculadas e vinte frequentes e no ano seguinte, de acordo com a Lei nº 317 de 1924 passou a valer o quantitativo de 30 crianças para a população escolar mínima, o fechamento de escolas pode ter ocorrido em função da baixa frequência. Tal registro era recorrente nas atas escolares como na Escola Municipal Rural de Machados em 18 de novembro de 1936: “o Inspetor Escolar aceita as justificativas e convida o povo a enviarem os seus filhos à escola dizendo que se não houver a frequência necessária para 1937 esta escola será fechada.” (UBERLÂNDIA, 1936, p. 17).

Também ficou registrado na Ata de Exames da Escola Municipal Rural Paraíso em 11 de novembro de 1940, “[...] comparecendo 25 alunos dos 28 frequentes, sendo examinados 20 alunos que foram aprovados, não estando suficiente preparados 8 alunos, que não tiveram frequência durante o ano letivo.” (UBERLÂNDIA, 1940, p. 9).

Além do combate ao analfabetismo, de acordo com as ideias do Ministro Gustavo Capanema ao longo de toda a década de 1930, o Ministério da Educação deveria ampliar seu alcance em relação à sociedade, ao desenvolver e estimular também a cultura. Para Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 97),

Se a tarefa educativa visava, mais do que a transmissão de conhecimentos, a formação de mentalidades, era natural que as atividades do ministério se ramificassem por muitas outras esferas, além da simples reforma do sistema escolar. Era necessário desenvolver a alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras; era necessário ter uma ação sobre os jovens e sobre as mulheres que garantisse o compromisso dos primeiros com os valores da nação que se construía, e o lugar das segundas na preservação de suas instituições básicas; era preciso, finalmente, impedir que a nacionalidade, ainda em fase tão incipiente de construção, fosse ameaçada por agentes abertos ou ocultos de outras culturas, outras ideologias e nações. Como sempre, estas ações do Ministério da Educação não se dariam no vazio, mas encontrariam outros setores, movimentos e tendências com as quais seria necessário compor, transigir, ou enfrentar.

Em linhas gerais, ao propor que parte da sociedade participasse do desenvolvimento da cultura, no projeto elaborado por técnicos do ministério para a educação ficariam mantidas as características de “transmissão de conhecimentos”, como em reformas educacionais anteriores; porém, já se observa a preocupação com a “formação de mentalidades”.

Por isso, constituiu-se nesse momento uma proposta estratégica nacionalista para evitar ameaças de outras culturas. Esse projeto de desenvolvimento da cultura nacional Capanema teve como colaboradores no Ministério da Educação intelectuais renomados, tais como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Anísio Teixeira e Heitor Villa Lobos.

Ainda imbuído dos ideais modernistas, Mário de Andrade pretendia valorizar a música popular e o folclore brasileiro e redigiu o que se tornou o embrião do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938. Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 36) essas ideias não prosperaram e, em 1939, ele “trabalha precariamente para o Instituto Nacional do Livro, e escreve a Capanema pedindo que lhe paguem pelo que produziu”.

Já Anísio Teixeira, um dos divulgadores da Escola Nova no Brasil, acabou se demitido em 1935 do Departamento de Educação do Distrito Federal e, assim como outros

colaboradores ligados a Anísio, Villa Lobos também colocou o cargo à disposição, mas voltou atrás e permaneceu ligado ao ministério como diretor da Secretaria de Educação Musical e Artística (SEMA), empenhado na divulgação do canto orfeônico. Desde outubro de 1936 com a promulgação da Lei 259 o hino nacional já havia se tornado obrigatório em instituições educativas; segundo Horta (2012, p. 168),

[...] o canto orfeônico, a sua utilização como instrumento de promoção do civismo e da disciplina coletiva foi uma constante durante todo o período. O canto orfeônico já constituía matéria obrigatória do currículo do ensino secundário desde a Reforma de Francisco Campos de 1931 [...] o núcleo do programa era formado pelos hinos e canções patrióticas destinados a “inspirar o amor e orgulho pelo Brasil forte e pacífico”.

Em Uberlândia, a obediência a essa determinação ficou registrada em dezenas de atas de visitas e exames aplicados aos alunos das escolas rurais do período as quais relatam a execução do hino nacional, hino à bandeira, hino ao soldado e até hino à independência. Dentre os livros e impressos que compõe o acervo da CPJA há exemplares de publicações dos ministros Francisco Campos, Gustavo Capanema e do próprio presidente, com marcas de uso do inspetor escolar Jerônimo Arantes.

O projeto cultural do Estado Novo também envolvia o cinema e o rádio, além da propaganda e da imprensa que deveriam ser empregados para conseguir apoio dos cidadãos. Desde a chegada de Vargas ao poder existia a preocupação com a divulgação das determinações governamentais através do Departamento Oficial de Publicidade, criado em 1931.

Entre 1934 e 1939 os órgãos de censura passaram a controlar a produção e a divulgação cultural do país. Criado em 1934, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) deu lugar ao Departamento Nacional de Propaganda (DNP) no início de 1938, já no Estado Novo, até finalmente originar o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939.

O alvo preferencial do governo foi a sociedade brasileira da época. Para conquistar o apoio da população, o Estado Novo atuou no sentido de transmitir e reforçar seus interesses e não hesitou em manipular a realidade política do país pelos meios de comunicação e pelo Ministério da Educação. De fato, a educação teve papel fundamental na construção das fortes representações de ordem, nacionalismo e patriotismo constituídas durante a ditadura de Vargas.

Não se pode esquecer que nas décadas de 1930/1940 a população ainda era predominantemente rural. Segundo dados do Anuário Estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1939 o Estado de Minas Gerais possuía um total de 8.086.165 habitantes e praticamente 75% da população mineira vivia no campo (IBGE, 1940). De acordo com Romanelli (1998, p. 58),

[...] as exigências da sociedade industrial impunham modificações profundas na forma de encarar a educação e, em consequência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo. As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas.

Na construção de uma pretensa “unidade nacional” conduzida pelo Estado e a consequente entrada do país em uma nova realidade, considerada “moderna”, qual seja uma sociedade industrial, até mesmo os cidadãos do campo, então alijados do cenário político, teriam papel importante, uma vez que as expectativas de progresso e desenvolvimento do país ligar-se-iam, em um primeiro momento, à escolarização primária dos brasileiros e, posteriormente, à educação profissionalizante.

E nessa construção unitária e moderna de um novo cidadão para um novo Estado o uso de símbolos de apelo patriótico foi de extrema importância: a bandeira e o hino nacional, bem como a adoção de uniformes escolares auxiliaram fortemente a construção das representações progressistas que se desejava para a educação rural em Uberlândia.

### *3.2.1 A ordem subjacente à bandeira*

Com o advento da República em 1889 entre os símbolos nacionais brasileiros, a bandeira foi utilizada pelo Estado para fortalecer as primeiras ideias nacionalistas e é reverenciada em 19 de novembro. Entre 1930 e 1945 não foi diferente, sendo que o pavilhão nacional foi destaque em diversas cerimônias em que Getúlio Vargas esteve presente.

De fato, desde o início da República, em 1889 a bandeira, o hino e o culto a personagens da história nacional ocupavam posição destacada entre os símbolos que reforçavam a identidade do brasileiro. De acordo com Monarcha (1997, p. 283),

[...] sob a proteção e inspiração da República – alegorizada na figura feminina -, essas almas em formação através do estudo e da introspecção são envolvidas pelos

símbolos nacionais – a bandeira, o hino nacional - , pelo culto dos heróis emergentes – Tiradentes, Silva Jardim - [...]

Dentro da CPJA a bandeira nacional aparece em fotografias de escolas rurais e urbanas, a maioria delas externa e em várias ocasiões quem empunha a bandeira são os próprios alunos ou o inspetor. Assim, ao que parece a utilização desse símbolo nacional era prática comum no período e fez parte de ocasiões dos exames nas escolas rurais. No primeiro exemplar do jornal Escola Rural, que circulou em 1934, ficaram registradas homenagens à bandeira nacional como parte de dois auditórios apresentados por alunos, além de menção ao hino à bandeira (ESCOLA, 1934, n.p.).

Para Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 44), especificamente dentro do período conhecido como Estado Novo, os símbolos, mitos e rituais foram fundamentais, uma vez que

[...] no projeto político de construção do Estado Nacional há um lugar de destaque para a pedagogia que deveria ter como meta primordial a juventude. Ao Estado caberia a responsabilidade de tutelar a juventude, modelando seu pensamento, ajustando-a ao novo ambiente político, preparando-a, enfim, para a convivência a ser estimulada no Estado totalitário. Era indispensável, para que este plano fosse bem sucedido, que houvesse símbolos a serem difundidos e cultuados, mitos a serem exaltados e proclamados, rituais a serem cumpridos.

A esse respeito, momento importante e representativo dos propósitos do Estado Novo foi a comemoração do dia 19 de novembro de 1937; ocasião em que a bandeira foi a personagem principal e simbólica na capital brasileira. Nessa cerimônia as bandeiras estaduais foram queimadas para dar lugar somente à bandeira nacional, em uma demonstração inequívoca de que o poder principal no país seria o poder nacional e a partir de então, todos os estados e municípios deveriam a ele se submeter.

Nas escolas rurais de Uberlândia, isso continuava a ocorrer e em pelo menos 25 fotografias não identificadas da Coleção Professor Jerônimo Arantes há turmas de alunos em ambiente externo com a bandeira nacional em mastro. Em ambiente interno a bandeira compõe o cenário ou emoldura trabalhos manuais em duas fotografias não identificadas, além de aparecer ao lado de Getúlio Vargas em uma fotografia.

De tamanho pequeno, médio ou apenas flâmulas, as bandeiras, assim como os hinos, são elementos importantes na construção das representações patrióticas que as autoridades municipais se esforçavam por demonstrar nas escolas rurais. Escolhemos para representar esse culto à bandeira a Imagem 15, pela postura peculiar ocupada pelo inspetor escolar.



**Imagem 15 - Alunas, professoras e inspetor em Escola Rural não identificada. [19--].**



Fonte: CPJA, ArPU.

Na Imagem 15 o fotógrafo capturou o instante em que o inspetor escolar, ao fundo, do lado direito, semioculto, empunha a bandeira em mastro, atrás da turma de dezesseis meninas, todas de vestido claro e com laço de fita e uma menina menor descalça, de vestido mais curto em frente à parede de alvenaria da escola, ladeadas por duas moças, provavelmente professoras da turma ou da banca de exames. Nessa fotografia o inspetor Jerônimo Arantes aparece em último plano e chama a atenção pelo esforço em desfraldar a bandeira; contrapondo-se a inúmeras outras fotografias em que ele ocupava posição central, em primeiro plano.

A bandeira que ele levanta é compatível com a que aparece em outras oito imagens da coleção CPJA, o que pode indicar que algumas escolas não possuíam bandeiras e em ocasiões cívicas o próprio inspetor se preocupava em transportar o pavilhão fortalecendo as referências simbólicas à pátria/patriotismo dos sujeitos que participavam das atividades.

A bandeira nacional ajuda a compor pelo menos 28 fotografias<sup>33</sup>, das quais seis identificam as escolas Moreno, Caetanos (Jerônimo Arantes), Aprasivel (a mesma foto duplicada), Machados, Rio das Pedras (duas pequenas bandeiras na parede) e da Tenda, que ilustra a Corografia do Município de Uberlândia (ARANTES, 1938) demonstra que esse era um símbolo importante nas escolas rurais.

<sup>33</sup> Não inclui as bandeiras dos desfiles cívicos.

Em outros registros externos de escolas rurais de Uberlândia observam-se ocasiões solenes, com bandeiras, que fortalecem a representação de ordem e seriedade escolar, provavelmente em dia de exames. Por vezes, a presença do símbolo de “ordem e progresso”, a bandeira, nas mãos de garotos ou da comunidade é “quebrada” pelo contraste com paredes semidestruídas de algumas escolas, como que a dizer, por mais de uma vez, que o conhecimento chega a qualquer lugar, desde que haja esforço, desobrigando o Estado de suas responsabilidades.

Em algumas imagens é impossível contar o número de crianças que posam para o fotógrafo. Em outras, ao fundo, pelos lados ou próximo a paredes quebradas e inteiras, uma grande quantidade de moradores se fez presente. Apesar de envolver especificamente os escolares, a ocasião de exames também era um momento importante para as comunidades. Em 182 fotografias da CPJA os adultos (moradores e autoridades) e crianças participam da ocasião solene e várias vezes, festiva.

O fato de não estarem identificados o local e a época não desqualifica os instantes que foram registrados pela lente do fotógrafo. Pode-se considerar que a não identificação de 493 imagens (entre 577) é um indício importante do crivo desejado pelas autoridades municipais que perpassa a organização proposta aos personagens, qual pose para a foto que deveria ser divulgada a jornalistas ou a revistas; o que deveria ser “esquecido” ou ainda, que havia outras tarefas mais importantes a executar do que identificar as fotografias.

### *3.2.2 A ordem subjacente ao hino*

Além da bandeira, o hino nacional brasileiro foi um dos elementos importantes da construção de representações de ordem e progresso em todo o país desde o advento da república, sendo que em Uberlândia não foi diferente.

A melodia composta em 1822 por Francisco Manuel da Silva recebeu letra definitiva em 1909 do poema original de Joaquim Osório Duque Estrada, sendo que até 1936 o hino era executado principalmente em ocasiões oficiais. De acordo com a Lei 259 de 01 de outubro de 1936, desde essa data havia obrigatoriedade do canto do hino nacional em estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1936) e a partir de então o canto do hino foi tornado obrigatório em todo o país em estabelecimentos de ensino e em associações para fins educativos.

Posteriormente, em 31 de julho de 1942 o decreto 4.545 (BRASIL, 1942) dispôs sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais, regulamentando a obrigatoriedade do ensino

do desenho da bandeira nacional e do canto do hino nacional em todos os estabelecimentos públicos e particulares de ensino em todos os níveis: primário, normal, secundário e profissional. Mais recentemente a partir de 2009 a Lei 12.031 regulamentou a execução semanal do hino em todas as escolas públicas do país. (BRASIL, 2009).

A valorização dos símbolos nacionais que era constante na Era Vargas e no município de Uberlândia, dentro do recorte da pesquisa, ficou registrada em atas de exames realizados nas escolas Paraíso (1938), Machados (1941), Samambaia (1942), Olhos d'água/Rio de Janeiro (1945), entre outras, que o canto do Hino Nacional ou o Hino à Bandeira por ocasião de exames finais era parte do evento. Houve ocasiões em que o Hino ao Soldado também foi registrado nas cerimônias, o que nos remete ao período da segunda Guerra Mundial e à participação do Brasil no conflito.

Ao construírem um ritual que envolvia o hino, discursos de exaltação a personagens históricos ou a governantes e/ou autoridades além de apresentações culturais e artísticas dos alunos, depreende-se que a ação de professores e inspeção escolar foi importante elemento constituinte das representações cívicas e patrióticas estabelecidas entre a população rural do município de Uberlândia e as autoridades desse período.

Tais representações ao fim da Era Vargas eram tão fortes que mesmo após sua renúncia em 29 de outubro de 1945 na Ata de Exames da Escola Rural Dourados o governante era lembrado e homenageado, conforme o professor deixou registrado em 22 de novembro de 1945: “foi erguido vivas ao Exmo Sr D Getúlio Vargas e ao Exmo Sr Benedito Valadares, nosso pleclario governador do Estado tendo prestado sicera homenagem a todos nossos dirigentes.” (UBERLÂNDIA, 1945, p. 22).

O hino, assim como os demais símbolos nacionais, foi utilizado desde então nas unidades escolares brasileiras, conforme a legislação vigente, associados à ideia de orgulho, honra e sacrifício pela pátria, com o intuito de fortalecimento do nacionalismo. Isto reforçava ainda mais o que a educação moral e cívica inserida no currículo já recomendava desde a década de 1920 e que permaneceu ao longo de toda a Era Vargas.

Tais práticas não eram exclusivas de Uberlândia, ao contrário, ocorriam em todo o país, conforme estudo efetuado por Renata Cândido (2012) sobre as festas cívicas. Segundo essa autora, o discurso dos governos fortes, centralizadores e capazes de implantar a organização necessária à modernidade geralmente também trazia subjacente a intenção de associar a educação aos progressos desejados pelos países republicanos e seus dirigentes.

### 3.2.3 *Os uniformes*

Por fim, além da bandeira e do hino, como mais um elemento a indicar a tentativa de manter a ordem e reforçar a ideologia do Estado Novo, em praticamente todas as escolas rurais do período observou-se o uso de uniformes, citados em atas e expostos nas fotografias.

Não existia no regulamento escolar municipal nenhum item específico sobre uso de uniformes nas escolas rurais, mas foram encontradas menções nas atas escolares de uso de uniformes, inclusive oficial.

Há meninas com uniforme de saias compridas ou mais curtas, blusas brancas de mangas compridas por baixo de um vestido avental ou garotinhas de vestidos claros. Meninos, também uniformizados de calça mais curta ou comprida com suspensórios, blusa branca de manga comprida e bibicos, vez ou outra se revezam com a bandeira brasileira.

Em meio ao chão de terra batida não há um uniforme exclusivo, o que nos leva a supor que em cada escola era o professor ou professora que providenciava a confecção dos mesmos e imprimia estilos variados.

Para os meninos, houve escolas nas quais os alunos se apresentavam com uniforme xadrez, em estilo escoteiro, com referências militares a pequenos “Getúlios”, clássico com letras bordadas e ainda os que utilizavam suspensórios, entre outros acessórios. Entre as meninas havia uniformes com a gola bordada, saias plissadas ou lisas com suspensório ou em estilo escoteiro com meias e sapatos.

A intenção não era outra senão o fortalecimento de aspectos nacionalistas e a construção de um modelo organizado no qual o indivíduo comesse a se sentir parte de um grupo seguindo o modelo prescrito pelos líderes locais, ideólogos do período e do próprio Getúlio.

Esse governante foi homenageado em diversas ocasiões e os uniformes em estilo militar, semelhantes aos de escoteiros estão representados em parte significativa da CPJA, nas escolas Maribondos, Caetanos, Moreno, Olhos d’água, Paraíso e Cabaças.

Fosse azul, bege-escuro, cáqui, xadrez ou grená com camisas brancas, os alunos se apresentavam rigorosamente limpos e enfileirados, sentados ou de pé, às vezes divididos em fileiras com meninos de um lado e meninas do outro, ao lado das professoras e demais autoridades, geralmente sérios e compenetrados; estas características contribuíam para a construção das representações desejadas pelo município.

Não se via terra ou sujeira, nada que pudesse macular, nem quando estavam descalços, e embora a maioria das imagens se referisse ao universo rural, o fotógrafo registrava somente os aspectos aparentes de higiene e harmonia, conforme o que lhe deveria ser ordenado.

Na Escola Municipal Rural de Samambaia, a ata de exames de 1941 registrou “[...] a escola apresentou-se com o uniforme kaki padrão oficial, sendo o grupo fotografado pelo fotógrafo da banca examinadora.” (UBERLÂNDIA, 1941, p.7).

Assim, se o uso de uniformes era uma estratégia das autoridades para fortalecer a característica de unidade e de homogeneidade, apesar de sido estabelecida a cor “caqui” verificou-se que esse padrão não foi utilizado em todas as escolas, pois cada professor ou professora imprimiu sua marca pessoal nos modelos escolhidos, inclusive com outras cores, o que também poderia se constituir em um aspecto de valorização desse profissional perante seus pares e seus superiores, além de valorização dos alunos que podiam confeccioná-lo e da própria escola rural.

No conjunto de fotografias o uso de uniformes pela maioria dos alunos foi registrado em 181 imagens e em outras quarenta somente parte dos alunos traja uniforme. Pode-se inferir que independente do modelo escolhido os uniformes são um símbolo importante e remetem à homogeneização desejada ao se construir uma nação.

Segundo Borges (2015, p. 327), na Era Vargas o uso de uniformes adquire maior conotação patriótica,

Com a Era Vargas (1930-1945) o patriotismo vigora ainda mais nos uniformes. Apesar de algumas mudanças, inclusive nas disciplinas de ginástica e atividades esportivas, o uniforme permanece semelhante e as modificações consideráveis ocorrem com o advento da Segunda Guerra Mundial, onde os uniformes passam a ter inspiração militar para os meninos e futuramente para as peças femininas também.

Para essa autora, o uso dos uniformes acabou por fomentar um duplo caráter: usar um uniforme ao mesmo tempo em que procura criar um padrão único e homogêneo entre os estudantes, também estimula o sentimento de pertencimento a um grupo maior de “brasileiros”.

Desse modo, o aluno de escola rural poderia ser negro, branco, imigrante, alfabetizado ou analfabeto, todas as diferenças seriam esquecidas sob o uniforme. Todas as crianças deveriam se sentir parte da escola e todos, indistintamente, pertenciam ao país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fosse sob a administração de Claudemiro Ferreira, Lúcio Libâneo, Vasco Giffoni ou sob o governo de José Antônio de Vasconcelos Costa, a escola municipal rural em Uberlândia procurou cumprir fielmente todas as determinações repassadas pela inspeção escolar de forma “ordeira, harmônica e pacífica” durante toda a Era Vargas, influenciada pelos ideólogos do período conforme os registros encontrados no Arquivo Público Municipal, a maioria deles, preservados pela inspeção escolar.

De acordo com os dados obtidos, entre 1930 e 1945 o número de escolas rurais no município de Uberlândia oscilou entre 10 unidades em 1930, atingiu o número máximo de 24 em 1941 e decresceu para 20 estabelecimentos e mesmo assim, ao final da Era Vargas, perfazia o dobro de escolas. Tal oscilação deve-se ao fechamento de unidades em função da baixa frequência e interesses dos fazendeiros que, por vezes, mantinham as escolas de forma independente das determinações municipais.

Como característica comum a essas escolas pode-se apontar a desqualificação do magistério municipal que começava pela ausência de formação docente, uma vez que a maioria dos professores e professoras era leiga, sendo que alguns possuíam até a quarta série. Apesar de existir no município a Escola Normal desde 1924, poucos eram os professores com o curso de normalista. No período investigado, também não fazia parte dos propósitos oficiais investir especificamente na qualificação desse magistério e a única “formação” pedagógica ofertada pelo município ocorreu ainda no governo de Claudemiro Ferreira em 1933, em caráter de aperfeiçoamento.

Como a maioria docente era leiga, as exigências da inspeção escolar limitavam-se ao cumprimento do Regulamento Escolar, controle da frequência, manutenção da escrita em dia e poucas sugestões pedagógicas. Oitenta anos depois os mesmos tipos de registros continuam a fazer parte do que é exigido ao trabalho docente nas escolas municipais da cidade, conforme a legislação escolar que está em vigor.

Do ponto de vista da administração e da inspeção escolar, Uberlândia estava empenhada em ter uma educação progressista. Segundo Vasco Giffoni, o administrador do município entre 1934 e 1943, durante 9 anos ele fez “o melhor pela educação” e se esforçou por desenvolver o “ensino em todos os seus aspectos” (RELATÓRIO, 1935) embora os dados

contábeis encontrados no ArPU indiquem justamente o oposto, com redução gradativa do orçamento a partir de 1937 e precariedade nas condições de trabalho na educação municipal.

Para os professores e professoras, além da insuficiente formação docente, o exercício do magistério nesse período não foi fácil em função da ausência de materiais pedagógicos, que raramente são citados e dos baixos salários. Além disso, as autoridades estavam em alerta e qualquer “desvio de conduta” que a inspeção escolar considerasse desabonador poderia implicar ao professor trocas de escolas ou exoneração da cadeira, como indicou o relato da professora vigiada, acusada moralmente e exonerada.

Entre 1937 e 1941, foi possível encontrar no ArPU registros nominais dos docentes e os dados revelaram a predominância de mulheres na carreira, o que corrobora os dados do censo de 1940 para Minas Gerais, que possuía 2.427 homens dedicando-se à docência no ensino municipal e 13.048 mulheres no ano de 1937. (IBGE, 1940).

Os professores do sexo masculino atuaram durante todo o período, mas em 1945 restaram somente quatro professores na docência rural: Avelino Jorge do Nascimento (em Machados), Sebastião Branquinho de Andrade (em Divisa), Joaquim Carlos Fonseca (em Moreno) e Virgílio Flávio de Souza (em Dourados). Outros professores deixaram a docência e passaram a exercer cargos de comando ou administrativos no município, como Rabelo e Martins (2010) já indicaram.

As demais escolas eram regidas por professoras leigas e poucas normalistas, que recebiam entre 60 e 200 cruzeiros. O salário variava do menor para o maior conforme a formação: professoras e professores adjuntos possuíam apenas a quarta série, ou o ensino primário completo e os efetivos haviam completado o ginásio ou iniciado o ensino normal. Desde a instituição do valor do salário mínimo em 1940, os professores e professoras sempre receberam valores menores do que o mínimo fixado para Minas Gerais, que em 1940 era de 240\$000 e em 1944 estava fixado em 270 cruzeiros.

Apesar das condições precárias de trabalho e das múltiplas responsabilidades atribuídas aos docentes que incluíam atuação como serventes até a busca de alunos faltosos, muitos professores e professoras foram longevos e permaneceram no magistério municipal por mais de duas décadas.

De acordo com nossa pesquisa, os professores e professoras utilizavam as mais diversas táticas para permanecer na função, táticas que variavam dos elogios, agrados às autoridades, subserviência, estrita obediência aos regulamentos escolares ou ainda a atitude de evitar questionamentos e críticas para continuar com seus postos de trabalho ou serem

remanejados para as escolas que consideravam em melhores condições. Tais táticas para manterem-se no emprego surgiam em oposição às estratégias de organização e controle imposto pelas autoridades da época, conforme as categorias referenciadas em Certeau (2003).

Somente três enfrentamentos foram localizados nessa pesquisa e partiram do professor Sebastião Branquinho, que criticou as condições precárias das escolas rurais do município, mas rapidamente se desculpou com o prefeito e foi reconduzido à docência; uma solicitação de um fazendeiro acerca da transferência de outro professor e o episódio que envolveu a professora Alcina de Brito que também fez dura crítica às condições de trabalho da época e acabou exonerada sob acusação de cometer adultério e ferir a moral e os bons costumes.

Quanto aos alunos, a documentação pesquisada revelou que nas escolas rurais de Uberlândia os alunos tinham idades que variavam de 6 a 15 anos, em sua imensa maioria brancos, embora houvesse pardos, negros, crianças de traços orientais e descendentes de italianos, sírios, libaneses e provavelmente indígenas.

A tendência de aumento no número de alunos e escolas pôde ser verificada uma vez que em 1930 havia cerca de 700 alunos matriculados em 10 escolas rurais enquanto no ano de 1938 segundo dados da inspeção escolar (Arantes, 1938) existia um total de 1076 alunos frequentes nas 18 escolas rurais do município. Não encontramos dados da quantidade de alunos matriculados nas 20 escolas que existiram entre 1944-1945.

Embora se tentasse construir uma representação oficial que diluía as diferenças em prol do benefício nacional, cada escola possuía características particulares. Nelas havia um esforço para cumprir o mesmo Regulamento Escolar e mesmo que não tenhamos encontrado nenhum registro manuscrito deixado por esses alunos, outras fontes encontradas, permitiram apreender fragmentos do cotidiano escolar rural da época que incluía as atividades manuais, a prática de educação física, brincadeiras de roda, merenda, lida na roça e leitura, bem como as ocasiões de exames escolares.

Partimos do pressuposto que algumas pegadas foram deixadas por quem frequentou tais escolas. Como bem lembrou Bloch (2001) onde passa o homem é aí que está a história. Dentre o material reunido pela inspeção escolar, depositado no ArPU, o Jornal Escola Rural trazia registros de discursos e homenagens prestadas pelos alunos às autoridades, opinião de professores, realização de auditórios e cerimônias cívicas e algumas atividades relacionadas a exames finais.

Embora a princípio a análise das fotografias de escolas rurais trouxesse a ilusão de um padrão entre as escolas, o aprofundamento da investigação possibilitou a identificação do



público atendido nessas unidades escolares que possuía especificidades: nas escolas municipais rurais de Moreno e Pontal houve mais crianças negras; em Machados, mais crianças brancas, em Sobradinho e Paraíso ficou o registro de crianças com traços compatíveis com orientais e em Paranan os registros indicaram a presença de descendentes de italianos, ou seja, as escolas rurais de Uberlândia atendiam a um público extremamente heterogêneo.

Na CPJA, além dos aspectos analisados nessa dissertação, outros momentos do cotidiano escolar também ficaram registrados tais como apresentações culturais e entrega de diplomas nos quais os símbolos pátrios tinham importante papel geralmente com execução de hino e presença do pavilhão nacional.

Entretanto, tais registros escolares não tiveram muita visibilidade na época e esse material foi pouco divulgado pela imprensa. Nem tudo que fazia parte do cotidiano rural era necessariamente revelado: houve escolas das quais só se sabe o nome já que não há nenhum outro tipo de registro no ArPU, situação similar à de sujeitos que simplesmente “desapareceram” como ocorreu na fotografia da Escola Cabaças.

Desde o ano de 1935, quando a precariedade das escolas foi questionada por jornalistas, as fotografias foram usadas para comprovar o esforço empreendido pelos administradores municipais no aspecto educacional e em 1938 quando a inspeção escolar preparou um material comemorativo por ocasião do 50º aniversário da cidade, fotografias de escolas rurais ilustraram o documento, ou seja, somente quando havia interesse das autoridades é que as imagens eram divulgadas, conforme o crivo da inspeção escolar, reforçando o aspecto da intencionalidade, indicado por Kossoy (2001).

Desse modo, a utilização de fotografias no trabalho permitiu aferir que a maioria dos sujeitos fotografados deixou de si um retrato sério e compenetrado nas escolas rurais, segundo as orientações do fotógrafo. Em raros momentos, alunos e professores sorriam furtivamente nas poucas fotografias espontâneas que existem na CPJA. Provavelmente a prática estabelecida pela inspeção escolar de fotografar já tivesse se tornado conhecida e fosse um momento festivo, aguardado pelas comunidades, uma vez que a data dos exames era publicada previamente na imprensa.

Além das fotografias, sabe-se pelos livros de ponto encontrados que havia grande preocupação com o registro da frequência, que era variável, cumprindo exigências das esferas estadual e nacional. Como se tratava de áreas rurais, a suposição é de que ao acabar o serviço nas lavouras as famílias se mudavam durante os anos letivos, como ficou registrado pelas

professoras das escolas do Pombo e Paranan em 1941. Em outras escolas era constante a ameaça de fechamento, como foi o caso da Escola Municipal do Paraíso.

Mesmo descontínuos, os registros escolares públicos encontrados auxiliaram sobremaneira essa pesquisa, mas grande parte se perdeu, pois os registros escolares da cidade são efêmeros e descartados com facilidade. Vez por outra arquivos particulares ainda são encontrados por pesquisadores, como ocorreu com Martins (2009).

Por outro lado, as dificuldades expressas nas atas, jornais e demais documentos encontrados possibilitaram apreender uma parte importante das memórias que foram preservadas nas fotografias sobre o cotidiano das escolas rurais nas quais a representação da educação como fator positivo e de progresso subsistiu por muitas gerações como possibilidade de melhoria de vida.

Assim, o material encontrado sobre as instituições escolares rurais corrobora a hipótese de que o funcionamento de tais escolas, observado no município de Uberlândia à época inseria-se em um contexto bem mais amplo, iniciado no governo provisório de Vargas e findo com o Estado Novo. Aqui a preocupação era de controlar a educação; seguir as determinações da legislação nacional e estadual vigente e reforçar o caráter harmônico e ordeiro do novo governo.

Na construção das representações desejadas de caráter nacionalista o uso constante dos símbolos nacionais, especialmente o hino, uniformes e a bandeira nas escolas rurais do município foram elementos importantes. A partir de 1936 o hino nacional foi obrigatoriamente entoado nas escolas de todo o país, inclusive nas escolas rurais como Horta (2012) indicou e oitenta anos depois continua a ser executado semanalmente em toda a rede pública, conforme a legislação atualmente em vigor.

Contudo, tais representações progressistas, forjadas sobre alguns aspectos da rotina escolar e no aspecto patriótico e cívico com presença constante dos símbolos e mesmo de imagens do governante eram permeadas pelos conflitos locais especialmente entre fazendeiros e autoridades e apesar da aparente ordem e harmonia, não expressavam a realidade de penúria que a escola municipal rural de Uberlândia enfrentava, tanto nos aspectos de manutenção e material quanto nos baixos salários pagos aos professores.

O realinhamento ao novo projeto educacional nacional defendido por ideólogos e governantes nacionais e municipais sob o rótulo de “patriótico”, que pretendia forjar novos cidadãos, utilizou-se do civismo e dos símbolos nacionais, mas manteve caráter excludente e conservador. Sob a égide do nacionalismo as diferenças locais se acentuaram e um ensino

rural primário limitado a serviço do Estado permaneceu, com objetivos primordiais de adestrar e manter a população no campo.

Conclui-se que na Era Vargas as representações progressistas e nacionalistas constituídas sobre a educação rural em Uberlândia atenderam aos propósitos dos grupos que governavam a cidade e foram amparadas pela legislação e estatísticas uma vez que as autoridades destacaram somente o que interessava à administração como o aumento numérico das escolas rurais, desviando a atenção sobre a precariedade das escolas e sobre os conflitos com opositores.

Ao final dessa pesquisa fica a expectativa de que a mesma tenha contribuído para ampliar os olhares sobre a temática da educação rural uberlandense na Era Vargas e abra novas possibilidades de estudo sobre as escolas rurais que não “apareceram” nas fotografias e em nenhum outro documento; sobre as escolas distritais ou sobre o destino que os alunos de descendência italiana, japonesa, síria e libanesa tiveram nessas escolas após a Segunda Guerra Mundial.

## REFERÊNCIAS

- ABDALA, Raquel D. **A prática da composição de álbuns fotográficos escolares a partir da análise do álbum do do jornal “Nosso Esforço”, da escola Caetano de Campos – SP**, n.p, 2013. Disponível em: < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/A%20PRATICA%20DE%20COMPOSICAO%20DE%20ALBUNS%20FOTOGRAFICOS%20ESCOLARES.pdf>> Acesso em 08 jul.2017.
- ALVES, Josefa A. **Sociabilidades urbanas: o olhar, a voz e a memória da Praça Tubal Vilela (1930-1962)**. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. 2004.
- AMORIM, Nayara C. R. **A integração dos imigrantes sírios e libaneses no cenário urbano brasileiro**. n.p, 2014. Disponível em: <[http://www.rniu.buap.mx/enc/pdf/xxxiii\\_m5\\_rosaamorim.pdf](http://www.rniu.buap.mx/enc/pdf/xxxiii_m5_rosaamorim.pdf)>. Acesso em 20 set.2016.
- AZEVEDO, Ederlinda P. de; GOMES, Nilcéa M. A instituição escolar na área rural em Minas Gerais: elementos para se pensar uma proposta de escola. **Cadernos Cedes**, São Paulo, n. 11, p. 31-41, 1984.
- BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos na educação rural no Brasil**. 2003. 233f. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOMENY, Helena M. B. (Org.). **Constelação Capanema: Intelectuais e política**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONATO, Nailda M. da C. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**. n. 10, p. 193-220, jul./dez. 2005.
- BORGES, Vavy P. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, p. 159-182. 1998.
- BORGES, Letícia. O. A produção de identidade através dos uniformes escolares. Significação e conceituação. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, num.3, vol.2, jul/dez. 2015.
- BORGES, Vavy P. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- BRANDÃO, Carlos. R. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos.

\_\_\_\_\_. **Casa de escola: cultura camponesa e educação rural.** Campinas: Papirus, 1984.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil.** 1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em 18 ago.2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso em 01 ago.2016.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926.** 1926. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon\\_sn/1920-1929/emendaconstitucional-35085-3-setembro-1926-532729-publicacaooriginal-15088-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon_sn/1920-1929/emendaconstitucional-35085-3-setembro-1926-532729-publicacaooriginal-15088-pl.html)> Acesso em 01 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.850, de 11 de Abril de 1931.** 1931a. Institui o Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 ago.2016.

\_\_\_\_\_. **Exposição de Motivos sobre a reforma do ensino superior.** 1931b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-exposicaodemotivos-141250-pe.html>>. Acesso em: 18 ago.2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)> Acesso em: 18 ago.2016

\_\_\_\_\_. **Lei 259 de 01 de outubro de 1936.** Torna obrigatória, em todo o país, nos estabelecimentos de ensino na e associações de fins educativos, o canto do Hymno Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-259-1-outubro-1936-556512-publicacaooriginal-76565-pl.html>>. Acesso em 18 set.2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** 1937a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 18 ago. 2016

\_\_\_\_\_. **Constituições Brasileiras.** V. 4. 1937b. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137571/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v4\\_1937.pdf?sequence=9](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137571/Constituicoes_Brasileiras_v4_1937.pdf?sequence=9)>Acesso em 01 ago.2016.

\_\_\_\_\_. **Lei 868 de 18.11.1938 que cria a Comissão Nacional de Ensino Primário.** 1938a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 ago.2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei 868 de 18 de novembro de 1938.** Cria a Comissão Nacional do Ensino Primário. 1938b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.htm>> Acesso em 21 set.2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei 4545 de 31 de julho de 1942.** Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais. 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4545-31-julho-1942-414664-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei Nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946 institui a Lei Orgânica do Ensino Primário.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 30 ago.2016.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.031 de 21 de setembro de 2009.** Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, para determinar a obrigatoriedade de execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de ensino fundamental. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112031.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112031.htm)> Acesso em: 30.junho 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Estado e subdesenvolvimento industrializado:** Esboço de uma Economia Política Periférica. São Paulo: Brasiliense, 1977.

\_\_\_\_\_. **Substituição de Importações e Estado Populista.** 1977. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Books/EstadoSubdesenvolvimentoIndustrializado/12-VI-Substituicao-de-Importacoes-e-Estado-Populista.pdf>>. Acesso em: 30 out.2016.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** história e imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_.(Org) **A Escrita da história:** novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAUJO, Maria C. (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas.** Rio de Janeiro: UERJ/Fundação Getúlio Vargas, 1999. 212p.

CAMPOS, Francisco L. de **S.O Estado Nacional.** 1938. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/chicocampos.html>>. Acesso em 02 ago.2016.

\_\_\_\_\_. **Exposição de Motivos.** 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-exposicaodemotivos-141249-pe.html>>. Acesso em 02 ago.2016.

CAPANEMA, Gustavo. **Discurso na comemoração do centenário do Colégio Pedro II.** Ministério da Educação e Saúde, Panorama da Educação Nacional. Rio de Janeiro: p. 110-131. 1937. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4702.pdf>>. Acesso em 15 ago.2016.

CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945).** São Paulo: Difel, 1976.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – artes do fazer.** Petrópolis: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História cultural** – entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1985.

DE DECCA, Edgard S. **1930, O silêncio dos vencidos**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder** – Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA FILHO, Luciano. M de. A Cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n. 1, p. 139-159, jan./abr.2004.

FARIA FILHO, Luciano M de; VIDAL, Diana G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 19-34, Mai/Jun./Jul./Ago., 2000.

FAUSTO, Bóris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FREITAS Marcos C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

GILES, Thomas. R. **História da educação**. São Paulo: EPU, 1987.

GOMES, Ângela de C. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

\_\_\_\_\_. **Propaganda política, construção do mito Vargas**: Calendário de 1940. p. 1-6, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.696.pdf>>. Acesso em: 20 out.2016.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos H. **Educação e Legislação**: Importância, pressupostos e análise documental de Minas Gerais, 1892-1906. Nov/2004. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/278.pdf>>. Acesso em 01 ago.2016.

HORTA, José S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Campinas: Autores Associados, 2012. Coleção Educação Contemporânea.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Trad. Gisele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 01, Sociedade Brasileira de História da Educação, jan-jul, p. 9-43, 2001.

KOSSOY, Bóris. **Fotografia e história**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. (Org.) **História: Novos Objetos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

\_\_\_\_\_. **A História Nova** [La Nouvelle histoire]. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

\_\_\_\_\_. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 2003.

LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto** (O município e o regime representativo no Brasil). 7 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

LEITE, Sílvio C. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999. Coleção Questões da Nossa Época, v. 70.

LIMA, Sandra C. F. **Memória de si, história dos outros**: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. 2004. 399f. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. Escola rural: história, memória e representações. In: **Cadernos de História da Educação**. n. 3. p. 27-38, jan/dez 2004b. Disponível em:

<[www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/345/350](http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/345/350)>. Acesso em: 30 ago.2016.

\_\_\_\_\_. História, memória e representações. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 3. p. 1-12, jan/dez 2004a.

\_\_\_\_\_. As fotografias como fonte para a história das escolas rurais em Uberlândia (1933-1959). **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia: EDUFU, v. 5, p. 55-69, 2006.

LISSOWSKY, Maurício. A fotografia como documento histórico. In: \_\_\_\_\_. **Fotografia – Ciclo de Palestras sobre fotografias**. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1983. p. 117-126.

LOPES, Ana Amélia B de M. **Clientelismo e educação**: A influência de prefeitos mineiros no processo de reconstrução de escolas nos primeiros anos da década de trinta do século XX. Maio/2003. Disponível em:

<<http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/2cpehemg/arq-ind-nome/eixo10/completos/clientelismo.pdf>>. Acesso em 02 ago.2016.

LOURO, Guacira L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 443-481, 2008

MAIA, Eni M. Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? **Em aberto**, ano 1, n. 9, Brasília, setembro, 1982. p. 27-33.

MALIN, Mauro. **Francisco Campos**. In: Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República [Recurso Eletrônico]: (1889-1930). Coordenadora Geral Alzira Alves de Abreu. 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPOS,%20Francisco.pdf>>. Acesso em 29 out.2016.

MARTINS, Rosa M. S. **Ser professora na república**: modos de pensar, sentir e agir (1930-1950). 2009. 177f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2009.



MARTINS, Humberto E. de P. A forma da expansão urbana numa cidade de médio porte: a evolução espacial de Uberlândia. **Seminário de História da cidade e do urbanismo**. 1998. v. 5, n. 5. Disponível em:

<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/677/652>>.

Acesso em: 20 out.2016

MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, Marcos. C. de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. (pp. 101-140). São Paulo: Cortez e USP-IFAN, 1997.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NASCIMENTO, Claudemiro G. Educação do campo e escola família agrícola de Goiás: o caminhar da teimosia de um movimento social educativo. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n. 8, p. 79-95, jan./abr. 2003. Disponível em:

<[www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&ddl=647](http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&ddl=647)> Acesso em 28 ago.2016.

OLIVEIRA, Antoniette C. A. (Re) construção da história do ensino em Uberlândia: Associação Brasil Central (ABRACEC). **Boletim CDHIS** (Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia), Uberlândia, n. 9, v. 17, p. 5-6, 2º semestre 1996.

OLIVEIRA, Vivianne S.; SILVA, Rosália F. **O “entusiasmo pela educação” na primeira República**: uma perspectiva de progresso político-social no Brasil. 2011. Disponível em:

<<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema2/0212.pdf>>. Acesso em 22 set.2016.

OLIVEIRA, Carmem L de. **Imaginário, racialização e identidades percebidas de mulheres negras escolarizadas** (Uberlândia, 1950-1969). 2006. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

\_\_\_\_\_. A revolta comunista de 1935. In: ABREU, Alzira A. de [et al]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

PEIXOTO, Ana. Maria. C. Uma nova era na escola mineira: a reforma Francisco Campos e Mário Casasanta (1927-1928). In: LEAL, M. C.; PIMENTEL, M. A. L. **História e memória da Escola Nova**. São Paulo: Loyola, 75-115, 2003.

PEREIRA, Oscar V. **Das sesmarias ao pólo urbano**: formação e transformação de uma cidade. Uberlândia: Composer, 2010.

PERSICHETTI, S. **Imagens da fotografia brasileira** Volume 1. São Paulo: Estação Liberdade: Editora SENAC São Paulo, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, Sandra J. ; SANTOS, Nádia M. W.; ROSSINI, Miriam de S. **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, p. 11-18, 2008.

PRADO, Adonia A. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 4, 1995. p. 5-27.

RABELO, Amanda O. ; MARTINS, Antonio M. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do Magistério. In: **Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 4., 2010, Uberlândia. *Anais...* Aveiro: FCT, 2010. p. 6167-6176. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>> Acesso em 01 jul. 2017.

REDUCINO, Marileusa de O. **Uma praça e seu entorno**: plasticidades efêmeras do urbano Uberlândia - Século XX. 2003. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação do Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia. 2003.

RIBEIRO, Cristiane A. **Escola rural e alfabetização**: Uberlândia 1936 a 1946. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2009.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M.R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Felipe de O. **Do crisântemo ao ipê**: a presença japonesa e suas formas de mediação em Uberlândia. 2012. 140 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

SILVA, Helenice R. “Rememoração” /comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-38, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14006.pdf>>. Acesso em 02 set.2016.

SILVEIRA, Tânia C. **História da Escola Rural Santa Tereza** (Uberlândia/MG, 1934 a 1953). 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

SONTAG, Susan. **Ensaaios sobre a fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Marcos P. **Educação, infância e família na imprensa uberlandense do Estado Novo (1937-1945)**. 2010. 111f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2010.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central: história da criação do município de Uberlândia**. v. 1. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970.

\_\_\_\_\_. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central: história da criação do município de Uberlândia**. v.2. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970.

VARGAS, Getúlio D. **Diário**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, 1995.

\_\_\_\_\_. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, v. 1, 1938.

VAZ, Aline C. **A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação. (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2006.

VIANNA, Cláudia P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, v. 17/18, n. 2, p. 81-103. 2001

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

## FONTES

A PENA. **As escolas rurais de Uberlândia**. Ano IV. nº 181. Não paginado. 08 dez.1934. CPJA. ArPU.

ARANTES, J. Relação dos estabelecimentos de ensino que funcionam na cidade de Uberlândia. **Revista Uberlândia Ilustrada**, Uberlândia, n. 10, p. 31, 31 Jul. 1941.

\_\_\_\_\_. **Corografia do Município de Uberlândia**. 1ª edição. Uberlândia: Pavan, 1938.

\_\_\_\_\_. **Correspondência enviada a Benoni Borges**. Não paginado. 28 mar. 1935. CPJA. ArPU.

\_\_\_\_\_. **Correspondência enviada a Sebastião Branquinho de Andrade**. 06. Nov. 1936. Não paginado. CPJA. ArPU.

AS ESCOLAS rurais. **Jornal de Uberlândia**, Uberlândia, não paginado, 11 ago. 1935. CPJA. ArPU.

BILHETE do prefeito ao inspetor escolar. 1936. CPJA. ArPU.

CÂMARA Municipal de Uberabinha. **Relatório apresentado pelo presidente e agente executivo João Severiano Rodrigues da Cunha**. Exercício de 1916, p. 10. Typ. Progresso. Uberabinha, 1917. 30 jan. 1935. CPJA. ArPU.

CARTA da professora Alcina da Silva Brito ao prefeito Vasco Giffoni. 30 jan. 1935. CPJA. ArPU.

CARTA do professor Joaquim Vicente Ferreira ao prefeito Vasco Giffoni. 15 jul. 1935. CPJA. ArPU.

CARTA do professor Sebastião Branquinho de Andrade ao prefeito Vasco Giffoni. Set/1935. CPJA. ArPU.

CARTA do fazendeiro Antonio Basilio Nunes ao prefeito Vasco Giffoni. 12 ago. 1936. CPJA. ArPU.

CARTA do professor Antônio Zeferino de Paula ao inspetor escolar. 13 abr. 1936. CPJA. ArPU.

COLEÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. 1927-1934. Imprensa Oficial.

DECLARAÇÃO. 19 fev. 1937. CPJA. ArPU.

FUNDO Prefeitura Municipal. Série Contabilidade. Livro Caixa nº 28 a 38. 1937/1945. ArPU.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico Brasileiro anos 1939/1940**. 1940. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1939\\_1940.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1939_1940.pdf)>. Acesso em 12 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico Brasileiro anos 1941/1945**. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1941\\_1945.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf)>. Acesso em 12 nov. 2016.

INSPETORIA Escolar da Prefeitura Municipal de Uberlândia. 15 jan. 1935. CPJA. ArPU.

INSTITUIÇÕES municipais de ensino. **O Estado de Goyaz**, Uberlândia, p. 3, 11 ago. 1935.

JORNAL de Uberlândia, 11 ago. 1935. Não paginado. CPJA. ArPU.

LIVRO de registro de frequência diária da Escola Pombo. 1941. Não paginado. CPJA. ArPU.

LIVRO de registro de frequência diária da Escola Paranan. 1941/1942. Não paginado. CPJA. ArPU.

OFFERTA, 13 nov. 1935, não paginado. CPJA. ArPU.

RELAÇÃO das escolas e professores municipais rurais e urbanos. 1941. Não paginado. CPJA. ArPU.

RELATÓRIO da Inspeção Escolar. 1932, não paginado. CPJA. ArPU.

RELATÓRIO da Repartição de Contabilidade. 1935 - 1937. Série Relatórios do Executivo. Prefeitura Municipal de Uberlândia. ArPU.

RELATÓRIO do IBGE. Uberlândia - Minas Gerais - MG. Disponível em:  
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/uberlandia.pdf>> Acesso em 29 ago.2016.

ROMEIRO, Oravia. O Ensino Rural. **A Escola Rural**. Uberlândia, n.3, p.1-2, 15 de jul. 1934. CPJA. ArPU.

UBERABINHA. Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha. **Leis, decretos e regulamentos**. Uberabinha, 1892, Livro 1. ArPU. ARE.

\_\_\_\_\_. **Regulamento Escolar do Município de Uberabinha**. 09 mar. 1896. ArPU. ARE.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 278, de 7 de março de 1923**. ArPU. ARE.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 317, de 28 de julho de 1924**. ArPU. ARE.

UBERLÂNDIA. **Livro Caixa 36**. p.26. Série Contabilidade. Subsérie Livro Caixa. ArPU

\_\_\_\_\_. **Livro Caixa 31**. Série Contabilidade. Subsérie Livro Caixa. ArPU.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Ata de exames realizados em 18 nov. 1936**. Uberlândia, 1930-1959, Livro 94, p. 17. ArPU. ARE.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Ata do termo de visita realizada em 26 fev. 1938**. Uberlândia, 1937-1960. Livro 97, p. 5. ArPU. ARE.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Ata do termo de visita realizada em 28 jul. 1939**. Uberlândia, 1939. Livro 98, p. 5. ArPU. ARE.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Ata do termo de visita realizada em 11 nov. 1940**. Uberlândia, 1940. Livro 97, p. 9. ArPU. ARE.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Ata do termo de visita realizado em 26 mar. 1941**. Uberlândia, 1930-1959, Livro 94, p.30. ArPU. ARE.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Ata do termo de visita realizado em 29 jul. 1941**. Uberlândia, 1930-1959, Livro 94, p.31. ArPU. ARE.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Ata de exames realizados em 16 nov.1942**. Uberlândia, 1942. Livro 100, p.5. ArPU, ARE.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Ata de exames realizados em 01 dez. 1943**. Uberlândia, 1943, Livro 100, p.7 ArPU, ARE.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Ata de exames realizados em 01 dez. 1944**. Uberlândia, 1944, Livro 97, p. 13-14. ArPU. ARE.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Ata de exames realizados em 28 nov. 1945**. Uberlândia, 1945, Livro 100, p. 9-10 ArPU, ARE.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Relatórios da Contabilidade**, 1944. ArPU

\_\_\_\_\_. **Uberlândia Legislação**. Disponível em:

<[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cd\\_cmub&pagfis=5425&pesq=>](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cd_cmub&pagfis=5425&pesq=>).

Acesso em 01 ago. 2016.